

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AS AGÊNCIAS EDUCATIVAS PARALELAS DO
CAMPO POPULAR E A FORMAÇÃO DA
CONSCIÊNCIA DE CLASSE DOS TRABALHADORES

Eno Dias de Castro Filho

PORTO ALEGRE, RS

1991

D541a Dias de Castro Filho, Eno

As agências educativas paralelas do campo popular e a formação da consciência de classe dos trabalhadores / Eno Dias de Castro Filho. - Porto Alegre: UFRGS, 1991.

1 p. il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

CDU:316.342.62

316.75

1:316.63:316.342.62

374.73.018.8(091)

374.73.018.8:316.63:316.342.62-058.234(81)"1964/1990"

316.63:316.342.62:669-058.234.2(816.52 SÃO LEOPOLDO)(078.7)

ÍNDICES ALFABÉTICOS PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

Classes sociais

316.342.62

Ideologia

316.75

Filosofia: Consciência de classe

1:316.63:316.342.62

Agências educativas paralelas do campo popular: História

374.73.018.8(091)

Agências educativas paralelas do campo popular: Consciência de classe:

Trabalhadores: Brasil: 1964-1990

374.73.018:316.63.342.62-058.234(81)"1964/1990"

Consciência de classe: Metalúrgicos: São Leopoldo, RS: Estudo de casos

316.63:316.342.62:669-058.234.2(816.52 SÃO LEOPOLDO)(078.7)

Bibliotecárias responsáveis:

Maria Hedy Lubisco Pandolfi, CRB-10/130

Neliana Schirmer A. Menezes, CRB-10/939

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Nilton Bueno Fischer

AGRADECIMENTOS

À Lenise. Nenhuma palavra expressaria o porquê.

À Alessandra, espelho do Infinito. Aprendendo a ler, ditou-me uma página de Ho Chi Minh.

Ao Luix, que garimpou material precioso, e ao Marcelo, que peneirou o escrito do início ao fim.

À Rejane e ao Caco, segunda casa na etapa mais pesada.

Ao Nilton, paciente e aguçado.

Aos verdadeiros financiadores deste estudo, principalmente os metalúrgicos de São Leopoldo.

APRESENTAÇÃO

Cabe dizer algo sobre o tom geral da presente dissertação. Seu autor não é um professor, mas um médico comunitário que busca construir uma formação em Ciências Humanas, e cuja prática o confronta permanentemente com as questões da educação. Assim, este trabalho traz uma marca de tipo "não autóctone" em sua área. Dos autores citados como referência até o foco do estudo encetado, fica clara a opção por um estudo não referenciado na escola, e cujos resultados buscarão trazer subsídios a um leque amplo de práticas sociais educativas. A ênfase maior na pesquisa teórico-conceitual e na reflexão do que nas exposições empíricas serve também a esta perspectiva, bem como a utilização qualitativa do material obtido em campo.

Além disso, é importante confessar, há uma paixão envolvida em sua elaboração. Paixão primal, visceral. Paixão pela construção do dia em que dizer sim ou não seja um ato livre e acessível aos três terços da humanidade, assim divididos desi-

gualmente por quem pretende existirem três destinos e três mundos. Tal paixão pode, às vezes, por sua pungência, tornar seu portador algo como um elefante em uma feira de cristais. A opção pelo estudo e pelo mestrado foi uma opção por lapidá-la, e é uma demonstração de fé nas possibilidades da educação em um duplo sentido. O primeiro, o desta lapidação. O segundo, o de que, com ela, se contribua para fazer saltar a submissão e as divisões de mundos, de classes, e os muros que as mantêm.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	IV
ABSTRACT.....	IX
RESUMO.....	XII
I INTRODUÇÃO.....	1
II AGÊNCIAS EDUCATIVAS PARALELAS DO CAMPO POPU- PULAR: DELIMITAÇÃO E HISTÓRIA.....	8
2.1. O Meduti Egípcio e o Demagogo Grego: Primeiros Indícios.....	9
2.2. Ensinar Retórica à Plebe Não é Permitido.	14
2.3. Igreja, Heresias e Blocos Históricos Pa- ralelos.....	17
2.4. Utopias Paralelas, Educação Paralela: Vésperas da Atualidade.....	23

III REFERENCIAL TEÓRICO.....	28
3.1. Educação Paralela e a Questão de Classes Sociais.....	28
3.2. Educação Paralela, Classe em Si e Classe Para Si.....	33
3.3. Classe em Si.....	40
3.4. Classe para Si.....	50
3.4.1. Marx e Engels.....	50
3.4.2. Lênin, zigues e zagues.....	56
3.4.3. Lênin, Marx, Althusser, Kosík, Gramsci: uma mesa redonda.....	62
3.5. A Educação e a Transição da "Classe em Si" à "Classe Para Si".....	73
3.5.1. Elementos de uma metodologia educativa.....	73
3.5.2. Partido político e partido ideológico.....	78
3.5.3. O papel das agências paralelas...	80
IV AS AGÊNCIAS EDUCATIVAS PARALELAS DO CAMPO POPULAR E A HISTÓRIA DO BRASIL RECENTE.....	85
4.1. Elementos de Conjuntura.....	85
4.2. Sob os Primeiros Dez Anos de Ditadura....	89
4.3. Distensão e Novos Papéis.....	94
4.4. As "Regras do Jogo" das ONGs.....	103

V UM CASO "EM SITUAÇÃO" - METODOLOGIA.....	107
VI UM CASO EM SITUAÇÃO - METALÚRGICOS DE SÃO LEOPOLDO.....	115
6.1. A Situação.....	115
6.2. Motor de Partida e Outros Papéis.....	118
6.3. Pontos de Estrangulamento.....	124
VII CONCLUSÃO.....	131
BIBLIOGRAFIA.....	140
ANEXOS.....	144

ABSTRACT

As a relationship interactive with reality, knowledge has its processes of creation and diffusion in the middle of social disputes.

The educational practices which give structure to these processes, therefore, are interested practices. Put in service of social transformations, either those working the reality preexistent, modifying it to overcome difficulties, either breaking with it, in order to construct another one, according to its link to the efforts of the different social poles.

In mankind history, aside the main educational projects, there have always been paralel educational agencies, many times tied to social and political interests of explored and segregated people. The egyptians meduti, the greek demagogues, the vulgar orators in Rome, the medieval disciples

of Pedro Valdo, the utopians and even the vanguard of rebel proletariat used to reproduce - and do it nowadays - its popular social projects, using different educational processes.

Contemporaneously, social contradictions are conditioned to disputes for free work control. Parallel educational agencies in relation with popular interests search, even through diverse forms, to permit the meeting among emancipating theories, ideological intuition and practical experiences of the social classes which may be used to act radically fighting the capitalist pole of the same disputes. If these agencies are not a worker's political party, at least they make part of a more general ideological party, interacting with the first ones and also with popular representative entities, university and church's sectors or other agencies.

In Brasil, between 1964 and 1990, parallel popular educational action has been decisive in fighting democracy and exploration end out. It has been forming syndical and community leaders, giving support to worker centrals and fortifying left parties. And its new challenges come exactly from its work's success: from the necessity that organized workers develop to become independent even of these educators, as São Leopoldo metalurgist's experiences suggests.

Pluralism and agencies different contributions for social movements seem to be the way through which such challenges will be surpassed in the present and in the future of

popular struggle.

RESUMO

Como relação interativa com a realidade, o conhecimento tem seus processos de criação e difusão no centro das disputas sociais. As práticas educativas que estruturam tais processos, sendo assim, são práticas *interessadas*. A serviço de transformações sociais adaptativas ou superadoras, de acordo com sua vinculação aos esforços dos diferentes pólos sociais.

Na história da humanidade, ao lado dos principais projetos educativos, teimaram em existir também agências educativas paralelas, muitas vezes ligadas aos interesses sociais e políticos dos explorados e segregados. Os meduti egípcios, os demagogos gregos, os plebeus oradores em Roma, os valdenses medievais, os utopistas e mesmo as vanguardas do proletariado rebelde reproduziam e reproduzem seus projetos sociais populares utilizando-se de processos educativos diversos.

Contemporaneamente, as contradições sociais estão condicionadas às disputas pelo controle do trabalho livre. As agências educativas paralelas vinculadas aos interesses populares se voltam, ainda que diferenciadamente, a propiciar o encontro de teorias emancipatórias com a intuição ideológica e a experiência prática das classes suscetíveis de agirem em torno do combate radical ao pólo capitalista de tais disputas. Se não se constituem como partido político dos trabalhadores, ao menos integram algo como um partido ideológico mais geral, em interação com os primeiros e com entidades populares representativas, ou com setores da Universidade, da Igreja e de outras agências.

No Brasil, entre 1964 e 1990, a ação educativa popular paralela tem sido decisiva na luta pela democracia e pelo fim da exploração. Formou e forma lideranças sindicais e comunitárias, apóia centrais de trabalhadores, fortalece partidos de esquerda. E seus novos desafios vêm justamente dos êxitos de seu trabalho: da necessidade que os trabalhadores organizados passam a ter de tornarem-se autônomos também em relação a seus educadores, como sugere a experiência dos metalúrgicos de São Leopoldo. A trilha do pluralismo e da diversificação de contribuições aos movimentos sociais parece ser o caminho no qual superarão tais desafios no presente e futuro da luta popular.

I INTRODUÇÃO

O conhecimento da realidade, desde sua conceituação intuitiva nos tempos bíblicos, implica relação interativa entre os dois pólos da relação cognoscente. "Como poderá ser isto, se não conheço homem?", perguntava Maria a Gabriel. É evidente a noção de relação interativa contida na palavra "conheço" proferida pela virgem. As mais modernas pesquisas no campo da Física subatômica corroboram tal conceito de conhecimento. Os cientistas chegaram à conclusão de que suas investigações sobre as micropartículas não as revelam como são em si, mas como são sob a relação de conhecimento por eles desenvolvida com a mediação de suas máquinas.

O conhecimento não pode ser tomado, portanto, como uma relação asséptica. Ambos os pólos da relação cognoscente são transformados pela própria relação, que é uma relação interativa e "em situação". A definição dos pólos em relação, a organização do processo de conhecimento, suas mediações e a si-

tuação concreta em que este se dá condicionarão o padrão de transformação imprimido à interação posta em curso.

Historicamente, as sociedades institucionalizaram padrões de estruturação das relações de conhecimento "desejáveis" segundo as definições dominantes sobre seus próprios objetivos. Tanto gerais, quanto específicos. Tais padrões orientam as transformações desejadas no interior das relações de conhecimento entre sua população e a realidade em situação. Jamais logram, porém, estruturar a totalidade das relações de conhecimento possíveis em qualquer situação, dada a complexidade e a multiplicidade das variáveis da existência social e de suas percepções possíveis. A partir de tal multiplicidade, realizam-se diferentes formas de conhecimento além daquele propiciado pela institucionalização construída em função das definições dominantes na sociedade em situação. Tais diferentes formas de conhecimento põem em movimentos diferentes transformações interativas, que podem ou não ser conflitivas com aquelas predominantemente "desejáveis". E que podem organizar-se, em maior ou em menor grau, em novas instituições ou mesmo toda uma outra ou outras redes institucionais.

As práticas organizadas de estruturação das opções de conhecimento têm sido conhecidas como práticas educativas, embora o conceito de educação também possa ser ampliado de diferentes maneiras.

Sobre as diferentes práticas educativas presentes em cada sociedade concreta, é preciso perceber suas origens ou raízes a fim de apreender o modo por que se articulam em determinadas redes institucionais e mediatizam tais ou quais transformações. Para, dito de outra forma, perceber o sentido em que tais práticas se movem no todo social e natural. Isto supõe o estudo das condições sociais gerais em situação e em processo, os tipos de consciência que delas tem os múltiplos agentes sociais e as estratégias que desenvolvem para transformar conservando ou superando as mesmas condições sociais das quais são integrantes.

O objetivo da presente dissertação é o conhecimento de um aspecto dessa complexa teia de práticas educativas, sua específica inserção no processo social geral de uma sociedade concreta e seu papel na geração de transformações nos pólos da relação a que se propõem como mediação.

Trata-se de um aspecto concreto, constituído institucionalmente com suas agências, fluxos e redes. Agências que, na malha de definições de interesses que visam transformações interativas, não falam pelas mesmas vozes que gozam da legitimidade oficial para falar em nome dos "interesses da nação". Definem-se, por isso, bastante genericamente, como organizações não-governamentais (ONGs). Definem-se mais, porém, ao explicitar uma opção pelo desenvolvimento de relações de conhecimento e de transformações interativas "não-desejáveis" segundo as escolhas dominantes na definição do "interesse da nação". Optam, portanto, por práticas educativas vinculadas a interesses "não domi-

nantes". O que também pode ser dito de outra forma: optam pelos interesses dos dominados, dos setores sociais que não tem tido sua voz como determinante na formulação do "interesse da nação". Agências educativas que se definiram explicitamente a favor de práticas e da construção de consciência tendentes a superar a situação e os processos que conservam a exclusão das maiorias populares em relação aos benefícios gerados pelo seu trabalho em uma sociedade concreta como a sociedade brasileira. No entanto, cumpre ressaltar que tais agências não se confundem com as grandes instituições que se propõe vertebradoras de tal perspectiva. Relacionam-se com centrais sindicais, mas não fazem parte de sua estrutura. Relacionam-se com a chamada Igreja Popular, mas mantêm sua autonomia. Relacionam-se com setores da Universidade e com partidos de esquerda, mas não se confundem com eles. Sem que por isso a seriedade de seus compromissos seja menor. Exemplo conhecido de tais agências seria, talvez, o dos Centros Populares de Cultura (CPCs) do início dos anos sessenta.

Agências educativas do campo popular, portanto, mas agências paralelas. Seu papel junto aos trabalhadores na formação de uma consciência aderente a seus interesses como dominados neste país será o foco central desta dissertação.

Para estudá-lo optou-se, em primeiro lugar, por buscar apreender na história as características mais gerais das relações dessas agências com as diferentes sociedades e suas contradições diversas. Assim, no capítulo I, discorreu-se sobre o

paralelo em educação desde um momento na antiguidade em que se podia apenas apontar evidências indiretas de sua existência, até a abertura da contemporaneidade, quando suas relações com as classes sociais em confronto se estabelece mais claramente. Embora seja um tipo de investigação em linha de tempo, seu desenvolvimento não se detém de modo igual sobre os vários períodos históricos. Os recortes seletivos feitos, os espaços e o tratamento dispensados às variadas épocas estão dispostos de acordo com a possibilidade de revelar diferentes padrões de relação entre o objeto de estudo e a diversidade das estruturas e conjunturas sociais, políticas, econômicas e culturais, delimitando seus contornos como objeto de estudo. Foram muitos os obstáculos ao levantamento deste tipo de dado histórico, sendo o principal deles o reducionismo da bibliografia sobre história da educação, que se debruça quase somente sobre as instituições oficiais. Como referência básica optou-se pelo livro de Manacorda (1989), pois sendo um "passeio histórico sobre a educação 'através de textos' ", como o próprio autor o apresentou, permite a leitura de entre-linhas e referências passageiras nos originais citados que foram de grande importância na descoberta do "paralelo". Outros textos também foram pesquisados, mas poucos foram diretamente utilizados em função dos limites já apontados.

Em seguida, no capítulo II, tratou-se de investigar o significado geral dessas agências na sociedade de classes contemporâneas. À luz de suas características mais gerais levantadas no capítulo anterior, a partir das questões fundantes presentes em suas próprias definições atuais e em confronto com os

autores que demarcaram as principais polêmicas sobre classes sociais, consciência de classe e os processos de formação de tal consciência. Ao invés de enumerar de posições diferenciadas encontráveis na bibliografia, optou-se por desenvolver uma confrontação entre seus expoentes, buscando gerar subsídios para o prosseguimento do estudo.

Tal prosseguimento, no capítulo III, procurou desenvolver esses subsídios sobre uma realidade delimitada historicamente, qual seja a do Brasil de 1964 até o momento atual. O levantamento histórico geral e discussão teórica dos capítulos anteriores permitem uma noção geral de sentido sobre as agências educativas paralelas do campo popular. Mas era preciso concretizar essa noção em determinações mais imediatas de seu papel na transição de conjunturas reais que permitiam um maior "aumento de lente" na pesquisa. A partir daí, o conhecimento da evolução dos diferentes papéis por elas desempenhados junto aos trabalhadores permite o estudo dos desafios que enfrentam na atualidade diante das tarefas educativas de formação de consciência de classe.

É a abordagem desses desafios mais atuais que fundamenta os dois últimos capítulos. Para tanto foi preciso que se aumentasse ainda mais a lente e se debruçasse sobre um processo completo de formação e desenvolvimento de consciência de classe. Um setor dos trabalhadores do município de São Leopoldo foi escolhido para tanto. O capítulo IV descreve o porquê dessa escolha e a metodologia utilizada em tal aproximação, e o quinto

apresenta os seus resultados.

Na conclusão, a par de uma recapitulação do que se evidenciou em cada etapa do trabalho, encontra-se uma discussão dos desafios atuais e as perspectivas do trabalho das ONGs educativas populares. Algumas sugestões são indicadas, buscando contribuir no debate que se trava a respeito.

II AGÊNCIAS EDUCATIVAS PARALELAS DO CAMPO POPULAR: DELIMITAÇÃO E HISTÓRIA

Na história do desenvolvimento da humanidade, não foram raras as iniciativas de criação de "agências educativas paralelas". O que são hoje a Rede Globo em relação à escola oficial e as ONGs em relação às centrais sindicais não constituem propriamente uma novidade.

Ao lado das instituições vertebradoras das práticas educativas, freqüentemente existiram outras formas, paralelas, de organizar processos de conhecimento que desatam transformações interativas conservadoras ou superadoras. Diversas são as razões que explicam tal fenômeno. Vão desde a efetiva pluralidade muitas vezes contraditória das experiências sócio-culturais geradoras de padrões específicos de organização da construção e difusão do conhecimento, até as múltiplas dificuldades estruturais ou conjunturais para que se gerem instituições de cunho tão abrangente como chegaram a ser o Estado e o Partido Político

modernos. Durante praticamente toda a história em que as democracias não existiam, tal paralelismo, do ponto de vista dos setores populares, dava-se em relação às instituições educativas oficiais. Na vigência dessa, dava-se, em alguns casos, também em relação a agências populares com caráter não estritamente (mas também) educativo, como as centrais sindicais.

A detecção deste fenômeno ao longo do desenvolvimento histórico envolve diversas dificuldades. Desde já, resalte-se a limitação geral das obras sistemáticas acessíveis, que soem excluir de seus horizontes experiências vastíssimas e diversificadas como aquelas dos povos orientais ou meridionais. Acresça-se a quase unânime restrição de seu enfoque somente às instituições oficiais, quer sob aplausos, quer sob a acusação de reprodutivismo, e teremos uma medida dos obstáculos à busca do paralelo e popular.

2.1. O Meduti Egípcio e o Demagogo Grego:

Primeiros Indícios

A primeira possibilidade de adivinhar a presença de agências educativas do campo popular foi encontrada na chamada Idade Feudal do Egito Antigo, nos idos de 2040 a.C. e arredores.

Lá encontramos aqueles que talvez sejam os primeiros registros da escola: **"instrui tua corte sobre a esteira: um rei sábio é uma escola para os nobres"**. (E. BRESCIANI ap. MANACORDA, 1989, p. 19). Escola ligada, portanto, à difusão das artes ligadas ao governar, à sabedoria relacionada à educação da autoridade (a corte). O centro deste tipo de instrução estava no comportamento da corte e na capacitação oratória, tida em alta conta como instrumento de dominação política das massas, pelo menos desde o período anterior, o do Antigo Império (MANACORDA, 1989, p. 14).

Nesse período em que se começa a falar de escola, é referido também um fenômeno que indica a apropriação da **"sabedoria da corte"** (maneiras e oratória) por elementos indesejáveis, então tachados como demagogos. No Ensino para Merikara (Ibid., p. 18), filho do faraó, diz-se para expulsar, matar e apagar o nome dos meduti (oradores do povo chamados também de charlatães). Enquanto isso, em outro trecho, lê-se: **"não mates um homem do qual conheces a excelência, junto ao qual tu leste em voz alta os escritos"**. (Ibid., p. 19). Se para a oratória que contribui para os que **"aplacam a multidão, e que sem eles não se consegue nenhuma riqueza..."** (E. BRESCIANI, ap. MANACORDA, 1989, p. 14) havia uma escola e um código de respeito entre egressos, não haveriam também escolas subterrâneas para capacitar os meduti, por menos formais que fossem? Pois se estavam difundidos a ponto de tornarem-se objeto de menção nos livros educativos oficiais e motivo de pena de morte, os ditos demagogos eram com certeza um fenômeno social. Um fenômeno social cuja reprodução continuada supunha prováveis aparelhos ou agências

de reprodução, particularmente em uma época em que trabalhar de sol a sol era um obstáculo ponderável à multiplicação espontânea de **eruditos populares**.

Considerando-se o rigor recomendado ao seu tratamento e o quadro geral de ausência de mobilidade social vertical (exceto, talvez, a indicação de afilhados para cargos como o de escriba), se de fato existiram estas **agências educativas do campo popular**, seu rumo provavelmente era mesmo o do confronto social.

Um pouco adiante na história, chegando à Grécia Antiga, vê-se as camadas dominantes já mais habilidosas, adotando não somente punições, mas medidas preventivas contra o treinamento de "medutis": "**a lei diz que um escravo não deve fazer ginástica nem ungir-se nas palestras**", dizia Esquines. (MANACORDA, 1989, p. 45). A ginástica prepararia para a guerra; as palestras, para o exercício da democracia na praça. Se buscava evitar, proibindo, a educação popular nessas áreas, paralela ou não.

Seu esforço para impedir os seus próprios meduti de surgirem, no entanto, não era cem por cento exitoso. Tucídides falará com desprezo das intervenções oratórias, nas lutas políticas, do sapateiro Cleon, o "**demagogo de avental de couro**". (Ibid., p. 64). E, provavelmente, não era ele o único meduti grego.

A esse respeito, a noção de "pantakhoû" (a sociedade como um todo que educa), criada por Platão (Ibid., p. 57), tem sido muitas vezes louvada como uma visão mais avançada, integral, de educação. Não se poderia adivinhar porém, nessa posição, a teorização precoce do aristocrata filósofo sobre o perfilamento de todas as agências educativas, "latu sensu", sob uma mesma linha?

Neste período, a escola se difunde, e os debates sobre a necessidade de sua uniformização se difundem também. Na página 1337a do livro VIII da "Política", de Aristóteles, lê-se:

" Ninguém mais pode duvidar de que o legislador deve preocupar-se antes de tudo com a educação dos jovens. E já que único é o fim do Estado na sua totalidade, é necessariamente evidente que a educação é única e igual para todos... ". (Ibid., p. 66).

Ora, é sabido que o **todos** referido por Aristóteles era bem restrito, atinente somente às crianças livres. O acento novo não está, portanto, principalmente na universalização, mas na uniformização. Os meduti e suas escolas paralelas continuariam preocupando?

Deve ser assinalado que as agências educativas paralelas indesejáveis não expressaram sempre contradições do tipo popular x dominante. Em aparente paradoxo ao que se citou de

Aristóteles, tem-se que as contradições étnicas geradas pelos gregos após sua "integração" à grande Roma também se materializavam em conflitos entre redes educativas concorrentes. Ou seja, a concepção de educação como ação unicista do Estado é logo substituída pela disputa cultural-nacional no interior de uma nova potência dominante. Evidentemente, isto revela não ser tanto a educação um valor unicista em si para os gregos, e sim os interesses dominantes em sua sociedade é que eram a razão da unicidade almejada. Os romanos se portariam do mesmo modo:

"Sob o consulado de Caio Fânio Estrabão e de Marcos Valério Messala, o pretor Marcos Pompônio consultou o senado e, já que foram mencionados os filósofos e retores (gregos), os senadores assim decidiram a respeito: que o pretor Marcos Pompônio tomasse todas as providências para que, considerando-se o bem da República e de acordo com o seu dever, em Roma não existissem."
(Ibid., p. 82).

É um decreto do senado romano de 161 a.c. Os retores gregos, professores de retórica, seriam então proibidos por impulsionarem uma cultura indesejável.

2.2. Ensinar Retórica à Plebe Não é Permitido

Feita a ressalva sobre a diversidade de conflitos possíveis, é importante assinalar que uma sociedade cujos interesses dominantes são excludentes em relação às redes educativas ligadas a agrupamentos étnicos diferenciados, mais ainda o será em relação às agências paralelas ligadas às camadas populares.

A mesma Roma, apenas 70 anos após a repressão senatorial às escolas gregas, voltava-se contra algumas escolas romanas:

" Foi-nos relatado que introduziram um novo gênero de ensinamentos e que a juventude frequenta essas escolas... Estas novidades que se introduzem contra os hábitos e a cultura dos antepassados não nos agradam nem nos parecem corretas. Portanto, aos que têm essas escolas e aos que costumam frequentá-las, temos de manifestar nosso parecer: nós as desaprovamos". (Loc. cit.).

Estas palavras são de censores romanos. Seus autores são Gneo Domício Enobardo e Lúcio Licínio Crasso. Os costumes antepassados defendidos eram os da divisão entre as artes nobres ou liberais (= trabalho intelectual) e as tarefas manuais com seu respectivo aprendizado. As escolas por eles condenadas eram dirigidas por filósofos e retores latinos, como era usual. Porém, nesse caso seu público eram pessoas do povo comum, o que subvertia o domínio da retórica até então restrita aos patrícios. Preparando, assim, plebeus e não romanos para falar nas assembleias, tais agências intervinham nos confrontos então acirrados entre populares e patrícios. Com a proibição, o faraó egípcio e o Esquines grego encontraram seus sucessores em Roma. Os meduti, os sapateiros discursadores e os populares romanos não poderiam ser formados para a luta política!

Qual vinha sendo, porém, a eficácia concreta dessa seletividade de interesses que permitia algumas e perseguia outras agências educativas?

Do ponto de vista conjuntural, que é o que afinal conta para as camadas dominantes em situação, sua eficácia era geralmente real. No entanto, a história registra uma influência não mensurável da cultura grega sobre o desenvolvimento romano. Mesmo a escola romana moldou-se processualmente aos parâmetros gregos! Outro exemplo talvez seja aquele em que a repressão à educação de doze homens por um nazareno na Israel dominada por Roma resultou em um fracasso considerável a julgar pela história posterior.

É certo que o grau histórico de eficácia da exclusão de tais ou quais agências educativas paralelas depende, substancialmente, da inserção de tal conflito nas "correntezas" dos diversos períodos históricos "in flux". No citado caso da perseguição às escolas populares de retórica em Roma, tinha-se um período revolucionário em que a luta por uma reforma agrária e a extensão dos direitos de cidadania tensionavam o Estado de forma violenta. A censura a tais escolas pouco êxito teria. No entanto, as manipulações políticas a que os governantes puderam submeter os populares, por exemplo jogando-os contra os escravos como na Revolta de Espartacus, demonstra que a existência de agências educativas paralelas do campo popular não foram condição suficiente para a efetiva emancipação dos interesses dos ~~de~~ **baixo**. A liquidação do período revolucionário com a implantação do Império viria selar qualquer ilusão a respeito (ARRUDA, 1976, p. 245 - 246).

Entretanto, se as limitações desfilavam no campo educativo ligado aos interesses indesejáveis, não se pode afirmar que a educação dominante se apresentasse fulgurante e plena. Ao contrário, aparenta que se desenvolvia um tanto quanto sem sal. Disse um admirador ao retor Floro, já na Roma do século II d.C.: **"Ó coisa indigníssima! E com que ânimo consegues suportar sentar na escola e ensinar às crianças?"** ("De Vergílio Oratore an Poeta", de autoria do próprio Floro ap. MANACORDA, 1989, p. 95). Portanto, os grandes confrontos que se avizinhavam à escola tiveram, ao menos no tédio, um aliado interno involuntário.

Como esses confrontos apontam-se os choques da cultura helênica romanizada com a cristandade em desenvolvimento. Tais confrontos se traduziam não apenas na competição entre aparatos e agências educativas respectivas, mas nos embates através de mútuas censuras a às vezes mesmo pela violência imperial. Em adição a tal situação conflitiva, com a aproximação do que hoje chamamos era medieval, ocorreram as invasões daqueles chamados bárbaros sobre o mundo chamado civilizado. Com isso o Império, que já se havia tornado "sacro", entrava em desmonte em suas estruturas tradicionais. Sobrevinha também o fim da escola de alhures e o início do período feudal.

2.3. Igreja, Heresias e Blocos Históricos Paralelos

A educação estruturada passava gradativamente ao domínio eclesiástico. Primeiro, quase espontaneamente. Depois, de forma sistemática e oficial. A instrução foi aos poucos tornando-se quase restrita à oferta para a formação da hierarquia da Igreja, particularmente junto a mosteiros e similares. As famílias que podiam custear a educação formal a um ou mais de seus filhos, introduziam-nos como oblatos na senda sacerdotal. Desse modo, fundiam-se propagação da cultura oficial, educação dos reprodutores dessa mesma cultura e preparação para o exercí-

cio de parcelas do poder político. Se o filho de um barão puder tornar-se bispo, reproduz-se e se concentra ainda mais o poder. Mas, se se recorda o padrão excludente das escolas anteriores, ver-se-á que não existe aí propriamente uma novidade histórica de fundo. Exceto, é claro, pelo grau de importância que assumem os dirigentes religiosos no fluxo de poder. Os sacerdotes de Zeus não tinham a proeminência dos que diziam servir a Deus... mas em sua sociedade vigia também a exclusão da plebe.

De fato, não se pode esquecer que durante este largo período medieval as agências educativas paralelas eram gestadas fundamentalmente como aparatos de reprodução de cismas, heresias e heterodoxias. Algumas delas, inclusive, expressavam divergências antes sobre a prática social dos cristãos do que sobre verdades da fé. Em certos casos, vinculavam-se mesmo a interesses populares localizados. Como exemplo, tem-se aquela organizada em torno de Pedro Valdo, que no século XII ensinava a partilha das riquezas. O Concílio Lateranense proibiu sua atividade apresentando como justificativa a insuficiência dos conhecimentos teológicos dos valdenses (Lortz, 1962, p. 281 e 282). É certo, também, que interesses nada populares se expressavam do mesmo modo. Onde o barão não pudesse fazer seu filho bispo, talvez ele preferisse não obedecer ao bispo... ou criar outro bispo.

Este nível de exclusão social das oportunidades educativas, no entanto, não subsistiu de forma total ou prolongada. Ainda na Alta Idade Média, por volta de 530 d.C., foi organizada

a instrução aberta nas paróquias e mosteiros, podendo os adolescentes optar aos dezoito anos por tornarem-se padres ou manterem-se na sua condição. Tal modelo consolidou-se mais e mais, avançando por séculos. É certo que não sem tensionamentos, como bem se pode imaginar. Ainda no século XII, o Papa de então (Alexandre III) impunha a todos os mosteiros e paróquias a renovada obrigação de estender o ensino aos leigos pobres (MANACORDA, 1989, p. 143). O que significa que não os estavam alcançando. Para a extensão controlada da educação, a Igreja se utilizava das "licentia docendo". Tal licença, no transcorrer da Baixa Idade Média, tornou-se passível de acesso inclusive por mestres não ordenados como sacerdotes, embora muitas vezes isto implicasse uma certa importância monetária.

A difusão dos mestres leigos e sua ação coletiva, paralelamente ao surgimento da economia mercantil das cidades e à organização de comunas, propiciou o surgimento de um novo tipo de agências educativas, temporariamente paralelas: a Universidades. As universidades ampliaram o leque disciplinar da Teologia para a Medicina, o Direito e as Artes. Não eram, porém, paralelas no sentido de serem perseguidas pelas redes dominantes. Eram paralelas em um novo sentido: estavam no fogo cruzado entre culturas e entre os interesses da hierarquia da Igreja, do Império, da burguesia nascente e da aristocracia, merecendo reticências de todos por não alinhar-se diretamente a uns ou a outros. Seu futuro (o presente atual) viria a confirmar que seu paralelismo estava à maré montante da história, o que já despontava com sua massiva frequência desde seu surgimento: no século XIII,

por exemplo, mais de vinte mil estudantes frequentaram a Universidade de Paris. (ARRUDA, 1976, p. 475)

Na mesma época, encontravam-se também outras agências educativas que, em seu início, ainda poderiam desfrutar do conceito de "paralelas". Tratavam-se das corporações profissionais de artesãos. O "fazer com as mãos" era repugnado pelas velhas camadas dirigentes. Era tido como indigno. A educação voltada para este fazer, portanto, era objeto de sua censura (embora, evidentemente, fizessem uso do que os outros faziam com as mãos).

Aqui se delineia um dos períodos mais interessantes para o estudo da história das agências educativas paralelas em geral. Trata-se de uma prolongada fase de transformações do próprio modo de produção da vida social, no transcurso do qual a propriedade feudal e o trabalho servil iriam sendo substituídos pela propriedade burguesa e pelo trabalho "livre" em um processo de competição e luta. As agências educativas não poderiam ser observadas fora desse referencial. E, a partir dele, tem-se que, em vários momentos, seriam grandes as dificuldades para delinear a divisória entre as "oficiais" e aquelas que vêm sendo chamadas paralelas. Pois o poder econômico estava mudando de mãos. O poder político estava mudando de algumas cabeças para outras (ainda que algumas fossem deixar de equilibrar-se sobre pescoços nos processos que se seguiriam). O poder cultural estava, portanto em disputa efetiva.

É neste sentido que é possível apontar, neste "entreveio histórico", agências paralelas representativas de interesses que, se não eram populares, tampouco vinculavam-se às camadas em ascensão dominante. Poderiam ser entendidas, talvez, como aparatos educativos da reação, da aristocracia em lenta agonia mas ainda de posse do uso da força coercitiva. Constituíam um tipo de academia cuja referência exclusiva seria o passado helênico, as artes liberais, a filosofia clássica. Atraíam para si o combate eclesiástico, que censurava a cultura grega como lasciva e pagã, e também o desprezo da nascente burguesia, que escarnecia da educação que não preparasse para a transformação do mundo pela via da técnica e das ciências. No entanto, tais "academias da reação", com seu acento na música, na retórica, no retorno aos clássicos e na filosofia, aportaram contribuições educacionais que seriam, processualmente, valorizadas pelas correntes que se firmavam. A recusa à repressão à infância como método pedagógico, a exigência da pesquisa às fontes originárias de cada vertente do conhecimento e a secularização são algumas delas. Seu objetivo, porém, nem por isso deixava de ser regressivo. Vergério, no século XV, explicava: "**os filhos dos nobres devem ser instruídos nas artes mais excelentes, para demonstrar que são dignos da fortuna de que gozam e das condições em que nasceram.**" (MANACORDA, 1989, p. 180).

Neste cruzamento de perspectivas históricas, é interessante notar, a propósito do embaralhamento entre oficialismos e paralelismos, a intensa interinfluência entre as agências educativas: Guarino de Verona (ainda século XV), que imple-

mentava uma escola de estudos baseado no Instituto Oratoria, de Quintiliano (expoente clássico romano), continuava utilizando como "livros-textos" de gramática o *Catholicon*, o *Dottrinale* etc (manuais alinhados à cultura eclesiástica). (Ibid., p. 182). Faltava-lhes que cantassem: "ainda somos os mesmos, e vivemos, como nossos pais...".

Durante um longo tempo desenvolveram-se as transformações referidas acima, e seu acirramento foi sendo inevitável. As contradições entre a classe em ascensão e o mundo medieval espalharam-se ao conjunto das instituições. Seu ápice no período, do ponto de vista ideológico cultural, e portanto educativo, viria com o estalar do binômio Reforma/Contra-reforma, no século XVI. A par dos aparatos coercitivos mobilizados neste confronto, intenso proselitismo foi desenvolvido dando origem a intensa utilização de meios educativos em prol tanto da Igreja Católica, ligada à cultura medieval, quanto das novas igrejas protestantes, afinadas ao nascente mundo burguês e impulsionadoras de sua matriz ideológica: o liberalismo. Neste momento, será difícil falar de agências educativas paralelas, visto que tratavam-se, na verdade, de verdadeiros blocos históricos em confronto, muitas vezes com bases territorial e estatal próprias.

Ao lado deste gigantesco embate, que só se resolveria de fato após as revoluções burguesas (como a francesa de 1789), gestavam-se novas alternativas educativas. Se é que se pode falar em alternativas com referência a construções utópicas. Ilustração geral, ciências naturais, aprendizado de ofí-

cios, erudição clássica e religiosa se articulariam nas formulações inovadoras de Francis Bacon ou Campanella no século XVII. Embora não se tenham realizado em sua época, inspiraram um tipo ideal de educação integral presente em um conjunto de agências educativas do campo popular contemporâneas. A unidade entre aprendizado universal e trabalho lançava alicerces nas utopias deste período, não tendo esgotado sua afirmação até a atualidade.

2.4. Utopias Paralelas, Educação Paralela: Vésperas da Atualidade

Com o amadurecimento das bases industriais que impulsionavam o avanço da sociedade nova, o século XVIII abrigou uma proliferação ainda maior das utopias paralelas. O desenvolvimento da burguesia e dos trabalhadores livres como pólo central de uma contraditória gama social teve forte impacto no imaginário da intelectualidade. A situação degradante dos trabalhadores foi fonte de inúmeras "invenções", de várias projeções idealizadas de uma sociedade justa, todas igualmente portadoras de projetos educativos correspondentes.

Dentre as de Saint-Simon, Fourier, Etienne Cabet e Owen, destaca-se a utopia deste último. O filantropo da indústria têxtil chegou a gerar experiências reais que merecem o título concreto de "agência educativa paralela". E de intenção popular, poder-se-ia dizer, dado que o povo entrava antes como objeto beneficiado do que como agente ou sujeito. Seu produto deixou traços reais em experiências reais sucessivas, como no que se refere aos jardins de infância. Foi censurado e combatido pela voz do Santo Ofício, uma vez que desenvolvia importantes inovações, ainda que adaptáveis à era burguesa que se consolidava. Já no início do século XIX, Owen abriu o "Instituto para a Formação do Caráter Juvenil", também com classes infantis, junto à sua fábrica escocesa. (Ibid., p. 280). Sua preocupação não era caritativa, mas cooperativa e de projeto social. Visava valorizar exigências humanas gerais das quais estava afastada a classe trabalhadora, e criticava a divisão do trabalho que passava a imperar sob forma nova entre os que governavam e os que faziam. Como crítica utópica, não se concebia vinculada ao desenvolvimento objetivo das lutas que o próprio campo popular iniciava a desencadear. Foi facilmente esterelizada. Seu resultado empírico foi assimilado em inúmeros lugares, tendo-se difundido na Europa. Baseadas em ministrar conhecimentos gerais à infância, proliferaram as agências semelhantes ao "Instituto" de Owen, sem jamais terem gerado a igualdade de oportunidades por ele sonhada.

De fato, à semelhança do ocorrido com as formulações owenianas, multiplicavam-se as experiências educativas inovado-

ras com os desdobramentos da revolução burguesa. Por isto mesmo, porém, tais teorias e agências eram progressivamente destituídas de qualquer caráter paralelo. O que era anteriormente combatido como indesejável em sociedades mais estáticas, tornava-se verdadeira condição de testagem de avanços adaptativos em uma sociedade crescentemente plural e em constante transformação: a sociedade do mercado e do capital. Os próprios Estados Modernos, inseridos em tal dinâmica e informados pelas concepções de laicidade e de universalidade da instrução, sustentaram múltiplas alternativas no crepúsculo do século XIX e na aurora do vigésimo. Os sistemas de Maria Montessori, Itália; ou Décroly, Bélgica; ou Ellen Key, Suécia; ou de Ferrière, na Suíça, seriam exemplos que demonstram, inclusive, a incorporação de elementos anteriormente tidos como paralelos, como o estudo da psicologia infantil ou a vinculação trabalho-educação.

Entretanto, o aprofundamento, a extensão e o domínio da organização social burguesa não teria tido o condão de "desajabilizar" o conjunto de iniciativas educacionais paralelas. Persistirão, permanentemente, confrontos localizados, em inúmeros poros do microcosmos capitalista, ainda que as agências que protagonizam tais confrontos pudessem, em tese, ser úteis ao próprio sistema em sua projeção ideal.

Mais importantes se tornariam, a partir daí, os paralelismos educativos vinculados a projetos sociais emancipatórios populares globalmente antagônicos ao "status quo". Os conflitos no campo da educação iam sendo novamente deslocados de

aspectos parciais para o nível dos projetos abrangentes, desde as questões da metodologia pedagógica até a construção e conquista de um novo tipo de poder e de uma nova sociedade. Sua novidade não viria da vinculação às rebeliões sociais ou da projeção de uma alternativa social, mas da construção desta a partir daquelas. Neste campo temos desde as escolas inspiradas no ideário anarquista ou socialista até a construção real de uma escola vinculada ao surgimento de sociedades nascidas de revoluções populares anti-capitalistas.

Percebe-se, assim, nesta retrospectiva histórica sumariíssima, que há uma persistência do aparecimento de agências educativas paralelas, em muitos períodos concretizado como confrontos entre setores populares oprimidos e setores dominantes. Viu-se também, no entanto, que diversas vezes os setores capazes de produzir agências educativas vinculadas a seus interesses (indesejáveis em dado período) não são necessariamente os mais massacrados em relação as suas condições sociais, mas sim aqueles que, excluídos do poder e da autoridade, já reúnem condições para tornarem-se dominantes em um momento seguinte. Ou, ainda, que já o foram em momento anterior. O fundamental é reter que o padrão histórico das diferentes formações sociais condiciona o espaço e o sentido da geração de tais agências. Além disso, é importante notar como a desconstrução das diferentes culturas que apresentam a vida concreta como fruto de outras causas imediatas que não as variações naturais e a ação humana, desconstrução esta que se radicalizou na era burguesa, possibilitou uma polarização mais geral da sociedade em torno de proje-

tos abrangentes, o que se refletiu também nas iniciativas educativas paralelas.

Desde aqui, se irá estudar as agências relacionadas ao vetor popular dessas matrizes abrangentes contemporâneas, partindo inicialmente das concepções teóricas que as informam.

III REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. EDUCAÇÃO PARALELA E A QUESTÃO DE CLASSES SOCIAIS

A discussão das concepções que informam as contemporâneas agências educativas paralelas do campo popular deve partir das questões teóricas principais evidenciadas em seus próprios documentos. Como sua própria natureza multiforme tornaria excessivamente arbitrária a seleção de textos de uma ou outra agência, optou-se por utilizar um excerto das conclusões coletivas de um seminário de nível internacional efetivado por elas para fins de sistematização. Trata-se do "5º Taller Regional de Sistematização", de agosto de 1986, promovido pelo grupo ALFORJA, uma equipe continental (latino-americana) de educação popular. Tal documento foi publicado em 1988 entre os textos do Instituto Cajamar, agência brasileira com atuação de âmbito nacional. É o que segue:

BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UFRGS
--

▪ O processo de educação popular tem como objetivo o fortalecimento e a consolidação das organizações populares - isto supõe realizar um esforço ativo, ordenado e sistemático de análise, estudo e reflexão sobre a prática.

▪ O objetivo de fortalecer a consciência de classe dos setores populares não pode significar outra coisa senão impulsionar uma ação educativa libertadora, como uma dimensão necessária organizadora das massas.

▪ A educação popular não busca conhecer ou contemplar a realidade social de fora, pois pretende decifrar, no interior do movimento histórico, seu sentido, intervindo ativa e conscientemente em sua transformação. Fazendo da atividade espontânea das massas uma atividade transformadora, revolucionária, uma atividade teórico-prática.

▪ Por isso a educação popular cumprirá seus objetivos na medida em que for - efetiva e praticamente - um processo educativo que permita às classes populares assumir organizadamente, com lucidez e paixão, seu papel de sujeitos ativos e criadores na cons-

trução da história. " (INSTITUTO CAJAMAR, s.d., p.6).

Das questões colocadas neste excerto, pode-se localizar o evidente objetivo de transformação social, e se pode também identificar dois sujeitos propostos para tal ação, embora em dois níveis distintos: um é o educador, elemento "externo", que somente pode tornar-se sujeito de transformação histórica através do outro, as classes populares. O elemento de indispensável mediação que articula educador, classes populares e transformação social é a consciência dos setores que se busca organizar. Tal problemática situa-se, historicamente, entre as preocupações dos socialistas pós-utópicos, pós-século XVIII. Do ponto de vista analítico, os conceitos que se devem debater, para alcançar o modo possível de articulação entre tais elementos, são aqueles envolvidos nas polêmicas sobre classes sociais: a possibilidade de sua objetivação, os fatores atuantes na formação de sua consciência, suas potencialidades enquanto sujeitos históricos.

As questões do estatuto conceitual de "classes sociais", em que pese presentes no debate social desde antes do surgimento da pretensão à construção de um socialismo científico, quedam irresolvidas até o presente. Será preciso, portanto, revolver tal debate a fim de situar, posteriormente, as perspectivas reais abertas diante das agências em foco no que tange a seus objetivos.

De início, embora já sugerido, é importante registrar que o debate sobre a questão das classes sociais é efetivamente anterior à sua sistematização na perspectiva revolucionária que adquiriu com a obra de Marx. É, aliás, ele próprio que faz referência a esta espécie de "pré-história":

" ... o que fiz de novo foi: 1) demonstrar que a existência de classes está ligada puramente a determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3) que esta mesma ditadura apenas constitui a passagem para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes . " (K. MARX; F. ENGELS ap. HOBSBAWM, 1989, p. 402).

E se deve também registrar que seu parceiro decisivo, Friedrich Engels, sugeriria que tampouco a conceituação de classe por Marx desenvolvida teria sido completa ou conclusiva. Na sua edição póstuma de "O Capital", Engels encerraria o capítulo sobre as classes no livro terceiro com a advertência: "Aqui o manuscrito se interrompe" !

Entretanto, se não foi pioneiro nem conclusivo na abordagem conceitual das questões de classe, sem dúvida o trabalho intelectual e mesmo a ação militante de Karl Marx trouxe contribuições insígnias ao debate. Entre estas, ressalta-se o

apontamento de suas relações com a história. Como processo. Marx incisionou sobre concepções estáticas, cortando a visão meramente radiográfica da divisão social, e incisionou também sobre as hipóteses metafísicas, pelas quais era o movimento das idéias que se materializaria no solo social e em suas diferenciações fundamentais. Ele corta afiadamente essas posições, afirmando a relação umbilical entre a formação das classes sociais e os modos históricos de organização do trabalho de produção dos meios de vida, além de desvendar o papel do conflito de classe como impulsionador da própria transformação histórica. Este último elemento deve ser destacado especialmente, na medida em que é um elo, na elaboração marxiana, entre os instrumentos de conhecimento histórico que construiu e a projeção histórica pela qual lutaria em toda a sua vida.

Ainda que aquêm de uma sistematização mais completa, Marx orientaria o conjunto de suas análises à base da questão das classes sociais. Embora seja comum que vulgarizadores atribuam a Marx afirmações reducionistas de que haveriam somente duas classes sociais, ele descreveria diferentes conjunturas históricas como resultado de lutas entre diversas classes. Burguesia, latifundiários, pequena-burguesia e campesinato, proletariado, lumpem-proletariado, etc. Localizava, é certo, pólos decisivos e antagônicos entre si: burguesia e proletariado. Mas não subsumia os demais, ao contrário. Demonstrava como o movimento real das classes "secundárias" rumo a uma ou outra posição era definidor para o desfecho de diferentes situações.

3.2. EDUCAÇÃO PARALELA, CLASSE EM SI E CLASSE PARA SI

Ocorre que, além das diferentes classes, Marx distinguia diferentes estágios na formação de uma mesma classe. Veja-se o que segue:

" o objetivo imediato dos comunistas é o de ... constituição dos proletários em classe...

" As concepções teóricas dos comunistas ... são apenas a expressão geral das condições reais de uma luta de classes existente ... ". (MARX & ENGELS, s.d., p.31).

Percebe-se, nessas linhas, que Marx afirma simultaneamente que a classe proletária já existe e luta, mas ao mesmo tempo deve ser constituída com a concorrência da ação dos comunistas. Isto remete ao entendimento de uma diferenciação entre a situação objetiva e a consciência possível sobre o antagonismo objetivo. Gestada a partir do desenvolvimento das forças produtivas, a classe em si mesma poderia adquirir a compreensão de

sua luta como um projeto para si e contrário à exploração a que a burguesia a submetia. A transição de uma situação para outra não seria entendida como natural, pois estaria relacionada, entre outros fatores, com a intervenção política dos comunistas.

A distinção entre classe em si e classe para si, introduzida na obra "Miséria da Filosofia", de Marx, relacionando o reino das possibilidades e o reino da efetiva constituição do sujeito, não permaneceu pacífica no desenvolvimento da tradição marxista posterior a Marx e Engels. Lênin, Rosa Luxemburgo e Gramsci integraram o legado marxiano em argutas análises que foram base para estratégias de luta socialista em situações complexas. "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia" (Lênin), o folheto "Június" (Luxemburgo) e "Alguns Temas da Questão Meridional" (Gramsci), respectivamente e cada qual a seu modo, traziam linhas orientadoras de importantes partidos socialistas. Neles há aderência à perspectiva da existência de uma base objetiva que deveria orientar a política para o desenvolvimento da consciência proletária. De outro lado, os limites de tal binômio vêm sendo contestados por argumentações igualmente importantes. A insuficiência de seu alcance conceitual para dar conta da diversificação social em processo com o avanço do capitalismo vem sendo levantada por quem refuta a possibilidade da delimitação objetiva das classes em si. O surgimento dos assalariados não-manuais e de amplas camadas beneficiárias da seguridade social parece estar no centro destes questionamentos. Além disso, há o debate sobre a impossibilidade de estudar os lugares disponíveis no processo de produção como se fossem apenas um fenômeno econô-

mico. O efeito variável e ininterrupto de múltiplas lutas civis, sociais, raciais, sexuais, militares sobre a própria organização econômica, portanto sobre as estruturas que gerariam a classe em si, são a fonte dos argumentos contrários à possibilidade de delimitação de uma fase objetivada como uma espécie de pré-história da classe.

Entre os autores que avançam tais problematizações encontramos, em geral, contemporâneos. Goran Therborn, Nicos Poulantzas, Edward Thompson, Eric Olin Wright, Philip Wexler, Adam Przeworski, Jon Elster. Entre outros. Antes de uma aproximação maior a suas reflexões, é interessante lembrar que seus esforços se desenvolvem postos sobre um quase vácuo. Diz-se isto como referência ao prolongado período em que o chamado marxismo ocidental negou-se a qualquer produção sistemática sobre temas econômicos e políticos. A geração da derrota - derrota sob o fascismo, o estalinismo e a euforia capitalista do pós-II guerra - no geral alienou-se intelectualmente da luta de classes, desde a Escola de Frankfurt a outros expoentes. Portanto, não é de causar admiração o fato de os autores dos atuais questionamentos, em sua maioria, não apresentarem vinculação concreta aos movimentos sociais a respeito dos quais se preocupam. Entretanto, se preocupação e teorização ainda não são engajamento e direção, superam sem dúvidas o aplastamento anterior. Ademais, a passagem da situação atual para algo semelhante ao que significaram no início do século Lênin, ou Rosa de Luxemburgo, ou Antônio Gramsci, ou Max Adler, ou Otto Bauer, não depende somente de atos de vontade. Vinculam-se à maturação e

ao despontar de movimentos sociais verdadeiramente massivos e em avanço aos quais possam ligar-se.

De início, está colocado o problema da pertinência analítica de um instrumento conceitual afinado para explicar uma realidade há muito transformada. "Classe em si" referia-se ao operariado de um momento histórico em que seus limites se confundiam, em grande parte, com os limites do trabalho assalariado. O assalariamento estava nascendo como fenômeno massivo junto com o nascimento da classe operária industrial. Assalariada diretamente pelo capital. Deve-se recordar que o Estado não alocava recursos à produção direta, e que o funcionalismo era oriundo de relações monárquicas e não do mercado do novo trabalho livre.

Nessa situação, o Manifesto do Partido Comunista podia afirmar: "o movimento proletário é o movimento espontâneo da imensa maioria em proveito da imensa maioria". E diz mais:

"De todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico." (MARX & ENGELS, s.d., p. 30 e 29).

Marx e Engels consideravam que o desenvolvimento capitalista tendencialmente destruía as camadas intermediárias ou antigas lançando seus contingentes à burguesia ou (principalmente) ao proletariado. Que este, portanto, tendia a tornar-se a grande maioria da população. E que, assim, ao libertar-se, libertaria sinonimicamente o povo espoliado em seu conjunto. É Przeworski quem ilustra tal concepção:

" O Partido Alemão - apontado por Engels como o modelo a ser seguido - cresceu, apesar dos anos de depressão, de 125 mil votos em 1871 para 312 mil em 1881, 1.427.000 em 1890 e 4.250.000 às vésperas da Primeira Guerra Mundial ... Em 1912, sua porcentagem - 34,8% - era mais que o dobro da relativa ao segundo maior partido. ... Em 1907 os social-democratas finlandeses conseguiram maioria relativa, 37%, na primeira eleição com sufrágio universal. Os social-democratas austríacos ... em 1919 conquistaram a maioria relativa - 40,8% ". (PRZEWORSKI, 1989, p. 32 e 33).

Estes dados aparentemente demonstravam que a classe operária tornava-se a passos largos a maioria do eleitorado, visto que os partidos citados chamavam a si especificamente o voto operário. Entretanto, já em seu tempo era somente parcial a verdade de sua demonstração. É o próprio Przeworski quem re-

vela que o operariado finlandês "jamaís excedeu 24%" do eleitorado, em que pese sua social-democracia ter obtido de primeira os 37% citados (Ibid., p. 38).

De fato, percebendo ou intuindo tal discrepância, o Partido Trabalhista Britânico começava a alargar seu conceito da classe em si em 1918, ao franquear suas fileiras aos trabalhadores intelectuais. Já em 1915, Michels escrevia: "O Partido Trabalhista torna-se o partido do 'povo'. Seus apelos não mais se dirigem aos operários manuais, mas a 'todos os produtores', a 'toda a população que trabalha' ..." (Ibid., p. 40 e 41).

E se isso já ocorria naquele período, percebe-se como a indagação sobre a pertinência das previsões marxianas só pôde crescer com o correr das décadas, com a enorme ampliação do contingente assalariado não envolvido na indústria. Na Suécia, indo ainda mais longe, não foi somente o operariado manual que numericamente perdeu terreno diante da população, mas o próprio conjunto dos trabalhadores assalariados. Sua porcentagem caiu de 40,4% em 1952 para 38,5% do eleitorado em 1964 (Ibid., p. 38), diante da ampliação enorme dos aposentados e outros beneficiários da seguridade social somados aos classificáveis na "burguesia". Além disso, segundo Therborn, dentre os trabalhadores suecos, em 1972,

" somente metade da população economicamente ativa estava empregada em empresas capitalistas que dessem trabalho por todo um

ano a pelo menos dez pessoas, e um terço daqueles que desempenhavam uma atividade remunerada não tinha nenhuma relação com a produção ou circulação de mercadorias (à parte sua força de trabalho). " (HOBSBAWM, 1989, p. 423) .

Este conjunto de informações induzem a que se levante, pelo menos, as seguintes questões: se existe, entre os trabalhadores , a classe em si, quem é ela? Quem a ela pertence e quais são seus limites? Seria ela homogênea ou heterogênea? Qual seu desenvolvimento histórico em relação ao todo social? Enfim, como conceituá-la e o que fazer com este conceito? *

* Cumpre lembrar a formulação corrente a respeito nas agências educativas que são o motivo do presente debate: "consciência de classe dos setores populares". Tal lembrança é para que a incursão analítica nos conceitos de "classe" se faça tendo em mente a problematização que será feita a seguir, ou seja: como se inserem tais agências em uma estratégia educativa que se funde em uma visão da sociedade como dividida em classes?

3.3 CLASSE EM SI

É importante, para tornar concretos os questionamentos anteriores, dar-lhes a "cor de gente", refazendo sua formulação, detalhando-a: Somente os operários da produção são proletariado? O faxineiro de uma indústria pertence à classe operária? Os cem mil trabalhadores comerciários de Porto Alegre constituem uma classe em si? Que dizer do engenheiro ou do capataz de setor em uma fábrica? O metalúrgico de uma estatal pertence à classe? E os médicos assalariados, são proletários? E os "barnabês", a que classe pertencem? Um desempregado e um aposentado pertencem à mesma classe? E um executivo de empresa, onde class...ificá-lo? E os professores universitários?

A primeira definição a tomar talvez seja a de não pretender necessariamente obter um grande esquema de enquadramento de pessoas. O objetivo principal seria descortinar as categorias que sejam definidoras de posições coletivas que originam potenciais de conflitos sociais fundamentais para a construção do devir. A particularização de casos ou exemplos concretos, como os levantados há pouco, só pode verificar-se a partir de seu cotejamento com os critérios mais gerais a serem descor-

tinados.

A investigação em busca de tais critérios deve ter algumas características: deve operar em torno dos mecanismos básicos da dinâmica social, e deve ser nem tão grosseira que pasteurize toda a coletividade em dois pólos antagônicos a respeito dos mecanismos eleitos, nem tão fina que resulte em alguma estratificação tão infinita quanto inútil do ponto de vista analítico.

Nesse sentido, sobressaem-se sobre os autores citados os parâmetros de relação com o excedente econômico produzido na sociedade, e o de autoridade (ELSTER, 1989, p. 146 e 147). São discutidas também as variáveis de propriedade, exploração, integração no mercado e relação com a produção material.

O problema da propriedade, especificamente da propriedade dos bens de produção, muitas vezes é utilizado como o único critério. Isto ocasiona ou a maniqueização da análise de classes, se for usado de modo qualitativo, ou sua diluição completa, caso seja utilizado de acordo com a quantidade de propriedades que se possua. Diante desses limites, é freqüente associar-se o critério de exploração. É aqui que se apresenta outro limite: o latifundiário improdutivo, que tem propriedade mas não explora o assalariamento de trabalhadores, seria incluído na mesma classe que o artesão autônomo. Acrescentar a estes o critério da integração ao mercado pode ser útil. Em relação ao mercado, há os que vendem sua força de trabalho e há os que a

compram. E há os que emprestam capital e os que o tomam emprestado. Isto distingue o banqueiro do industrial, o assalariado do patrão, o autônomo do grande proprietário especulador. No entanto, há a objeção de que poderiam ser separados o digitador da CEF e o do ITAÚ porque um vende sua força de trabalho no mercado privado e outro a uma estatal. Poderiam também permanecer unificados um alto executivo de alguma sociedade anônima e o boy da portaria de uma de suas filiais, ainda que as lutas sociais oponham um ao outro a cada enfrentamento global. Dirimir confusões mediante o acréscimo do critério da participação na produção material não seria possível: cada vez mais a produção intelectual é fundamental no próprio processo de produção material, tanto pela mediação da técnica quanto para a criação das condições sociais necessárias à produção. Neste último caso encontram-se, por exemplo, desde os médicos até os profissionais da área de comunicações.

Desse modo, vê-se que a enumeração e utilização de uma série de atributos externos ao ser social em situação consegue apenas traçar algumas linhas, deixando sempre após si contradições importantes. E, embora não se julgue ser possível ou necessário um instrumento conceitual capaz de distribuir o conjunto das situações humanas em um leque de classes, deve-se buscar a constituição de um critério que, sendo simples, possa orientar mais solidamente a investigação sobre a possibilidade da identificação de uma classe em si. Sob este prisma, qual seria o parâmetro, relacionado aos fundamentos de nossa dinâmica social, que expressasse as raízes de suas contradições

e simultaneamente a direção de sua superação? Talvez seja necessário apontá-lo entre os elementos que constituem a novidade primeira da sociedade burguesa: o trabalho livre *. Mais especificamente, o controle sobre ele e sobre a apropriação daquilo que é sua nota peculiar: o excedente de valor **, que ele produz além do valor necessário à reprodução da força de trabalho do trabalhador.

O controle do trabalho livre se encontra formalmente nas mãos do próprio trabalhador. Mas apenas formalmente, de vez que, assim que ele vai "alugá-lo" a um empregador, é este que passa a controlá-lo, tanto de direito quanto de fato. É o empregador quem decide como, com que intensidade e para que destiná-lo. E é ele quem dá a destinação da riqueza criada pelo trabalho além do salário (que é o valor de reprodução da força de trabalho).

* Ironicamente, o trabalho livre é assim chamado pelo fato de o trabalhador estar "livre" de qualquer outra possibilidade de garantir sua subsistência, sua reprodução, a não ser vendendo sua força de trabalho em troca de salário.

** Deve-se lembrar a crescente importância da produção e consumo de símbolos nas sociedades contemporâneas. Ocorre, com isto, um alargamento do conceito de produção de valor. O comércio que enfeita as mercadorias e o espaço da loja de modo aprazível está co-determinando o valor de troca dos produtos, acrescentando-lhes um valor simbólico que não estava presente no final da linha de produção industrial.

Parte da riqueza constituída pelo conjunto do trabalho em um determinado país é paga a um setor social que não participa diretamente das novas relações que envolvem o trabalho livre: os proprietários de terra. Estes, pois, se caracterizam por uma relação específica com o trabalho livre: a de apropriação indireta de seu fruto. Isto se dá porque os capitalistas precisam comprar o direito de estender sua ação sobre novas áreas, pois a terra não pode ser gerada como se fosse capital *. Este controle indireto sobre a riqueza produzida pelo trabalho livre chama-se comumente renda, e delimita contornos de uma classe específica: a dos proprietários de terra, classe que não participa ativamente do processo de produção. Exceto, é claro, nos casos em que seus integrantes sejam simultaneamente capitalistas.

Outros contornos delineados pela relação das coletividades com o trabalho livre são aqueles dos que não "trabalham livremente". Ou seja, aqueles que são proprietários dos seus meios de produção e necessitam trabalhar eles mesmos para que se gerem as mercadorias que irão circular. É a classe chamada pequena burguesia. E se pode delinear, ainda, os daqueles que sequer conseguem trabalhar regularmente, nem de modo livre nem "presos" a meios de produção. Por sua débil situação de repro-

* Capital entendido como trabalho acumulado sob forma de meios de produção privadamente apropriados, conforme J. S. MARTINS, 1981, p. 159 -165.

dução social têm sido chamados como a classe do sub ou lumpem-proletariado.

Além destas classes, cuja definição em relação ao critério do controle sobre o trabalho livre não oferece problemas importantes, há que se tratar dos pólos do antagonismo central gerado em torno dele. Aquele entre vendedores de força de trabalho e seus compradores. Cabe colocar, como preliminar, que não é apenas a ânsia classificatória absolutizada que se deve evitar. A pretensão de total homogeneização no interior de uma mesma classe também não se coaduna ao parâmetro aqui proposto. Certas diversidades no interior de um mesmo campo de relações com o trabalho livre podem ter tal consistência que dêem origem a frações distintas no interior de uma mesma classe. Isto pode ser verdade tanto entre as classes anteriormente abordadas quanto entre os que alienam ou os que controlam o trabalho livre.

Como foi visto anteriormente, no período em que Karl Marx escreveu suas obras havia uma identificação quase imediata entre aparência e concreto a respeito dessas duas classes fundamentais da atual sociedade. Os que alienavam o controle de sua força de trabalho eram a classe operária industrial. Os que a compravam, a burguesia industrial. Viu-se também que o desenvolvimento capitalista ulterior gerou uma complexidade bastante maior. Multiplicaram-se as posições sociais em ambos os pólos. Os que controlam o capital (o trabalho livre acumulado) diversificaram-se em banqueiros, industriais, empresários de magazine, burguesia agrária, e também em proprietários individuais,

grandes acionistas de sociedades anônimas, altos executivos cuja remuneração é vinculada e garantida pelos lucros etc. Portanto, diversificação ligada a diferentes posições de controle quanto ao trabalho livre. Diversidade na unidade de uma classe em si. Entre os que alienam sua força de trabalho, tal processo foi também profundo e amplo. E não apenas no que tange ao espectro das relações com a produção direta, mas também no padrão de alienação/controle da destinação do trabalho. Ocorre, por exemplo, que os procedimentos industriais complexos demandam a necessidade de uma série de postos de trabalho com papéis de controle, particularmente no que tange à disciplina exigida pelos que estão comprando a força do trabalho livre. Tais posições se organizam como uma série de chefias e capatazias. Sua função no controle de outros trabalhadores tem gerado inúmeros questionamentos sobre sua pertinência à classe trabalhadora. É preciso lembrar, no entanto, que seu controle sobre seu próprio trabalho é tão ausente quanto o dos por eles controlados *. Não tomam decisões estratégicas, apenas retransmitem padrões sobre os quais não têm ingerência criadora. Tampouco controlam o excedente de valor incrementado por sua atuação. Não é muito diferente disso o trabalho industrial de técnicos ou engenheiros. Se é verdade que sua ação tem uma dimensão profissional criadora importante, o fazem a mando e "sob soldo" da mesma classe a que,

* Esta contradição fará com que, mais facilmente que outras frações dos trabalhadores, estes setores possam adotar uma posição (ou opção) de classe afinada à burguesia em sua prática social, apesar de sua situação de classe objetiva definida entre os assalariados.

como eles, todos os trabalhadores assalariados alienam seu trabalho livre *. A alienação do trabalho livre, pois, delinea os contornos abrangentes da unidade na diversidade de uma classe em si: os trabalhadores assalariados.

É possível, pois, delinear como categoria analítica abrangente a unidade objetiva dos trabalhadores assalariados. Com contornos de uma distinta classe em si, em que pesem suas múltiplas diferenciações.

Merecem ainda menção as questões ligadas ao trabalho e a inatividade asseguradas pelo Estado, assim como a questão dos desempregados. O trabalho assalariado nas estatais ou no funcionalismo público apresenta diversidade semelhante, no que tange à relação com a produção direta, aos diversos postos de trabalho da sociedade em geral. Não é isto que o distingue. A nota distintiva é o sujeito que compra seu trabalho livre, mas cuja relação originante está no próprio conflito de classes. Um agente que mediatiza, sob a forma de interesse geral, a preponderância das classes que o controlam nos conflitos de controle do trabalho, de seus frutos e de suas condições de reprodução. Nessa medida, não se supera a objetividade das classes em si pela intermediação do Estado. O mesmo se dá em relação àqueles

* Apenas deve ser ressaltado que sua maior remuneração e conseqüente maior facilidade de acesso a créditos pode, em certas condições, permitir-lhes mobilidade social no sentido de tornarem-se novos empresários. Mas não é o que ocorre com maior freqüência, sendo muito mais prevalente sua continuidade como trabalhadores livres.

usuários da seguridade mediante licença ou outras condições, embora nos casos permanentes e exclusivos sua pertença a uma determinada classe em si possa ser questionada. Na mesma medida do questionamento de sua qualificação como potenciais sujeitos históricos com perfil próprio.

Quanto aos desempregados temporários, portanto excluídos aqueles vinculados ao lumpem-proletariado, não há dificuldade em relacioná-los à classe em si à qual se vinculam nos demais períodos, em que pese constituam coletivamente uma fração de reserva.

Traçados estes rudimentos do panorama de possibilidades de verificação objetiva de classes em si, independentemente do curso de sua ação consciente, cabe também fazer notar nele uma característica essencial: a interdependência e mobilidade. Na realidade, fica claro que tais são os contornos de uma dada classe porque tal é o "sistema de classes" na sociedade. São as relações de luta objetiva, de contradições imanentes ao sistema capitalista, que definem até onde vão as relações das coletividades com o trabalho livre. Se não houvesse os que monopolizam os meios sociais de produção, não haveria a necessidade de alienar a força de trabalho etc. Isto não impede, porém a existência de um certo fluxo de passagem de conjuntos ou indivíduos de uma classe a outra, tanto ascendendo como descendo quanto ao controle sobre o trabalho. E tampouco impede a existência de colocações ambíguas, duais ou até contraditórias de pertinência a classes sociais. Ao contrário, segundo as análises de classe

mormente aceitas, há mesmo fatores que tornam tais fluxos uma tendência presente.

Trazida à cena a questão das relações inter-classistas, é o momento de retornar à outra ordem de objeções quanto à possibilidade de objetivação de classes em si na sociedade. Essas são as que dizem respeito ao fato de a configuração geral do sistema de classes ser ela própria já um resultado de outras lutas, sejam sociais, raciais, nacionais, sexuais etc. Lutas em que, por suposto, pode ter imensa relevância o fator consciente, as estratégias, táticas etc. Nesse sentido é que Przeworski afirma ser a luta "por classes", pela constituição de determinadas situações de classes anterior à luta de classes, e às próprias classes em luta (PRZEWORSKI, 1978).

A respeito de tais questões, parece que seu enfrentamento principal não se dá com o estudo de um critério analítico para o reconhecimento objetivo de classes em si, mas com interpretações do próprio processo de gênese das classes. Trata-se antes do confronto de uma concepção dinâmica com aquelas concepções estáticas monistas economicistas, quase que "criacionistas" se as fossem comparar ao confronto entre seleção natural e fundamentalismo bíblico a respeito da origem das espécies. Assim, não se dá nenhuma impugnação da distinção marxiana das classes em si. Mesmo porque o parâmetro construído não é o das atribuições externas como propriedade, mercado e similares. O controle sobre o trabalho livre como parâmetro condensa, além da possibilidade de objetivação, caminhos para a percepção de

lutas diversas em que os homens busquem sua autonomia "latu sensu". Controlar o trabalho é a possibilidade de controlar a vida social multifacetada, pois é ele que materialmente a produz.

Dada uma tal aproximação à realidade embriônica das classes como elementos objetivos, retorna-se à questão originante deste estudo. Como seria formada a consciência de classe, em particular entre os trabalhadores? Ou antes: o que seria ela? Qual o caminho da transição do objetivo coletivo para o subjetivo coletivo, da classe em si à classe para si? E depois: qual o papel de agências educativas em tal possibilidade histórica?

3.4. CLASSE PARA SI

3.4.1. Marx e Engels

" A condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos dos particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o traba-

lho assalariado. Este baseia-se exclusivamente na concorrência dos proletários entre si." (MARX & ENGELS, s.d., p. 31).

Era o que registravam Marx e Engels em 1848, identificando a concorrência na classe, isto é, o comportamento antônimo ao que seria movido por uma consciência dos interesses coletivos, como a melhor garantia da permanência da exploração. O objetivo imediato dos comunistas seria, portanto, como já visto, constituição do proletariado como classe. Tal seria o fator que permitiria por fim à exploração. Nesse sentido, "consciência de classe" não representaria um conhecimento abstrato/teórico da divisão social, mas a totalidade de uma postura coletiva consciente e ativa diante dos antagonistas. Uma práxis superadora, que põe fim à concorrência intestina e move luta contra a burguesia, os compradores do trabalho alienado e formalmente "livre". E mais ainda: não é somente uma consciência auto-referida, pois seu antagonismo central ao fundamento comum dos infortúnios sociais de todas as classes oprimidas coloca no fulcro da consciência superadora a emancipação comum de todos os subalternos. **"Os proletários nada têm de seu a salvaguardar"**, afirma-se no Manifesto. E também,

" o proletariado, em sua luta com a burguesia, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições dos antagonismos entre as classes, as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como

classe. " (Ibid., p. 38).

Desse modo, entre os trabalhadores, a ativa consciência de classe teria um caráter de motor condutor de uma libertação geral de todos os setores oprimidos. Aqui se recoloca o exame da formulação corrente entre as agências educativas em foco: "fortalecer a consciência de classe dos setores populares". Ora, seria possível falar rigorosamente de uma única consciência de classe entre os diversos setores populares que, como analisado, compõem-se de uma diversidade de classes? Diversidade que posiciona diferentes conflitos e revela diferentes contradições objetivas. Diversidade que, portanto, abre perspectivas e interesses diferentes quanto à libertação real do trabalho e, conseqüentemente, quanto à "explosão" dos alicerces do edifício da opressão social. Parece, em função disso, imprecisa a formulação do objetivo educativo examinado *. No entanto, tal imprecisão deve ser abordada sob a ótica própria do tipo de agências em estudo: diversificadas, independentes em relação a instituições totalizadoras como os partidos políticos, muitas vezes locais e específicas quanto ao público alvo etc. Uma abordagem de tal imprecisão será feita mais adiante, a partir de tais características, no bojo do conhecimento dos processos de formação de consciência de classe e do papel de diferentes sujeitos em seu interior.

* Ela parece referir-se a um sistema homogêneo, quando a realidade parece oferecer campo à possibilidade de um sistema hegemônico como padrão de relação das classes populares entre si em uma perspectiva de libertação geral.

Aqui deve ser ressaltada mais uma vez a ausência em Marx, e em boa parte dos que buscaram teorizar posteriormente sobre a questão, de um arcabouço completo de cunho sistemático sobre o problema. Será necessário discutir vários autores, e mesmo períodos diferentes da elaboração de alguns deles, para fazer um balanço abrangente das perspectivas de formação da consciência de classe. Das perspectivas, dito de outro modo, da ação educativa que visa transformações superadoras, indesejáveis do ponto de vista dos interesses dominantes.

Foi visto que Engels e Marx associavam inversamente concorrência operária e consciência de classe. Desse ponto de vista, todo tipo de estímulos à união, de formas de associação e organização, fossem culturais, ou profissionais, vicinais, sindicais ou políticas, eram vistos como integrantes privilegiados do processo de formação daquela consciência. Não se encontrará a formulação de um molde pré-concebido em sua obra nesse sentido. Mais ainda, serão muitos os momentos em que se encontrarão passagens afirmando haver uma tendência espontânea na dinâmica social rumo à constituição da classe para si entre os proletários, e mesmo destes em classe dominante. Em alguns momentos, inclusive, tal dinâmica recebe o forte adjetivo de inevitável: **"A burguesia produz seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis."** (Ibid., p. 31).

No entanto, talvez tal tipo de afirmação não deva ser julgada apressadamente fora do contexto. Longe de uma cômida concepção determinista, os autores em foco trabalharam ativa-

mente para que o movimento dos trabalhadores construísse partidos políticos próprios, distintos, opostos a todos os velhos partidos das classes possuidoras, sem os quais não poderia atuar como classe. Portanto, o "inevitável" requeria certas condições não inevitáveis. E a questão do Partido seria reafirmada diversas vezes como ponte necessária para a consciência de classe. Aliás, sua primeira verificação concreta da configuração dos trabalhadores como classe para si deu-se ao apontar o Partido Cartista Inglês como instrumento de ação política da classe.

Ainda neste campo, combateriam propensões a fixar um modelo de partido válido em todas circunstâncias, exceto certos princípios referentes à democracia interna que deveria vicejar sempre, como se vê em citação de Engels por Monty Johnstone:

" O partido operário se baseia nas críticas mais agudas da sociedade existente; a crítica é seu elemento vital; como pode, então, evitar ele mesmo as críticas, proibir a controvérsia? É possível que demandemos dos demais liberdade de expressão somente para eliminá-la imediatamente em nossas próprias fileiras?" (CERRONI, U.; MAGRI, L.; JOHNSTONE, M., 1978, p. 89).

Mesmo as supostas derivações de autores contemporâneos que pretendem fazer remontar a Marx e Engels a teoria de "uma classe, um partido" esboroam diante de sua ausência de mo-

delos partidários: "a **solidariedade proletária se leva à prática em todas as partes em diversos agrupamentos partidários que se-guem carregando mortais inimizades mútuas.**" (Ibid., p. 113, nota 263).

Na verdade, as concepções partidárias destes autores não foram imutáveis, dado mesmo que se alteraram as próprias condições da luta de classes e o espaço dos partidos durante sua elaboração. Da pequena Liga dos Comunistas (1847-1852), do "Partido" sem organização concreta durante o refluxo da década de cinquenta a princípios da seguinte, da ampla Associação Internacional dos Trabalhadores (que não deveria definir excessivamente seu programa para não estreitar sua base), do Partido de orientação marxista e larga base nacional, como o da social-democracia alemã, do pouco definido partido de trabalhadores americano ou inglês (1880 a princípios da década seguinte), deve-se reter o princípio geral de organização do proletariado em partido político, portanto em classe para si. O avanço de tal consciência rumo a uma definição socialista e revolucionária deveria acompanhar o ritmo de avanço da própria classe. Aos comunistas caberia impulsionar e zelar por tal processo.

Após Marx e Engels, deixaram marca duradoura entre as elaborações sobre consciência de classe a produção de Kautsky e Lênin, de 1901-1902, entre os germânicos e os russos. Para discuti-las serão utilizados os escritos de Lênin, tanto por estarem ambos de pleno acordo a esse respeito, nesse período, quanto por a obra deste último ter alcançado posteriormente o

status de "verdade oficial" entre a maioria dos comunistas em todo mundo. Ao fazê-lo, porém, será necessário estender tal estudo a um período maior das elaborações de Lênin, para que fique claro seu contexto teórico.

3.4.2. Lênin, ziques e zagues

Veja-se, primeiro, os enunciados básicos do Lênin daquele período a respeito de consciência de classe. Nele, é importante lembrar, o termo "social-democrata" equivalia a "socialista", conforme se usava dizer sob influência da II Internacional. A seguir:

" Sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário. Nunca se insistirá demasiadamente nesta idéia...

" ... os operários nem sequer podiam ter consciência social-democrata. Esta só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente com as próprias forças, só é capaz de desenvolver uma consciência trade-unionista... Por seu lado, a

doutrina do socialismo nasceu de teorias filosóficas, históricas, e econômicas elaboradas por integrantes instruídos das classes possidentes, por intelectuais. ... Uma vez que nem sequer se pode falar de uma ideologia independente elaborada pelas próprias massas operárias no decurso do seu movimento, o problema põe-se unicamente assim: ideologia burguesa ou ideologia socialista. Não há meio termo." (LÊNIN, 1982, p. 96, 97, 101 e 107).

A consciência de classe, pois, não se daria na experiência das massas com suas lutas: viria de fora.

Como se vê, Lênin usa sem distinção ou definição os termos teoria, consciência, doutrina, ideologia. Tal embaralhamento tem consequências importantes, que serão posteriormente analisadas. Por hora, deve-se explicitar outras formulações encontradas em Lênin, conforme aludido anteriormente.

" A consciência de classe é a compreensão pelos operários de que o único meio de melhorar sua situação e conseguir sua libertação é a luta contra a classe dos capitalistas e fabricantes, que nasce com o surgimento das grandes fábricas. Logo, consciência de classe dos operários significa a com-

preensão de que os interesses de todos os operários de um determinado país são idênticos, solidários; de que todos eles constituem uma só classe, uma classe à parte de todas as demais da sociedade. Consciência de classe dos operários quer dizer, enfim, a compreensão por eles mesmos de que, para alcançar seus objetivos, é indispensável que se ocupem de assuntos de Estado, tal como fizeram e continuam fazendo os proprietários de terra e os capitalistas.

▪ De que modo podem os operários adquirir a compreensão de tudo isto? Adquirem-na extraíndo-a constantemente da mesma luta que já iniciaram contra os fabricantes e que se desenvolve cada vez mais, aguçando-se mais e incorporando um número cada vez maior de operários à medida em que crescem as grandes fábricas. " (V. LÊNIN ap. CARLO, s.d., p. 69).

Tal era a opinião do Lênin de 1895, uma época de grandes e massivas greves operárias na Rússia. O que foi reafirmado em 1896:

" As greves de 1895 e 1896 não foram em vão. Prestaram enormes serviços aos ope-

rários russos. Mostraram-lhes como conduzir a luta por seus interesses. Ensinaram-lhes a compreender a situação política e as necessidades políticas da classe operária. "

(Ibid., p. 70).

Ao contrário de suas formulações seguintes, pois, e particularmente daquelas do "Que Fazer?", Lênin afirmava que a consciência de classe seria haurida das lutas espontaneamente iniciadas pelos trabalhadores. Mas não foi apenas em seus primeiros escritos que Lênin brandia tais concepções. Apenas três anos depois de Que Fazer? , durante as jornadas de luta popular de 1905, escrevia aos social-democratas de então: **"... que as suas palavras de ordem vão sempre à frente da iniciativa revolucionária das massas, servindo de farol ..."** (Lênin, 1980, p. 453, grifos meus). Ou seja, às massas era novamente reconhecida a capacidade de ter uma iniciativa revolucionária, e não apenas iniciativas sindicalistas. No ano seguinte a velada auto-crítica em relação a 1902 avançava:

" Não foi nenhuma teoria, nenhum apelo - viesse de quem viesse - nem a tática que alguém pudesse ter inventado, nem a doutrina de um partido, mas a força da própria realidade, que levou esses órgãos sem partido, de massas, à necessidade de desencadear a insurreição e os converteu em seus órgãos. "

(V. LÊNIN ap. CARLO, s.d., p. 87).

Referia-se ao papel dos sovietes, ou conselhos populares, na revolução de 1905, que terminou derrotada pelo absolutismo.

Posteriormente, Lênin é mais explícito em reduzir a importância da noção de formação da consciência de classe contida em *Que Fazer?*, afirmando que era apenas um compêndio de táticas e de diretrizes organizativas, excluindo qualquer princípio teórico de validade geral:

" Um compêndio, nem mais nem menos.

" Ora, nem mesmo no II Congresso pensei em erigir as formulações do 'Que Fazer?' em algo 'programático', em princípios especiais." (Ibid., p. 89).

Tal desabsolutização do papel do elemento externo se fortalece no pensamento de Lênin e integra o fio condutor de sua elaboração sobre a democracia socialista sem por isto conceder ao espontaneísmo, como se vê em uma de suas principais obras, *"O Estado e a Revolução"*, escrita durante o processo revolucionário vitorioso de 1917. Somente com o isolamento, o cerco e o esgotamento da soberania revolucionária proletária ele retomará elementos da concepção de formação da consciência de classe de *Que Fazer?*. Ainda assim, quase à morte, procurará meios de contrabalançar o processo de burocratização cujo nascimento acompanhara o aniquilamento físico da própria classe ope-

rária na guerra com os exércitos brancos. Lá se liquidara a possibilidade imediata de uma espraiada consciência de classe para si, pois praticamente não havia mais sequer classe em si.

Feita essa retrospectiva da evolução do pensamento de Lênin sobre a consciência de classe, cumpre retornar à discussão daquela etapa de suas formulações que maiores marcas deixaria nos posteriores movimentos socialistas dos trabalhadores: as do Que Fazer?.

Como visto, Lênin afirmava que a consciência socialista vinha de fora para dentro da classe trabalhadora. Mas usava também e indistintamente, neste momento, os conceitos de teoria, doutrina ou ideologia para dizer a mesma coisa. Quais as conseqüências dessa mixagem semântica? São tais que até hoje debatem-se posições diferenciadas de largo alcance que têm entre suas divergências a controvérsia sobre este ponto. Polêmicas entre estruturalistas althusserianos e intelectuais gramscianos podem ser exemplificadas ao deslindar-se este embaralhamento, bem como outras.

Evidentemente, não é um mero problema de dicionário, pois é toda uma perspectiva filosófica que se altera conforme se opte por uma ou outra alternativa. Exclua-se do debate o conceito de doutrina, pois não tem qualquer alcance na obra de Lênin. Ele recusou-se em toda sua vida a ossificar o ponto de vista comunista em manuais ou em fórmulas e dogmas como uma doutrina, embora muitos o tenham lido deste modo posteriormente.

Sua utilização foi eventual e como mero recurso semântico, bastando ler suas demais obras para percebê-lo. Quanto à alternância indistinta entre "consciência", "teoria" e "ideologia" veja-se a seguir.

3.4.3. Lênin, Marx, Althusser, Kosík, Gramsci: uma mesa redonda

Lênin, não seria necessário dizê-lo, proclamava-se um marxista. Sua obra deve ser lida neste contexto preciso. Ainda que se entenda corretamente o marxismo como obra em aberto, não haverá antagonismos entre seus possíveis desenvolvimentos e suas premissas filosóficas. E, entre estas, encontramos o combate à noção idealista de consciência:

" A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida. "

(MARX & ENGELS, 1981, p. 29)

Portanto, consciência não pode derivar de consciência. A consciência de classe não poderia nunca ser um produto da consciência dos intelectuais despreendida do seu ser social e "transfundida" ao cérebro dos trabalhadores. Consciência não pode vir "de fora". Ela só pode se dar sobre a vida, que é vida

concreta e social. Assim, para discutir a formação da consciência de classe, é necessário perquirir sobre as condições normais da consciência social geral em situação.

A esse respeito, deve-se partir da identificação da forma geral como se apresentam os fenômenos sociais em um dado modo de produção para apontar o tipo de consciência imediata que se produz sobre eles na sociedade, como escreve Kosík:

" No trato prático-utilitário com as coisas - em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas - o indivíduo 'em situação' cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade.

" O fenômeno não é, portanto, outra coisa senão aquilo que - diferentemente da essência oculta - se manifesta imediatamente, primeiro e com maior freqüência ... se quiser pesquisar a estrutura da coisa e quiser perscrutar a 'coisa em si', se apenas quer ter a possibilidade de descobrir a essência oculta ou a estrutura da realidade - o homem, já antes de iniciar qualquer investigação, deve necessariamente possuir uma

segura consciência do fato de que existe algo susceptível de ser definido como estrutura da coisa, essência da coisa, "coisa em si", e de que existe uma oculta verdade da coisa, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente. "(KOSÍK, 1976, p. 10, 12 e 13).

Ou seja, a consciência imediata se origina dos fenômenos sociais, da aparência das coisas, e para superá-la é necessário intuir a existência de "algo mais" e ir em sua perseguição. Na sociedade capitalista, a sociedade em que tudo, do trabalho aos objetos de consumo, são identificados como mercadorias propiciadas pelo capital, esta é aparência primeira das coisas, aliada à igualdade formal entre os indivíduos, que é a condição geral para as compras e vendas contratuais que formam o mercado. Esta aparência da realidade como coisas, como mercadorias produzidas graças ao capital e não como frutos de um processo de trabalho social, compõe o modo geral de apreensão da realidade. Norteia o sistema de códigos e valores dominantes, a ideologia dominante. A ideologia burguesa.

Assim, para construir sua consciência como classe para si, os trabalhadores assalariados partem de uma realidade determinada. Em todas as sociedades "**as idéias dominantes de uma época sempre foram as idéias da classe dominante**". (MARX & ENGELS, s.d., p. 36). É desta realidade que se parte. É preciso, então delinear as seguintes questões: de onde pode vir a

intuição de que há uma realidade oculta a desvelar e enfrentar? De onde vêm os elementos de racionalização capazes de esclarecer tal intuição? Como se dá sua fusão em um novo patamar, o patamar da consciência da classe para si?

Para debater a primeira interrogação, precisa-se explorar mais o próprio conceito de ideologia. Marx e Engels afirmavam, como visto, que a ideologia dominante em uma sociedade é a ideologia das classes dominantes.

Essa afirmação, ao lado daquelas referidas em Lênin, tem sido o foco de disputas teóricas importantes. De sua consideração geraram-se pelo menos dois campos de interpretação. Um é aquele que entende ser a ideologia dominante absolutamente dominante. Outro é aquele que supõe só poder existir o componente dominante como tal se houver também o componente, neste caso a ideologia, dos dominados.

Quanto aos primeiros, deve-se fazer jus à amplitude de seu posicionamento ressaltando que se trata, na maior parte deles, de mais que apenas um ponto de vista sobre a ideologia burguesa ou as ideologias dominantes em outras épocas ou sociedades. Trata-se de uma teoria sobre a ideologia em geral, que afirmam ser dominante como uma estrutura necessariamente presente em toda a sociedade de classes. Seu principal autor é Louis Althusser.

Tal estrutura seria a necessidade dos indivíduos, em uma sociedade de classes, portanto alienante, de assumir uma representação imaginária invertida de suas relações com suas condições reais de existência. Enquanto o jovem Marx da "Ideologia Alemã" descrevia a ideologia como a representação invertida das próprias condições de existência, Althusser traz a inversão para um momento "mais profundo", o das relações imaginárias do indivíduo com as tais condições de existência. Ou seja, para o modo como o indivíduo representa suas relações com a existência social. E afirma que, invariavelmente, este modo é tal que o indivíduo irá sempre conceber-se como sujeito de sua vida, o que ele afirma ser uma inversão frente à estrutura social. Ou, mais precisamente, afirma que o indivíduo é sujeito somente na medida em que é

" ... um ser submetido, sujeito a uma autoridade superior, portanto desprovido de toda a liberdade salvo da de aceitar livremente a sua submissão. " (ALTHUSSER, 1980, p.113, grifo meu).

Althusser aponta o saber científico como alternativa a um mundo ideológico estruturalmente dominante. A ciência seria o caminho da consciência de classe proletária. Porém, em sua formulação, queda irresolvida a questão posta por Kosík, qual seja a de que, para alcançar-se a ciência da "coisa em si", é preciso ter ao menos a intuição de que haja algo a enfrentar além do fenômeno aparente. E como tê-la se se está absoluta-

mente submetido? Permanece também o problema de se, quanto a uma classe com a possibilidade de abolir a própria sociedade de classes, representar-se a si mesma como sujeito não será antes a percepção verdadeira de um potencial histórico que uma ilusão. Como o segundo problema é um problema em aberto para a própria prática social, deve-se aqui discutir a primeira questão, que é também a primeira das três interrogações há pouco levantadas. De onde pode vir tal intuição?

Essa interrogação está relacionada, por sua vez, à segunda hipótese interpretativa da afirmação marxiana em foco. Haveria um sistema de códigos e valores dos dominados ? Que possuísse já elementos que abririam a possibilidade do desvelamento social? Se de fato a luta de classes é reconhecida como um móvel de contradições que perpassam todo o tecido social, objetivo e subjetivo, tal hipótese deve ser considerada.

Ora, a vivência proletária, sua experiência concreta, é a de um mundo angustiante em que se fundem expectativas e crenças com desilusão e revolta. Tais elementos, evidentemente, são objeto permanente de um trabalho de articulação "desejável" por toda a rede educativa oficial, pública e estatal ou não, escolar, eletrônica ou ritual. No entanto, são também impactados pela situação de "coletivização das revoltas" catalisada pelo próprio desenvolvimento capitalista, realçando experiências e sentimentos indesejáveis. A constatação coletiva da insuportabilidade da exploração crescente delimita espaços valorativos alternativos, e a ação coletiva de resistência gera códigos in-

terpretativos opostos àqueles dominantes. E os trabalhadores que aí se solidarizam se reconhecem, através desses códigos e valorações, como sujeito coletivo diferenciado. É um novo "modus apreendendi", uma ideologia antagonista que se ergue contra o pretendido monolitismo da ideologia das classes dominantes. É a ideologia proletária. Dominada, sim, mas expressão das contradições objetivas geradas por esta mesma dominação. E é daqui que fermenta a intuição que torna possível a busca da coisa em si, a busca da essência que engendra a dominação. A busca, ou a possibilidade da construção, do conhecimento necessário à sua destruição.

Gramsci dizia, a este respeito:

" ... as ideologias tem uma validade que é validade 'psicológica': elas 'organizam' as massas humanas, formam o terreno pelo qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. "

(GRAMSCI, 1978, p. 62 e 63)

O que não foi novidade no interior da tradição comunista, pois já no Manifesto podia se ler:

" ... a indústria, desenvolvendo-se, não somente aumenta o número dos proletários, mas concentra-os em massas cada vez mais consideráveis; sua força cresce e eles

adquirem maior consciência dela. " (MARX & ENGELS, s.d., p. 28).

Nesse ponto, retoma-se a segunda interrogação colocada: de onde vêm os elementos de racionalização capazes de esclarecer tal intuição? É a clássica problemática do Que Fazer?. Se é verdade que, como visto, a consciência de classe não pode ser transfundida, pois só pode ser gerada na experiência real, também é verdade que a eficácia de uma ideologia dominada bruta tende a ser a mesma daquela das massas populares derrotadas na revolução russa de 1905. Se não há homogeneização de seus elementos conseqüentes em detrimento dos elementos da ideologia dominantes nela presentes, a ideologia proletária não se capacita à hegemonia do conjunto das classes populares. E nem tampouco reúne-se a capacitação estratégica e tática necessárias à luta de classes a partir somente de valorações alternativas. Aqui é que entra o elemento externo: a crítica teórica.

Antes de mais nada, porém, é necessário situar o que se quer dizer com externo. Externo à classe? Externo à luta de classes? Como é recrutado "para baixo" este elemento?

Nas etapas iniciais do desenvolvimento capitalista, os indivíduos com acesso ao acúmulo teórico produzido anteriormente pertenciam fundamentalmente às classes dominantes. O recrutamento daqueles que fariam a crítica de tal acúmulo a partir da perspectiva proletária se dava, segundo o Manifesto, porque eles anteviam a destruição iminente de sua própria classe, "ade-

rindo à classe que tem o futuro nas mãos ... (pois) atingiram teoricamente a compreensão do conjunto do movimento histórico". (Ibid., p.29).

Portanto a adesão do elemento externo era já um efeito da própria luta de classes. Porém, Marx e Engels a revestiam de um tom catastrófico e negativista, na medida que a condicionavam à percepção da suposta bancarrota iminente da burguesia. Isto talvez se devesse à linguagem própria de um manifesto, ou da iminência das lutas que logo desatavam, pois em um momento um pouco anterior, Marx escrevia:

" Assim como os economistas são os representantes científicos da classe burguesa, os socialistas e os comunistas são os teóricos da classe proletária. Enquanto o proletariado não estiver ainda suficientemente desenvolvido para constituir-se como classe, enquanto, por conseguinte, a luta mesma do proletariado contra a burguesia não estiver ainda revestida de caráter político ... estes teóricos não passam de utopistas ... Mas à medida que avança a história e com ela começa a se delinear, com traços cada vez mais claros a luta do proletariado, esses (teóricos) não têm mais necessidade de buscar a ciência em suas cabeças: basta-lhes dar-se conta do que desenrola ante seus olhos e

converter-se em porta-vozes desta realidade". (K. MARX ap. CARLO, s.d., p. 78).

Aqui fica mais claro. O fator básico que transforma utopistas em indivíduos capazes de utilizar as ciências à serviço de transformações superadoras é a luta dos trabalhadores. É ela que torna possível não só aos próprios trabalhadores, mas também ao elemento externo, intuir e buscar conhecer a essência que o fenômeno ao mesmo tempo sugere e esconde. E poder-se-ia dizer ainda mais. É também a luta proletária, que gerando valores e códigos interpretativos alternativos, sob seu aspecto de luta ideológica (ainda que fragmentada), que incide sobre as classes dominantes e disputa a adesão de intelectuais a valores anti-burgueses. Portanto, não somente converte utopistas em porta-vozes, mas ganha pelo coração e pela mente indivíduos tendencialmente conformados para a condição de rebeldes, pressuposto ideológico de qualquer passo seguinte mais conseqüente.

Tal processo, em etapas históricas posteriores, foi ainda mais simplificado pela burguesia. Ao desenvolver mais amplamente o domínio do capital, unificou mais amplamente os setores sociais cuja sobrevivência está na dependência da venda do trabalho livre. Com o que, uma ampla capa de intelectuais passa a poder ser transformada em teóricos da emancipação proletária a partir da própria classe. O elemento externo se torna, de certo modo, elemento interno, somado àqueles trabalhadores que fazem o percurso inverso: de trabalhadores "brutos" a teóricos da classe.

Desse modo, elemento externo é a crítica teórica, tornada apropriável pela própria luta de classes, acessível tanto diretamente pela via dos meios de divulgação socializados pelo próprio capital, quanto através do recrutamento de aderentes de fora ao movimento dos trabalhadores. A teoria emancipatória, não construída espontaneamente, mas fruto do esforço intelectual crítico dirigido sobre toda a cultura produzida pela humanidade, erudita ou folclórica, e dirigido ainda sobre as condições reais e concretas da luta de classes, é o elemento capaz de esclarecer a intuição ideológica. Capaz de interagir com a ideologia proletária espontânea e dar curso à formação da consciência de classe para si; capaz de organizar os elementos ideais revolucionários já presentes na classe, possibilitando sua capacitação estratégica à disputa pela hegemonia e por uma nova sociedade.

Tal concepção, enfim, não era estranha ao autor do *Que Fazer?*, embora na conjuntura em que escreveu aquela obra a disputa com os espontaneístas radicais o levasse a forçar demais a "curvatura da vara". É o próprio Lênin que afirmaria:

▪ Cada cultura nacional comporta elementos, ainda que não desenvolvidos, de uma cultura democrática e socialista. Mas em cada nação existe igualmente uma cultura burguesa..., não somente no estado de 'elementos', mas sob a forma de cultura dominante.▪ (V. LÊNIN ap. FRANCO, 1985, p. 118).

A partir dessa perspectiva, quanto à luta anticapitalista contemporânea, mantém validade e pode ser complementada uma das afirmações do Que Fazer? sobre o tema aqui tratado: **"Sem teoria revolucionária, não pode haver também movimento revolucionário" ... conseqüente.**

3.5. A EDUCAÇÃO E A TRANSIÇÃO DA CLASSE EM SI À CLASSE PARA SI

3.5.1. Elementos de Metodologia Educativa

Deve-se, neste momento, retornar à terceira das interrogações anteriormente postas neste trabalho, a respeito dos elementos de racionalização (teoria) que podem esclarecer a intuição ideológica: como se dá sua fusão em um novo patamar, o patamar da consciência de classe para si? É aqui, por outro lado, que se adentra ao debate propriamente educativo, estabelecidas as premissas anteriores, sobre o papel das agências do campo popular na formação da consciência de classe entre os trabalhadores.

▪ A reação racional adequada que deve, desta forma, ser adjudicada a uma situação típica determinada no processo de produção, é a consciência de classe. " (LUKÁCS, 1974, p. 64).

▪ ... a revolução é um drama passional; não conquistamos o povo apelando para a razão, mas sim fazendo nascer a esperança, a confiança e a fraternidade. " (MAO TSÉ TUNG ap. FRANCO, 1985, p. 116).

São duas citações, a primeira de Georg Lukács e a segunda de Mao Tsé Tung, as quais trazem indicações muito interessantes se lidas além de seu antagonismo aparente. Na realidade, apontam à insuficiência de um trabalho que considerasse de modo mecânico as distinções anteriormente estabelecidas neste texto. Um projeto educativo (elemento externo) com foco na formação da consciência de classe não pode prescindir de nenhum dos dois aspectos: intelectual/teórico e ético/ideológico. Seu objetivo, em ambos os campos, será desenvolver um processo que sublinhe e amplifique os elementos de conhecimento e de valorização já gerados na experiência dos oprimidos em situação e integrá-los em diálogo com o conhecimento e os valores sintetizados a partir da reflexão sobre o conjunto dessas experiências em nível internacional e histórico. Portanto, o papel das agências motoras de tal projeto não será juntar teorias nas cabeças de um coletivo sensibilizado, mas construir com ele o processo de abstração que vai do fenômeno à essência, elevando o concreto vivido à totalidade concreta pensada, de acordo com as motivações já presentes e aquelas que podem ser despertadas.

Tal processo não pode pretender realizar de uma vez o "ciclo completo" que vai da intuição à consciência estrategicamente capacitada. Por dois motivos já vistos: primeiro, a consciência só pode ser no ser social consciente, o que implica que é neste que se encontra a determinação dos ritmos, e não no elemento externo; segundo, porque tal consciência não é o domínio de fórmulas abstratas, e sim a orientação perspectivada para a ação em situação. Conforme escreveu Gramsci, apontando à progressiva

▪ ... superação das paixões bestiais e elementares por uma concepção da necessidade que fornece à própria ação uma direção consciente. Este é o núcleo sadio do senso comum, o que poderia ser chamado de bom senso, merecendo ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. ▪ (GRAMSCI, 1978, p. 16).

O caráter necessariamente fragmentado e espiral da ação educativa com tal projeto pode ser exemplificado com um caso acontecido nas guerras de libertação vietnamitas. É Ho Chi Minh quem o narra em suas " Recomendações ao I Congresso Nacional de Educação de Quadros " (maio de 1950), mas foi uma camponesa chamada Thai, então com 20 anos de idade, quem a vivenciou e contou a ele:

▪ Os quadros se dedicavam a ajudar a população em todas as ocupações, desse modo garantindo sua estima. Foi assim que se restabeleceu a união entre a população e os quadros. As bases foram reconstruídas. Os quadros viviam misturados à população e conseguiram pouco a pouco reorganizar a produção e a luta armada. Um dia, quatro milicianos chegaram à aldeia. As aldeãs, vestidas com requinte, serviram-lhes licor. Como este continha narcótico, os milicianos, depois de beber, caíram todos desmaiados. As mulheres chamaram, então, os guerrilheiros, que os despojaram de suas armas. Quando voltaram a si e viram que haviam perdido seus fuzis, os milicianos fugiram. Prevendo represálias, os quadros discutiram com a população como esconder o cereal e os outros bens na floresta. Mas não ousaram, ainda, naquele momento, preconizar a tática de 'terra arrasada'. Foram justamente os velhos da aldeia os primeiros a ter a idéia de queimar as casas para que o inimigo não achasse nada para lhes servir de abrigo caso chegassem à aldeia. Esta idéia foi aprovada por todos. Quando o inimigo chegou, suas próprias armas (tomadas aos milicianos) permitiram aos habitantes resistir e rechaçá-

los. Desde então, a população está cheia de confiança nas suas próprias forças e nos quadros e o movimento cresce dia a dia. "

(Ho Chi Minh , 1984, p. 162 - 163).

Encontra-se, neste exemplo, os elementos essenciais da metodologia educativa popular indesejável. Em primeiro lugar, os portadores do elemento externo vislumbravam que tal assimetria não lhes merecia nenhum privilégio, pois não se estendia a outras esferas. O contrário seria situar-se de modo similar ao opressor e "cortaria" o processo buscado. Em segundo lugar, sua ação educativa deu-se sobre outra ação já praticada pelos próprios camponeses. Discutiram com eles os próximos passos consequentes à ação aldeã a partir da teoria que dominavam em virtude do acesso que tiveram aos ensinamentos extraídos de inúmeras outras experiências de lutas anteriores. A teoria indicava que os imperialistas voltariam, e que era necessário esconder os víveres na floresta. Em terceiro lugar, reconheceram que a teoria acumulada não é suficiente, e deve ser completada a partir da experiência de luta em situação. Assim, somaram-se à criatividade popular implementando a tática proposta pelos velhos. Em quarto lugar, transformaram os resultados da prática em reflexão e em uma nova aquisição teórica geral sobre a tática, transmitindo-a aos comandos e ao próprio Ho Chi Minh. Em quinto lugar, simultâneo aos anteriores, propiciaram um novo passo na formação ideológica, trazendo aos camponeses a confiança em suas próprias forças.

3.5.2. Partido Político e Partido Ideológico

No entanto, se este caso exemplifica o caráter de avanços parciais da educação indesejável (embora no caso não fosse a polaridade trabalhadores assalariados x capitalistas que estava em foco), ao mesmo tempo revela a existência de estruturas permanentes, de agências, de aparatos que integravam cumulativamente e socializavam tais experiências dispersas. Nesse exemplo, eram o Partido Comunista e o Exército de Libertação Nacional.

Assim, além da metodologia educativa geral, que deriva da própria concepção do processo de formação da consciência de classe, desponta mais um elemento necessário ao debate daquela terceira interrogação hora em pauta: a agência educativa do campo popular. Assim como o meduti egípcio não poderia ser reproduzido "de ouvido" em escala ampliada, o processo de fusão da teoria transformadora com a ideologia proletária não pode dar-se em escala social se tal esforço não for consciente e organizado estruturado. A classe para si não existirá a não ser que seus embriões rompam o isolamento, identifiquem-se entre si e constituam uma vontade coletiva. A criação dessa vontade coletiva, em Maquiavel, era mediada pelo Príncipe da nação. Já Antonio Gramsci diz que o

▪ moderno príncipe ... não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha-se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. ▪ (GRAMSCI, 1980, p. 6).

E o afirma continuando o Marx que escrevia não ser possível aos trabalhadores agirem conscientemente como classe se não construíssem um partido independente. Gramsci frequentemente chamaria também o partido de intelectual coletivo. E afirmava também que, como partido da classe, tornava-se propriamente um partido político ao impulsionar as relações dessa classe para fora, em contato com as demais classes subalternas, unificando sua vontade contra o inimigo principal. Ou seja, na medida em que pode soldar a resolução de todas as principais contradições sociais à resolução da contradição entre capital e trabalho.

No entanto, se o partido político é decisivo para a congruência dos diversos processos de formação da consciência de classe, para sua homogeneização e para a ação política hegemôni-

ca, não deve ser entendido como instrumento único em nenhum sentido. A amplitude e a diversidade de tais processos se traduzem em uma pluralidade de instrumentos que constituem, de conjunto, o que Gramsci chamava partido ideológico, ou partido orgânico:

▪ Será necessária a ação política (no sentido estrito) para que se possa falar de 'partido político'? Observa-se que, no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais se dividiram, por necessidade de luta ou por qualquer outra razão, em frações que assumiram o nome de 'partido' ... Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são também eles 'partidos', 'frações de partido' ou 'funções de um determinado partido'. ▪ (Ibid., p. 22 e 23).

3.5.3. O Papel das Agências Paralelas

É aqui que é encontrado o lugar específico das agências educativas paralelas do campo popular e seu papel na formação da consciência de classe dos trabalhadores. Centros de

educação popular, equipes de documentação, fundações de apoio pedagógico, assessorias coletivas, departamentos culturais ou de comunicação, grupos que organizam cursos e encontros de reflexão sobre as práticas de resistência dos oprimidos, pastorais sociais, estruturas de treinamento e capacitação, todos podem desenvolver ações educativas que lhes faça jus a funções de integrantes do partido ideológico dos trabalhadores. É sua vinculação às experiências dos subalternos, sejam informais ou organizadas permanentemente em entidades de moradores, sindicatos, movimentos camponeses, raciais, sexuais ou etários, é o diálogo que promovem entre uma ideologia rebelde e crítica teórica na perspectiva de transformações superadoras que lhes aporta tal qualificação. Não é necessário que desenvolvam seu projeto especificamente junto aos trabalhadores assalariados. Basta que exerçam seu trabalho junto ao que chamam setores populares, percorrendo com eles até onde for possível o trajeto que vai do fenômeno à totalidade concreta. Da Festa do Divino à crítica do monopólio cultural, da fome ao estado burguês, do arrocho ao desvelamento do capital. E que seu trabalho partilhe com eles o domínio da própria metodologia educativa indesejável, tornando a população oprimida "cheia de confiança em suas próprias forças", facilitando sua hegemonização pela perspectiva superadora.

Esse é seu papel mais geral.

No entanto, não se poderá desconhecer que tal papel será tornado concreto em realidades às vezes muitíssimo diferenciadas. O grau de estruturação/desestruturação da sociedade ci-

vil face ao Estado, particularmente, pode provocar inflexões bastante fortes neste papel, na medida em que faz variar as condições de existência dos movimentos junto aos quais normalmente tais agências atuam. E, mais ainda, pode alterar grandemente as relações entre partido ideológico e partido político, na medida em que a própria possibilidade de ação legal deste último pode estar estrangida em diferentes graus.

Tal concretização do papel das agências educativas paralelas do campo popular só pode ser delineada em situação, como na aproximação buscada nos momentos seguintes deste trabalho. No entanto, a variação de diferentes situações, e mesmo o desenvolvimento desigual dos processos de formação da consciência de classe em uma mesma realidade, permite perceber, desde já, que cabe às agências paralelas um papel chave em muitos processos. São diversas as contradições "secundárias" impulsionadas pela divisão da sociedade em classes, e estas contradições são muitas vezes as únicas perceptíveis como tais pelos oprimidos. Justamente por constituírem, freqüentemente, aspectos fenomênicos ou derivados da dinâmica central da divisão social. E não é inevitável, como visto anteriormente, que sua percepção dê lugar ao desvelamento social geral e à formação das alianças de classe necessárias à sua superação sob a hegemonia dos trabalhadores assalariados.

A ação educativa paralela sobre múltiplas situações, principalmente aquelas mais periféricas ao coração da exploração capitalista, é normalmente decisiva. As lutas sociais nas cha-

madras fronteiras agrícolas de um país (grileiros x posseiros), a exclusão escolar das crianças em extensas favelas dominadas por quadrilhas, as expressões religiosas coletivas de um vasto conjunto habitacional, a discriminação étnica em um bairro oriental, a opressão racial no interior de uma empresa, normalmente, não são focos centrais da ação organizada dos partidos políticos proletários. Em geral, estes estão mais vinculados aos confrontos industriais e trabalhistas e à sua expressão em disputas eleitorais ou lutas democráticas abrangentes. Os "deserdados da terra" são comumente também deserdados da ação político-partidária (embora isto possa não ocorrer em países em que os partidos proletários aprendam a desenvolver ações fora das cercas da institucionalidade desejável). Assim, a ação paralela das agências educativas do campo popular pode ser muitas vezes insubstituível. E, desse modo, justifica-se sua designação mais genérica como pertencente ao campo popular, ainda que não se possa falar, a esse respeito, de uma única consciência de classe como no Seminário de Alforja. Sua ação se dá, muitas vezes, neste campo em que a classe para si poderá ou não ainda ser formada, e outras tantas vezes junto a outras classes oprimidas pelo capital. Classes cuja situação em si até mesmo pode não possibilitar um projeto viável de reorganização de toda a sociedade para si, mas sobre as quais o trabalho educativo emancipatório é igualmente indispensável. Assim, na dialética populares x poderosos é que se insere a ação educativa dessas agências, sendo a constituição da consciência de classe para si entre os trabalhadores assalariados sua consequência possível mais fundamental. Não a única, porém, uma vez que é toda a extensão das lutas sociais o seu fo-

co de trabalho, e é todo o campo das alianças populares anti-capitalistas possíveis o espaço aberto à sua ação educativa.

IV AS AGÊNCIAS EDUCATIVAS PARALELAS DO CAMPO POPULAR E A HISTÓRIA DO BRASIL RECENTE

4.1. Elementos de Conjuntura

Como se constituíram no Brasil recente as agências em foco? Como criaram suas identidades em uma situação específica e qual seu papel nas relações presentes nesse solo histórico? Tais questões remetem, preliminarmente, a um acercamento descritivo e compreensivo a respeito do período aqui chamado recente, bem como à sua própria delimitação.

Trata-se de reconhecer, em primeiro lugar, que em certos momentos concentram-se e se articulam acontecimentos humanos de tal monta que geram substantivas alterações nas condições e ritmos em que se dão as relações dos segmentos sociais com o trabalho livre. Tanto ao nível da realidade econômica

imediate quanto ao nível das ações da esfera da produção de requisitos superestruturais (estatais, associativos, culturais etc) da reprodução do capital. Tais alterações, como se viu, podem ser superadoras de antagonismos, ou adaptacionistas. O caráter aproximado ao primeiro tipo tende a ser radicalmente inovador, mas o que se aproxima ao segundo nem por isso é menos real.

No Brasil recente, o último período gerador de tais alterações foi aberto em 1964. Com uma devastadora transformação das condições superestruturais de reprodução do capital, teve violento impulso um largo processo de transformações econômicas gestado desde a década anterior. A implantação da ditadura militar desatou caminhos que levaram a um acelerado grau de industrialização e oferta de serviços, gerando crescente monopolização econômica e política por parte de frações das classes dominantes, mas também gerando multiplicação e concentração inauditas entre os trabalhadores assalariados em geral e sua fração operária em particular, especialmente em algumas regiões. Tal período, pois, pôs em marcha, no jargão do Manifesto Comunista, o fortalecimento acelerado da vanguarda social dos "coveiros" da burguesia. Mas negou-lhes as "pás" e ergueu muralhas de balas, prestígio, riquezas e ondas eletromagnéticas para proteção dos prometidos cadáveres.

A materialização do que está aqui sendo afirmado pode ser verificada através de alguns dados. Conforme o IBGE, o operariado brasileiro dobrou sua presença entre a população eco-

nomicamente ativa entre 1950 e 1980, passando de 16,48% a 32,67%. Nesta última data, o conjunto dos trabalhadores assalariados já compunha 66% da população "ocupada", sendo que 22% de sua fração operária estava empregada em empresas grandes. Em 1981, apenas em três gigantes, encontravam-se cem mil trabalhadores (Petrobrás + Volkswagen + General Motors). (RECH, 1987, p. 114-116). E, ao lado de tal multiplicação/concentração dos vendedores de trabalho livre, multiplicaram-se também seus motivos objetivos para dispor-se à luta: dentre eles, em 1978, 79,9% recebiam menos do que cinco salários mínimos.

No entanto, conforme já sugerido, o espaço para a difusão da ideologia proletária e seu encontro com as teorias de transformações sociais superadoras foi drasticamente achatado. A militarização do Estado ceifou a legalidade anterior, acuou a intelectualidade, plantou o medo e a morte na sociedade. Os vinte assassinatos cometidos pela ditadura no dia 1º de abril de 1964 desdobraram-se, conforme relatório divulgado pelo Comitê Brasileiro de Anistia, em trezentos e sessenta e um casos (denunciados) de **desaparecimento** até 1980, além de inúmeras mortes comprovadas. Seis mil militares foram afastados das FFAA por motivos políticos. Os partidos foram banidos. Disparos contra multidões inteiras foram levados a cabo, como diante da Embaixada Americana, no Rio de Janeiro, em 1967. Somente no primeiro ano do regime, trezentos e oitenta e três sindicatos, quarenta e cinco federações e quatro confederações sindicais sofreram intervenção governamental. (MANFREDI, 1986, p. 89), além de ter sido liquidado o CGT e logo após a UNE. Conventos, escolas, fá-

bricas e até cidades inteiras foram ocupadas militarmente, como São Bernardo em 1980. As verbas do Serviço Nacional de Informações aumentaram em 3.500% até 1981. Uma rede de 300.000 alcaçutes e especialistas em informação e contra-informação foi montada a serviço dessa repressão, que liquidou partidos, sindicatos (o número dos sindicatos de assalariados urbanos chegou a cair absolutamente entre 68 e 74) (RECH, 1987, p. 117) e uma nascente cultura nacional-popular _ além de vidas humanas *.

Com a supressão dos principais espaços anteriores de impulso à formação da consciência de classe, parecia vitoriosa a "pantakhoû desejável" pelos interesses das classes dominantes. No entanto, repetiu-se no Brasil recente aquele tipo de teimosia histórica pela qual os meduti não deixam de penetrar no cenário, ainda que por pequenas e paralelas brechas, inclusive as agências educativas populares de que se irá tratar agora.

* As informações referentes à exploração e repressão, constantes dos dois parágrafos anteriores, cuja fonte não está citada, são oriundas de uma pesquisa que fiz em 1984, intitulada "Vinte Anos da Mais Dura Opressão", utilizando múltiplas obras e exemplares de jornais da chamada imprensa alternativa. Suas referências, na época, não foram registradas. Inédita.

4.2. Sob os Primeiros Dez Anos de Ditadura

Para o entendimento desse fenômeno, tem relevância recordar algo de sua pré-história. A questão da educação paralela na perspectiva da forja de sujeitos históricos já estava posta algum tempo antes da implantação do regime ditatorial. Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento de Cultura Popular (MCP) e algumas outras são siglas de iniciativas vinculadas ao trabalho cultural popular, em geral ligadas a frações das universidades, ou à Igreja. Tais programas foram igualmente pulverizados pelo novo governo, mas chegaram a legar à conjuntura que se seguiu e aos militantes democrático-populares uma certa massa crítica de preocupações, debates e experiências que foram ponto de partida para resistir e persistir. Tal caudal fundir-se-ia a outras origens, compondo o rico painel "genético" daquilo que nasceria após o golpe militar. Ao lado dele, integrantes ou ex-integrantes dos partidos políticos ou organizações de esquerda participaram da tecitura das relações, da organicidade, da metodologia e das ações das agências paralelas que se tornariam quase o único espaço legal para o trabalho

educativo superador e anti-capitalista *.

Em documento preparatório a um Seminário Latino-americano promovido pela FAO em 1985, no Rio de Janeiro, Rubem César Fernandes falava sobre a "fusão" dessas três vertentes:

▪ Entre esses três pólos - universidades, igrejas, partidos de esquerda - as ONGs recortaram, portanto, um espaço próprio que proporcionava uma articulação "sui generis" dos valores característicos dessas três instituições: pela 'competência' universitária e contra o seu 'isolamento'; pelo ideal de 'serviço ao próximo', sobretudo aos mais necessitados, característica da tradição cristã, mas contra a sacralização das hierarquias eclesiásticas; pelo ideário 'político' veiculado pelas esquerdas, mas contra os 'dogmatismos' ... que as permeiam".
(LANDIM & FERNANDES, 1988, p. 22).

Assim, como produto e não como geração espontânea, as agências em tela desenvolveram-se em situação. Ou seja, apresentando-se como oferta de assessorias várias, sofreram

* Para um conhecimento maior dessa pré-história, ver Carlos Rodrigues BRANDÃO, **A Educação como Cultura**. São Paulo, Brasileira, 1985.

também o impacto que as alterações conjunturais foram imprimindo aos movimentos dos "assessorados" e ao espaço civil em geral.

A esse respeito, pode-se identificar, no interior do período histórico aberto em 1964, fases distintas. Fundamentalmente foram delimitadas em função de alterações nas relações entre Estado e sociedade civil. A década subsequente à implantação da ditadura, portanto de 64 a 74, descortinou alguns dos anos mais violentos e repressivos da história nacional, em que o esmagamento das organizações populares e/ou revolucionárias tiveram destaque na pauta política. Já os momentos seguintes defrontaram o país com o início daquela que seria uma muitíssima prolongada crise econômica e com a descontração do espaço político que com ela se fez necessária, dividindo águas com o período anterior.

Tais alterações devem orientar o olhar que se dirige às ONGs educativas populares. Entre 64 e 74, observou-se principalmente fenômenos de criação e "conversão" dessas agências. Por exemplo, conforme Landim, a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) fora criada em 1961 para realizar um trabalho totalmente assistencialista. Ligada à CNBB,

... sem nenhuma vinculação a movimentos de base e nenhum compromisso sequer com as reformas sociais em curso no país, a partir de 65 apresenta os primeiros sinais

de mudança. É a época que começam a se multiplicar os 'projetos de desenvolvimento', implementados por dioceses e paróquias, as quais solicitavam 'assessorias' a instituições como a FASE ... um trabalho mais voltado a auto-ajuda ... do que para fazer a comunidade avançar num processo que a pusesse em relação com o Estado através da reivindicação, da conquista de direitos ... Esses trabalhos iam pouco a pouco se incorporando ao processo de resistência popular. " (Ibid., 1988, p. 33)

Um diretor do Instituto de Ação Cultural (IDAC), em 1986 (portanto a posteriori), prestou a Landim, a esse respeito, o seguinte depoimento:

" Consolidamos nossa existência voltados de costas para o Estado. Este era pensado como algo que só nos atrapalhava, e nosso trabalho tinha como característica básica a criação de pequenos espaços de resistência, de pequenos espaços de participação, num corpo a corpo com os grupos populares. Essa era a única forma possível de caminhada, para o povo: dentro do espaço autoritário, a criação de núcleos, células de organização popular. Uma contra-sociedade. "

(Ibid., 1988, p. 33 e 34).

O período de 1964 a 74, portanto, viu desenvolver-se lentamente uma malha de pequenas iniciativas, que como espaço de liberdade e solidariedade popular consciente, teve um significado forte na germinação da consciência histórica dos trabalhadores. Contemporaneamente a isto, as entidades populares de tipo representativo, intensamente vigiadas, não abandonavam completamente as ações educativas, mas as direcionavam a iniciativas aceitáveis pelo regime. Nos sindicatos paulistas, por exemplo, os cursos supletivos primários aumentaram de três para dezessete entre 63 e 74. Já **"o local principal de articulação e desenvolvimento da resistência é o interior da fábrica"** no dizer de Laís Abramo. (MANFREDI, 1986, p. 105 - 101). Pedro Pontual aponta em outro local a articulação da resistência, afirmando que:

▪ 1) **O bairro (como local) e a Pastoral Popular (como espaço) eram as duas esferas nas quais o povo predominantemente se organizava para reivindicar.**

▪ 2) **A luta sindical, através das oposições sindicais, apesar de algumas experiências de organização nas fábricas, tinham no bairro e na Pastoral Popular seu local possível e seu principal estimulador.** ▪

(PONTUAL, 1986, p. 4).

De todo modo, há concordância que as ações tendentes à formação da consciência de classe foram deslocadas de seu leito normal para espaços privados. E é nestes espaços que as agências paralelas de educação popular irão articular-se com aquilo que Hêlder Câmara chamaria as "Minorias Abraâmicas". (CÂMARA, 1976). Articular-se, crescer e multiplicar-se.

4.3. Distensão e Novos Papéis

O desenvolvimento das atividades das agências em foco, até certo ponto protegidas da ditadura nos espaços não institucionais ou sob as asas da Igreja, nem por isso deve ser concebida como indiferente ao panorama político nacional. Se "em casa de cego quem tem um olho é rei", em um cenário tão restrito quanto às liberdades civis, a ação dessas ONGs, estimulando o debate crítico e a solidariedade entre os proletários não poderia quedar sem impacto. De fato, sua atuação teve repercussões, como na constituição de núcleos da então frente de oposição MDB, que obteve massiva votação em 1974.

Tal repercussão coincidiu, como se percebe, com uma significativa alteração na conjuntura econômica do país. A crise do petróleo, o esgotamento do padrão de fluxo fácil de em-

préstimos do exterior, calibrados pelo protesto político manifestado pelo voto, redirecionam os rumos do regime e dão origem à distensão política.

Com o início deste novo período, impulsiona-se a rearticulação e reconstrução das organizações populares e mesmo a criação de novas instâncias de lutas. Além disso, fortalece-se o engajamento da Igreja Católica no desgaste da ditadura, o que põe espaços crescentes à disposição dos movimentos dos trabalhadores. Com o esgotamento da opção armada de luta contra o Estado naquela conjuntura, reforça-se ainda mais a convergência da militância democrático-popular para o chamado trabalho de massas. Surge o movimento contra a carestia, consolidam-se as principais oposições sindicais (como a Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo - OSMSP), incrementam-se as denúncias de desrespeito aos direitos humanos. Em breve emerge um quadro de lutas de massas e de rua que varreu o medo em todo o país, a partir das greves de São Bernardo do Campo em 1978. O ressurgimento do movimento dos trabalhadores é acompanhado por um breve despontar do movimento estudantil e atinge o nível especificamente político com a campanha pela anistia e a articulação do Partido dos Trabalhadores. Evidentemente, já expressava um conteúdo político ao desafiar as leis e as forças repressivas da ditadura, embora determinados direitos conquistados na prática só viessem a ser reconhecidos legalmente após o fim do regime (embora não em sua plenitude).

Este novo contexto conjuntural permitiu uma maior proliferação das agências educativas, bem como criou novas exigências e determinou opções diferenciadas com relação à sua atuação. Além disso, pesaram as diferentes vertentes que as originaram, conforme foi apontado esquematicamente num momento anterior. Evidentemente, havia já na conjuntura precedente outros elementos de diferenciação: algumas equipes tinham basicamente uma atuação local; outras articulavam-se regional ou nacionalmente; algumas eram vinculadas a uma origem ecumênica; certas agências privilegiavam o trabalho com agentes de multiplicação; outras, diretamente com as bases populares; muitas reforçavam a linha de publicações populares e documentação.

Com o crescimento do próprio movimento dos trabalhadores, as possibilidades se diversificaram ainda mais. Pode-se notar uma grande convergência na direção do movimento sindical. (PONTUAL, 1986, p. 9). Enquanto alguns centros optaram por manter-se ligados mais ao setor de pastoral popular, outros multiplicaram seu espectro e grande parte especializou-se. Muitos foram gerados com o retorno de militantes do exílio. Mais recentemente, uma fatia surgiu a partir de diretorias sindicais cassadas após greves e agitações operárias. No campo da Igreja, fortaleceram-se organismos com autonomia relativa para assessoria em nível nacional, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) etc.

Estes últimos, pela relevância que adquiriram, em certo momento, nas lutas populares e na educação de seus prota-

gonistas, tornam importante fazer-se sobre eles uma pequena digressão. Trata-se de que, algumas vezes, frações do partido ideológico podem substituir o papel centralizador da ação próprio dos partidos políticos. E mais, em outros momentos, podem mesmo gerar partidos políticos ou frações específicas. Tome-se o exemplo das lutas pela terra. No Rio Grande do Sul, um agrupamento de camponeses sem-terra, organizados em dois acampamentos de ocupação de áreas fundiárias da União, conquista assentamento. Após ter resistido um ano (78 - 79) às constantes ameaças de repressão violenta anunciadas pelo Estado. No início de 1981, um novo agrupamento instalou-se em uma área da mesma região, a Encruzilhada Natalino em Ronda Alta. Embora já estivesse presente no primeiro conflito, desta vez a CPT integra-se fortemente à luta,

" trazendo recursos materiais e informações, fazendo a divulgação e a articulação com outros movimentos, e servindo de mediadora entre os camponeses, a hierarquia da Igreja e as organizações políticas. "
(GAIGER, 1987, p. 33).

É evidente que, assim agindo, a CPT não desenvolve apenas uma prática educativa, mas também de organização operacional, diplomacia, direção etc. Uma atuação classicamente esperável de partidos políticos que, no entanto, não se haviam sabido implantar previamente no processo. Neste caso a ação da ONG não apenas assumiu aspectos especificamente políticos, como

também fermentou condições para posterior enraizamento de partidos políticos em duplo sentido. O primeiro, empiricamente demonstrável pela profusa votação lá obtida por um partido específico (o Partido dos Trabalhadores - PT), o que se materializou diante de todo o Estado de dois modos: a eleição de deputados ligados às lutas camponesas da região em 86 e 90, e o destaque do único município em que Lula venceu Brizola no Rio Grande do Sul na disputa presidencial de 1989 - Aratiba. O segundo sentido foi o de constituir no RS importante base de construção do Movimento dos Sem-Terra (MST), criado em 1984. Tal movimento, que tem-se legitimado como representante enraizado deste segmento, possui funcionamento análogo ao de um partido político em senso estrito, com suas direções, unidade na ação, estrutura e financiamento auto-geridos e um senso de identidade estratégica entre seus membros que o diferencia largamente de centrais sindicais, uniões estudantis etc. Isto não significa que seus integrantes não possam pertencer a diferentes correntes políticas, mas centralizam sua fidelidade antes no MST do que nelas próprias. *

Esse tipo de ação, no entanto, não é generalizável entre as agências educativas paralelas do campo popular.

No último período, gestaram-se agências que visam atender, de forma mais específica, demandas concretas dos movi-

* Conforme depoimento a mim prestado por um ativista do MST, obtido em 1990, dias após as manifestações dos ocupantes da Fazenda Capela, em Porto Alegre.

mentos e entidades de luta da população, como Centro de Comunicação Popular, Coletivo de Assessoria Jurídica (SP), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) etc. Além disso, amplia-se a retomada de espaços do Estado, como a Universidade, como possibilidade de desenvolver projetos de educação popular transformadora.

Entretanto, talvez a novidade mais importante nesse campo seja a criação de estruturas de educação para a consciência de classe entre os trabalhadores no interior das próprias instituições por eles forjadas para organizar suas lutas, como a Central Única dos Trabalhadores. O mesmo se dá atualmente em relação aos partidos políticos que postulam ter vinculação orgânica com as lutas populares.

Exemplo disso pode ser visto ao tomar-se conhecimento de que o PT, partido de esquerda que surgiu em 1980 proclamando-se um reflexo dos movimentos populares no plano político, já em 1988 lança em tablóide um texto nacional de cento e quatorze itens, mais duas páginas com um plano bianual, tratando dos problemas e alternativas relativos à formação política e ideológica socialista. Tal documento foi de responsabilidade de uma "Secretaria Nacional de Formação Política" (SNFP), afeta ao Diretório Nacional desse Partido. É interessante notar, neste caso, mais uma vez, como as agências aqui consideradas como parte do partido ideológico podem influir diretamente sobre os partidos políticos. Na apresentação do texto aqui referido, seu responsável primeiro informava:

▪ Durante 1987 e o primeiro semestre de 1988, mais de setecentos companheiros participaram do curso de primeiro nível e nos cursos para monitores do INCA, permitindo à SNFP ter uma visão abrangente dos problemas de formação política em todo o Brasil. ▪ (SNFP, 1988, p. 2).

↳ Sobre o Instituto Cajamar (INCA) que, como aludido acima, teve importância destacada no próprio nível da política partidária, Paulo Freire, teórico e militante da educação para a consciência de classe, presidente fundador do INCA, escreveria o seguinte:

▪ O Instituto Cajamar faz parte deste momento histórico em que as classes trabalhadoras cada vez mais ganham consciência de si mesmas, enquanto classes para elas ... ▪
(P. FREIRE ap. SNFP, 1988, p. 11).

Em sua carta de princípios, o INCA explicitaria suas opções metodológicas de modo igualmente claro:

▪ O Instituto Cajamar procurará desenvolver uma metodologia própria, de caráter transformador, que recupere o valor da experiência prática vivida pelos trabalhadores pela sobrevivência, libertação e desenvol-

vimento, submetendo essa experiência prática de cada um ao crivo rigoroso do raciocínio crítico coletivo. Assim, estabelecendo uma constante e fértil ligação entre prática e teoria, o Instituto Cajamar procurará desenvolver, nos militantes dos movimentos sociais, tanto a capacidade e gosto de teorizarem suas próprias experiências, quanto o método de com estas comprovarem as teorias e, com isso, avançarem ... " (SNFP, 1988, p. 12).

É marcante, pois, o crescimento da importância das agências educativas paralelas do campo popular na história do Brasil recente. De pequenos coletivos de reflexão, de assessorias de experiências de auto-ajuda e auto-organização popular em época de terror estatal, passando pelo apoio à reconstrução de movimentos mais vastos, chegando até à incidência direta sobre partidos políticos modernos. Sua própria auto-consciência igualmente variou, alcançando contemporaneamente objetivos explícitos de expressar e realimentar educativamente a transição, entre os trabalhadores, da classe em si à classe para si. Atualmente, porém, vêm-se colocando questionamentos, entre seus próprios agentes, a respeito de sua pertinência em um momento em que as próprias organizações representativas e partidos populares passam a assumir diretamente as funções educativas aqui estudadas. Em outras palavras: qual a função do paralelo, quando o oficial começa a dar conta da demanda?

O serviço de documentação do CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional), fundado em Porto Alegre, 1983, tem em seus arquivos um texto de Pedro Pontual intitulado " ' **Entidades de Apoio, até Quando?** ' **Até quando forem historicamente necessárias.** " É uma resposta a outro escrito (a que não se teve acesso), de autoria de um certo "companheiro Valdo", cujo título, interrogativo, é o da primeira parte da resposta de Pontual.

Pontual atribui a Valdo a posição de,

▪ **diante do fortalecimento das organizações populares e na medida em que estas vão assumindo na prática o conjunto das tarefas de formação e articulação exigidas pelo movimento, as entidades de apoio deveriam progressivamente ir-se incorporando a essas organizações, deixando de existir como entidades, para fortalecer as próprias instâncias do movimento.** " (PONTUAL, 1988, p. 2).

Sobre tal hipótese, Pedro Pontual assume postura crítica. Afirma que a ação das ONGs educativas populares não se esgota junto a organizações de massas ou partidos, mas tem incidência estratégica difusa em favor do pluralismo e do senso crítico na sociedade civil. Seu alcance perduraria mesmo em sociedades que romperam com o Estado particularista controlado pelas atuais classes dominantes. Cita o exemplo da Nicarágua entre 79

e 89, onde a própria Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) estimulava a atuação dessas agências como uma espécie de "olho crítico" sobre os rumos da Revolução.

4.4. As "Regras do Jogo" das ONGs

Como se disse em situação anterior, existem questões que permanecem em aberto no presente, cuja resolução dependerá da própria prática social. Entretanto, pela importância das agências educativas paralelas do campo popular em aspectos fundamentais para a formação da consciência de classe dos trabalhadores no Brasil recente, pode-se supor que as atuais indagações não serão seu último capítulo. Nesse sentido, será útil penetrar em alguns aspectos internos de sua constituição atual e em suas inter-relações, na medida em que isto fornecerá novos elementos para cotejamento com alterações conjunturais, possibilitando a retomada de sua análise no futuro. Tais informações serão trazidas a partir dos textos de Landin e Fernandes, publicados pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) e já anteriormente citados.

A esse respeito, pode-se paradoxalmente expressar as "regras" em que se movem as ONGs educativas populares com uma

analogia às do livre mercado. A "livre iniciativa" é sua primeira característica. Quaisquer grupos de pessoas podem buscar criar uma ONG. Podem identificar necessidades (semelhantes a demandas) e lançar-se à empresa (!) de oferecer seus serviços ao público-alvo (um exemplo disso pode ser observado em anexo ao corpo deste trabalho). Para tanto, tentarão obter os fundos necessários junto a financiadoras, nacionais e/ou internacionais. As disponibilidades seletivas de financiamento, por sua vez, retro-alimentarão as escolhas de seus integrantes sobre público-alvo e serviços a oferecer. Além disto, o montante limitado de fontes financiadoras existentes irá gerar certa apreensão sobre a presença de "competidores", ou outras ONGs que atuem na mesma área e com objetivos semelhantes. Tais pontos de estrangulamento possíveis farão prever dificuldades orçamentárias, o que deverá pressionar para baixo os salários de seus funcionários. As incertezas sobre a eficácia de certos projetos, em acréscimo, podem induzir as financiadoras a fazer reavaliações mais freqüentes, tendo como contrapartida nas ONGs a multiplicação de projetos para ampliar a receita. Aquelles projetos de maior êxito podem ser renovados indefinidamente, criando vários laços de dependência entre os setores por ela beneficiados ... contrariando seu objetivo primeiro. No caso em que as agências em questão tenham referencial em instituições maiores e mais controladoras, tal dependência pode ser um problema maior do que os existentes antes da ação da ONG.

Como se vê, o caminho que devem percorrer as agências educativas do campo popular não é um caminho idílico. Além

dos riscos naturais de fracasso puro e simples, há riscos de desvio das intenções em seu trajeto para a prática. Há um certo grau de alienação do controle sobre suas próprias condições de existência, na medida em que, em sua verba, sofrem de grande insegurança, por ser controlada de fora. Seus objetivos são expressamente não-lucrativos, o que impede o autofinanciamento em larga escala. As entidades que as apóiam (Centrais Sindicais estrangeiras, por exemplo) muitas vezes partilham com elas certas intenções, e são também quase sempre "entidades não lucrativas", o que atenua as incertezas, mas não os controles objetivos. Não há "institutional building", apoio à consolidação institucional das ONGs educativas populares. Não há verba para gestão, apenas (embora haja exceções) financiamento para projetos e cronogramas específicos. É da criatividade, da persistência, da competência, da renúncia a interesses individuais e de boas relações em diversos níveis que depende sua efetividade.

A respeito dessas boas relações, Landin informa, a partir de 234 questionários dentre os diversos formulados em suas pesquisas, que 32,6% delas tem vinculação, formal ou informal, com instituições religiosas; 7,2%, com partidos políticos; 5,1%, com universidades; 2,0%, com sindicatos; 1,26%, ao Estado em diferentes níveis; 47% são independentes, sem tais vinculações preferenciais, desenvolvendo combinações ou alternativas diversas. Os critérios para tal classificação foram a composição dos funcionários de cada agência, seus interlocutores privilegiados, ou referenciais de origem de seus quadros e suas fontes de financiamento. De outras 974 agências catalogadas por

Landin, não se obteve tais dados.

Pôde-se auferir também, do conjunto, que estão presentes em 378 cidades brasileiras, estando 60,3% centradas nas capitais e 44,6% somente no eixo Rio-São Paulo. Tais dados induzem a supor que um tal "congestionamento" aguçaria fenômenos de competição, já que os recursos objetivamente disputados são limitados. No entanto, é preciso ter em conta que a radicalidade desvelativa de seus propósitos e das origens de sua existência se reflete também sobre elas próprias. Um projeto emancipatório cuja eficácia depende da união de esforços foi estimulando a formação de redes entre as agências educativas paralelas do campo popular. Circulação de informações e articulação de lutas unitárias, como as campanhas pela Anistia ou pela Reforma Agrária, motivam fluxos e relacionamentos cuja tendência é questionar os limites sob os quais vivem, impulsionando a busca de alternativas. Mais uma vez, está-se diante de tendências contraditórias, cujo deslindamento está em aberto diante da prática social.

Este conjunto de questões está colocado no presente e no futuro do papel que terão as agências educativas paralelas do campo popular na formação da consciência de classe dos trabalhadores. Seus desdobramentos em diferentes conjunturas é que dirão seu rumo como parte do partido ideológico dos trabalhadores. A verificação deste papel na aproximação a um caso concreto poderá fornecer ainda alguns outros elementos para tal prospecção, e é o que se buscará fazer a seguir.

V UM CASO " EM SITUAÇÃO " - METODOLOGIA

Uma análise teórico-conceitual ou histórico-retrospectiva não pode substituir a confrontação direta com uma situação concreta. Esta, como síntese de múltiplas determinações, permite que sejam apanhados, em seu estudo, movimentos do real que podem não ser evidenciados em revisões bibliográficas. Encerra em si uma diversidade cujo deciframento pode tornar possível enriquecer as formulações conceituais e o instrumental analítico geral.

Alguns problemas ficam evidenciados desde logo. Em uma verificação de processos de formação de consciência de classe, como levantar o material empírico? Como pesquisar o momento "classe consciente" diante da diversidade de momentos em que se expressa uma coletividade? Quais as ações ou os elementos discursivos reveladores da classe para si? Como congelá-los em um instantâneo para poder mostrá-los a outros?

Para uma aproximação desse objetivo, em primeiro lugar, será preciso despir-se da tendência de resolver problemas mediante analogias antropomórficas. Não se irá encontrar a classe dos trabalhadores assalariados agindo em bloco, como um homem só, coordenando cada movimento seu desde um comando (cérebro) voluntário único. Em primeiro lugar, pela disparidade do estado de consciência classista de suas diversas frações e mesmo no interior de cada uma delas. Em segundo lugar, porque os tipos de embates de classe concretos tornados possíveis em blocos históricos como os do capitalismo contemporâneo são diversos e quase sempre fragmentados. As chamadas contradições secundárias muitas vezes são as mais aparentes, sendo suas vinculações à luta de classes menos visíveis. Trata-se de um bloco histórico em que se apresentam múltiplas opções estratégicas e táticas, alianças pontuais por pequenas reformas se antepondo a alianças transformadoras de maior consistência, além de constantes estrangulamentos da liberdade, nos casos latino-americanos, bloqueando os processos de transição de consciência.

Sobre tais dificuldades em seu efeito global sobre a esquerda, sobre os que propõem transformações superadoras, escreveu Hobsbawn:

" ... não é que suas oportunidades jamais surjam, mas que as condições normais em que devem atuar impedem-na de desenvolver os movimentos suscetíveis de aproveitar os raros momentos em que é chamada a comportar-

se como revolucionária. " (HOBSBAWM, 1985, p. 26).

Desse modo, será necessário buscar os processos de formação da consciência de classe lá onde se confrontam com os fatores de bloqueio ou desvios. Lá onde eles efetivamente tensionam a realidade, imediatamente e mediante as ações das diversas agências educativas existentes.

De outro lado, não se poderá pretender "isolar quimicamente", nesses processos, o papel das agências paralelas de educação popular. Sua atuação se dá em cruzamento com as de múltiplos agentes. Partidos, tendências, sindicatos, centrais sindicais, cursos a serviços dos capitalistas e suas federações, mídia, escola, igreja, família e toda a trama de relações nas quais se inserem as coletividades. Em alguns momentos, particularmente quando a repressão inibe a ação política da maioria dos sujeitos sociais, será possível identificar mais claramente seu papel próprio. Na maioria das vezes, porém, a trama da realidade é tão complexa que impõe que se vá pinçando pistas e fragmentos que possam sugerir o papel de tais agências entre outros agonistas.

Tais indicações metodológicas, é certo, deverão estar debruçadas sobre uma realidade concreta cuja dinâmica dê continuamente origem à classe em si. Esta deve ser datada e delimitada.

Neste trabalho, optou-se, entre as situações possíveis, por focar os processos de formação da consciência de classe no Brasil recente (1964 - 1990) entre os metalúrgicos da base do Sindicato do Município de São Leopoldo/RS, e a partir daí discutir o papel das ONGs educativas populares.

A opção por uma categoria determinada se deve fundamentalmente aos fatores anteriormente aludidos: buscar a questão em foco entre os trabalhadores como eles estão realmente organizados como tais, ainda que tal realidade fragmentada possa ser fator de bloqueios corporativos e divisões. Além disso, as próprias agências pesquisadas, com grande frequência, especializam seu trabalho em uma única categoria. (LANDIM & FERNANDES, 1988, p. 43). Os metalúrgicos foram escolhidos por serem tidos entre os partidos políticos como um setor estratégico para ampliação de sua influência entre os trabalhadores. Dada a liderança que podem exercer sobre outras categorias, por seu lugar na produção de ponta e o potencial de repercussão social e econômica de seus movimentos daí decorrentes, com a obtenção de conquistas reais e avanços organizativos. Além disto, ou também por isto mesmo, os metalúrgicos tiveram um decisivo papel histórico no desbloqueamento político no Brasil recente, com suas greves de massas iniciadas no final dos anos 70, chegando a gerar o debate sobre um partido político próprio dos trabalhadores, cuja concretização lançou um militante oriundo da própria categoria à Presidência do Brasil. Tais eventos contribuíram para a construção de uma certa identidade, no senso comum, entre "metalúrgicos" e "lutas operárias", atraindo com frequência as próprias agências parale-

las.

A escolha do Sindicato do Município de São Leopoldo deu-se em função de que, entre aqueles da região metropolitana do Estado, na qual se teria maior facilidade de acesso, é a base na qual primeiro (1977) seria estruturado um núcleo de trabalhadores que organizaria uma oposição sindical para o combate ao sindicalismo "pelego" (misto de lugar-tenente dos capitalistas e da polícia política entre os proletários), o que já sinalizava um processo de formação de consciência de classe.

Inicialmente, serão descritas certas variáveis que têm impulsionado o perfil concreto da classe em si. Fundamentalmente, variáveis obtidas em documentos do Sindicato, da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e na dissertação de Hildemar Rech, 1987, intitulada " 'Novo Sindicalismo' Características, Problemas e Desafios". Em seguida, proceder-se-á à exposição de elementos atinentes ao perfil histórico recente da organização da categoria. De informações apropriadas da coletânea de boletins "Marreta", órgão de divulgação da antiga oposição sindical e atual direção do sindicato, de material construído com inúmeros contatos com ativistas e dirigentes e da observação direta de reuniões da categoria, chegou-se a delinear um roteiro posteriormente aprofundado com lideranças em algumas entrevistas. Tais entrevistas foram realizadas com os três candidatos a presidente do Sindicato que concorreram a tal posição recentemente, 1990, em disputa proporcional de chapas em convenção chamada entre defensores da CUT. O conteúdo geral

destas entrevistas seguiu, com flexibilidade, o seguinte roteiro básico:

- identificação do entrevistado;
- história recente da categoria contada pelo entrevistado, bem como sua inserção nela;
- história da inserção e do papel das agências em foco na história recente da categoria conhecida pelo entrevistado;
- opinião do entrevistado sobre este papel e
- opinião do entrevistado sobre o que é consciência de classe.

As duas últimas questões foram colocadas fundamentalmente para constituírem uma espécie de "controle" sobre o conteúdo das duas anteriores. Também o estudo de Rech, em que estão presentes elementos da história da categoria em São Leopoldo, foi utilizado como controle sobre as informações obtidas nas entrevistas. Foram escolhidas estas lideranças para tais entrevistas em vista das vinculações que, como candidatos, os entrevistados estabeleceram com o conjunto das vertentes ativas que construíram a história recente da categoria em movimento.

Foi obtida a permissão dos entrevistados para sua identificação neste trabalho.

Com esse conjunto, como anteriormente posto, se irá debater o papel das agências educativas paralelas do campo popu-

lar em um processo concreto da formação da consciência de classe entre trabalhadores assalariados. Optou-se por este caminho, sem integrar material dos contatos feitos diretamente com agentes das próprias ONGs atuantes na categoria (FASE, CAMP, Grupo de Estudos Agrários - GEA), pois não se buscava o papel destas agências em sua própria consciência, mas no efeito real de sua ação como é detectável entre os próprios metalúrgicos e sua vanguarda. Um outro campo de informações hipoteticamente possíveis de serem obtidas, talvez até bastante rico, praticamente não foi utilizado. Trata-se do proveniente das ações educativas paralelas de outras agências com repercussão indireta sobre os metalúrgicos de São Leopoldo, como por exemplo o Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA). Tais agências atuam basicamente nas áreas de moradia operária ou nas Comunidades Eclesiais de Base, e a constatação de seu papel efetivo nesse caso demandaria uma busca direta dos que participaram de seus cursos ou receberam sua assessoria, a fim de pesquisar sua prática militante. Isto, no entanto, demandaria uma verificação sistemática dos cadastros e posterior procura individual, o que implicaria uma quebra do sigilo resguardado para tais registros, sigilo que deve ser respeitado enquanto permanecerem ativos os órgãos da polícia política e patronal (conforme orientação dos próprios metalúrgicos, como se verá adiante). O outro caminho de aproximação a tal papel seria aquele do levantamento das ações concretas dos movimentos de moradores, supondo neles a presença de metalúrgicos e a atuação dessas agências. Pelas incertezas envolvidas, foi descartado. Exceto no registro que aqui se faz de um momento em que se somaram todos os movimentos sindicais e

de moradores da região, segundo contatos com ativistas: a greve geral de 14 e 15 de março de 1989. Nela sindicatos e associações de moradores, ONGs e partidos políticos agiram juntos no "fechamento" e defesa de bairros inteiros à penetração da violência policial-militar, inclusive com barricadas.

VI UM CASO EM SITUAÇÃO - METALÚRGICOS DE SÃO LEOPOLDO

6.1. A Situação

Primeiramente, cumpre informar que a base total do Sindicato em foco é composta não apenas de metalúrgicos senso estrito, mas igualmente por trabalhadores das indústrias mecânica, de material eletro-eletrônico e de material de transporte. Além disto, estende-se geograficamente também a Esteio, Estância Velha, Dois Irmãos, Campo Bom e Sapucaia do Sul, sendo sua sede e foro em São Leopoldo. Em conjunto, será utilizada aqui a auto-referência utilizada lá pelos próprios trabalhadores: metalúrgicos de São Leopoldo (conforme o logotipo de "A Marreta").

Os trabalhadores metalúrgicos de São Leopoldo, em número de vinte e cinco mil, representam a décima segunda base dos Sindicatos de Metalúrgicos brasileiros. (CENTRAL ÚNICA DOS

TRABALHADORES, 1990, p. 4). No município de São Leopoldo propriamente dito, em 1989, perfaziam 42,32% dos assalariados da cidade, cuja população totaliza 33% dos habitantes dos seis municípios da base do Sindicato. (DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO TRABALHADOR, 1990, p. 34 e 36). O peso demográfico relativo da categoria entre o conjunto dos moradores da região é, portanto, bastante alto. Mas não apenas seu peso demográfico regional, e sim também seu peso econômico no próprio ramo de produção no âmbito do RS, que é o 4º maior consumidor de aço no Brasil. (Ibid., p. 28). No ranking gaúcho das quinze principais indústrias do ramo, publicado pela Gazeta Mercantil em 12 de agosto de 1988, um terço delas pertence à base aqui considerada, inclusive aquela que ocupa o 1º lugar: a Siderúrgica Riograndense. (Ibid., p. 32). Do mesmo modo, lá estão presentes o maior grupo siderúrgico privado do país, o grupo Gerdau, e grupos dominantes da produção nacional em alguns setores. (Ibid., p. 27). Como a Recrusul, que ocupa 60% do mercado brasileiro de câmaras e caminhões frigoríficos. (loc. cit.).

Além disso, no RS, as indústrias metalúrgica, mecânica, de material eletro-eletrônico e de material de transporte (que são indústrias de bens de capital, a par dos bens de consumo que produzam), apresenta sua relação total com a indústria de transformação apenas menos de 0,5% abaixo da proporção nacional, conforme os censos industriais do IBGE, nos anos de 1970 e 1980. (RECH, 1987, p. 149).

Não apenas no peso quantitativo se percebe essa significância, mas também na especialização e produtividade dos trabalhadores gaúchos da categoria. (DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO TRABALHADOR, 1990, p. 24). Mais de 90% dos vinte mil metalúrgicos do Rio Grande do Sul é mão-de-obra qualificada, formada em escolas técnicas, no SENAI ou nas próprias fábricas. Um exemplo pode deixar isto evidente. Segundo Paulo Vellinho, representante patronal do setor eletro-eletrônico do R.S., aqui se importa dos outros estados 90% dos insumos e da matéria-prima que o setor consome. Ainda uma outra parte mínima é importada do exterior. Se a importação é de tal monta, por que, então, produzir aqui? Vellinho atribui tal conveniência à capacidade elevada do metalúrgico gaúcho para a fabricação de componentes de alta tecnologia. **"O valor do frete é irrelevante face aos resultados obtidos"**, diz ele. (Ibid., p. 28).

Concentração, quantidade, peso entre o conjunto dos assalariados, importância econômica no ramo de produção e qualificação técnica. Elementos presentes na base aqui pesquisada, são fatores distintivos do potencial presente em um determinado recorte da classe em si. São variáveis favoráveis, nos termos do referencial teórico apresentado neste trabalho, ao desenvolvimento da consciência de classe, se os demais elementos necessários forem postos em movimento.

Tais elementos, no período brasileiro recente, aberto em 1964, estavam muito comprimidos, como já visto. A ditadura militar fez entre os metalúrgicos de São Leopoldo o que fez

em todo país. Repressão, perseguição e terror permitiram o domínio do peleguismo no sindicato e acuaram a militância de esquerda na clandestinidade ou em espaços paralelos como os aqui estudados. E foi uma combinação desses espaços que "conspiraram" para a retomada das iniciativas classistas nesta categoria.

6.2. Motor de Partida e Outros Papéis

Conforme Milton Viário, atual presidente do Sindicato e candidato vencedor na convenção cutista pela chapa ligada à tendência petista Força Socialista, apoiado também pela corrente Articulação ,

" a origem do primeiro grupo da oposição sindical, antes de nosso grupo entrar em contato com ela, foi basicamente do trabalho da FASE. Eles davam cursos técnicos de elétrica, cálculo, mecânica, interpretação de desenho, e direcionavam as pessoas em termos de sindicato. Mas a FASE não dava só os cursos direto. Ela pegava um eletricitista que se dispusesse a ensinar mais quatro ou cinco, dava a infra-estrutura e , junto com

o ensino da eletricidade, já davam um 'choque ideológico' no peão. O Miguel Rosseto, o Zé Vieira e outros participaram desses cursos, e aí começou. Com isso iam-se formando grupos de discussão nas fábricas, como tinha o nosso, só que o nosso não veio daí... À medida que esses grupos iam-se encontrando nas assembléias, iam-se conhecendo, é que foi-se formando a oposição. "

Milton é metalúrgico desde 1977, trabalhou sempre em uma pequena fábrica de bombas submersas em Esteio, a Leorato. Ao lado do destaque que dá às agências educativas paralelas do campo popular na retomada da ação e da consciência classista, conta também uma outra história. Na Leorato, os quarenta peões que lá trabalhavam tiveram seu impulso ao desvelamento da realidade por outra via.

" Veio com um uruguaio, que tinha uma experiência política e sindical construída antes do golpe militar do Uruguai. Ele teve de vir para cá, trabalhou na fronteira e depois veio vindo até o Vale. Começou com discussão, com diálogo sobre problemas concretos. Fui tendo a noção do que era o patrão, o operário, a pequena burguesia, e foi com o diálogo sobre coisas concretas, ainda

que não fossem mobilizações. Eu e ele nos tornamos amigos e até compadres. Aos poucos fomos reunindo mais gente nas conversas, até que chegamos a toda a fábrica, que era pequena. A gente lia jornal, e lia também um semanário que era o 'Hora do Povo'. Tinha uns quatro ou cinco companheiros da fábrica que compravam o jornal, um cada semana. Todo mundo lia e discutia. Foi indo assim até se ter contato e fazer relação com uma posição política organizada em Porto Alegre. Foi numa campanha geral, não lembro se da Anistia ou o quê. Foi só depois disso, em 80, que começamos a ir às assembléias. Vimos o tipo de diretoria que tinha e conhecemos a oposição, o grupo da 'Marreta'. "

É interessante notar como confluíram as ações de uma agência educativa estruturada como a FASE e uma informal implementada por um estrangeiro, cuja ação lembra a dos anarquistas italianos que chegaram ao Estado no início do século. Em ambos os casos, frações do "partido ideológico" agem na ausência (imposta) de partidos políticos e mesmo de entidades representativas autônomas, dando a partida na retomada da formação da consciência de classe.

Ainda neste momento, fazer oposição sindical era uma atividade de alto risco. Eluí, metalúrgico desde 1978, atual

vice-presidente do Sindicato, que concorreu à presidência na convenção pela chapa da corrente cutista CUT pela Base, diz que

" A gente largava panfleto de madrugada no portão das fábricas, para evitar a demissão que vinha se fosse descoberto. Se se queria pôr o nome na CIPA, podia ganhar bilhete azul. Com a constituição da oposição, a gente entrou na rotatividade, a gente se expunha muito. Mesmo se a gente ia em outra cidade da base distribuir a Marreta, no outro dia o patrão ficava sabendo. Perdemos um monte de quadros, teve companheiros que tiveram de ir até para Mato Grosso, com ameaça de morte, enfim... Miguel e outros tiveram que sair da categoria, ficaram desempregados um monte de tempo. "

De fato, Milton conta que após a oposição concorrer à diretoria do Sindicato em 80 e perder,

" Houve uma debandada geral, demissões, a oposição deixou de existir na prática. Foi nosso grupo de fábrica que reergueu a oposição. Mas nossa tática era diferente. Não nos assumíamos como oposição junto à categoria, não largávamos boletim, embora mantivéssemos uma articulação. Nosso trabalho

se voltou para dentro do Sindicato. No dis-sídio de 81, propusemos e foi criada uma Co-missão de Mobilização, e também começamos a redigir o jornal do Sindicato. A diretoria não tinha sequer uma noção de mobilização. Nós assumimos toda a parte de divulgação e mobilização. Um ano depois, conseguimos até que um companheiro nosso, o castelhano, partici-passe das reuniões da diretoria... Lançamos a idéia da intersindical do Vale dos Sinos. Falamos com o Paim (Presidente de Canoas) e o João Machado (Presidente de Novo Hamburgo) e concretizamos a idéia. Tinha um membro da base e um da Diretoria. De São Leopoldo ia um do pelego e um nosso da fá-brica... Tudo isso também ajudou a forçar a diretoria abrir mais espaço. Foi tendo mais comunicado, mais reunião, mais convocação, e foi abrindo. Conseguiu-se fazer mobiliza-ções grandes. Ai, quando foi chegando 83, que era ano de sucessão, se reforçou o tra-balho de articulação da oposição, da Marre-ta... Mas o pelego escondeu o edital e pas-sou o prazo. Entramos na justiça e ganha-mos, foi nomeada uma junta interventora, que chamou eleições em 1985. Nesse período, ti-vemos todo o apoio financeiro, jurídico, ma-terial, por parte da FASE e do CAMP. Eles

também ajudavam a atrair o apoio de outros sindicatos onde eles tivessem trabalho. Aí ganhamos a eleição. "

Novamente surge o aspecto não somente educativo das agências em questão, mas também de apoio operacional. Quem reforça isto é o "Cigano", metalúrgico da Gedore desde 85, e que concorreu na convenção pela chapa da tendência petista Convergência Socialista. Diz que

" eles ajudavam muito nas greves, a fazer a comida, o fundo de greve, coisas que os peões que saiam para os piquetes não tinham tempo para se preocupar. "

Mas Cigano conta também que um companheiro da FASE e um do CAMP

" coordenavam seminários para a diretoria, davam assessoria nas reuniões, e cursos de CIPA na sub-sede do centro ... mas depois de um certo tempo, na gestão atual, o pessoal saiu. Não sei se foi a diretoria que não quis mais ... "

6.3. Pontos de Estrangulamento

Como colocado em capítulo anterior, em um dado momento da conjuntura brasileira o papel das ONGs educativas populares começou a entrar em xeque. Eluí falou sobre isso, contextualizando sua opinião:

" ganhamos o sindicato em 85, foi de arrebentar. O sindicato mandava e acabava a história. Depois o patrão foi aprendendo, se organizaram com informação e área de recursos humanos para nos combater. Agora está uma conjuntura super-pesada. A gente está precisando de formação. Não vai ser só o carro de som que vai fortalecer o Sindicato... Não adianta dar um belo discurso na porta da fábrica e não deixar nada lá dentro. Com cipeiro, comissão de fábrica. A gente tem um espaço físico razoável para formação na sub-sede do centro, tem uma Secretaria de Formação. Mas não se consegue priorizar, a gente está absorvido na máquina

administrativa e no corre-corre da luta ... Acho que o sindicato tinha de ter uma relação bem mais ampla com essas entidades, a FASE, o CAMP e o GEA, bem mais implantada. Seu espaço aqui está muito resumido ... Não se deslança um vínculo maior com eles por relaxamento da diretoria. Nós, da CUT pela Base, não temos restrição para trabalhar com nenhum setor. Há na diretoria quem tenha, pois os assessores dessas entidades são identificados com posições políticas definidas na disputa da esquerda. "

Assim, em geral, tanto o apoio operativo quanto o trabalho educativo das ONGs em questão é bastante valorizado. Mas, ao contrário do período em que a Marreta era oposição, após a conquista da direção do sindicato iniciaram-se conflitos. Cigano e Eluí sugerem que tais conflitos sejam responsabilidade da diretoria. Eluí, que por sua vez também faz parte da diretoria, sugere que sejam oriundos de algum setor da diretoria. Ressalta, ainda que "**boa parte da composição da chapa que vem agora passou por estes cursos**", o que em sua opinião reforça a importância dessas agências na formação dos quadros de direção da luta de classes.

Milton também falou sobre o assunto. Diz que após a vitória em 85,

■ essas entidades continuaram seu papel agora junto com a diretoria. Com cursos, com instrutoria. Passaram a ter companheiros liberados para atuar com a gente. Nas reuniões da diretoria, com cursos de direito trabalhista, de CIPA. O CAMP também dava assessoria coletiva a diretores de sindicatos lá em Porto Alegre. Participávamos eu, o Paim, e outros companheiros, todo sábado à tarde, sobre noções básicas de economia, política, dissídio, o que era muito importante. Mas foi diminuindo nos últimos três anos, até que agora praticamente não há mais nada direto. Eles passaram a atuar dentro da CUT, que vem estruturando sua área de formação. E também tem a ver com as correntes, e não só aqui, mas também em outras entidades. Atrás dessas práticas de educação popular passa a afinação com uma ou outra tendência política. Isto não é neutro dentro de um sindicato, pois aqui também há disputas de visões. Não se fez nada para sua exclusão, mas seu espaço foi perdendo o sentido que podia ter antes, elas foram perdendo a imagem de neutras e foram saindo. No início não era assim, a FASE é uma entidade nacional, até com vínculos internacionais, nem sei bem como se construiu a consciência

e a formação de seus quadros no início, mas não tinha a ver com as atuais correntes do movimento, pois quase nenhuma existia. Depois é que esses quadros foram-se definindo. "

Na medida em que se manifestam divergências de ponto de vista no interior da direção sindical sobre o papel das ONGs, o que importará aqui não será formar juízo ou identificar se há algum setor menos receptivo, ou se há setores "interessados" em sua participação, ou se elas próprias tornaram-se ou não biombo de correntes particulares em algum sentido. O que importa fixar é que o progressivo e desejável aprofundamento de definições conscientes implica em deslocamentos no papel possível dessas agências em relação aos movimentos dos trabalhadores. Não apenas, portanto, (como na posição replicada por Pedro Pontual) devido à criação de estruturas autônomas de educação popular nas entidades representativas. Também ocorrem tais deslocamentos lá onde tais estruturas são débeis como visto na narrativa de Eluí, que chega a sugerir "**vínculos com diversas agências para superar esses conflitos**". A superposição simultânea de papéis e espaços entre elementos não especificamente políticos do partido ideológico e partidos ou tendências políticas em senso estrito é uma nova fonte de polêmicas que pôde ser detectada no exame do caso em situação, e não havia sido enfocada na bibliografia encontrada. A alternativa de multiplicação de vínculos para impedir monopolização deve ser considerada pelas agências e entidades representativas, mas não se poderá esquecer o "entre-

veiro concorrencial" que isto pode estabelecer entre ONGs pelo financiamento de recursos para uma mesma área. Enfim, como um problema novo e que recém começa a ser explicitado, sua resolução está também em aberto diante da prática social.

Tal ordem de problemas, porém, no que tange a processos de disputa, unidade e divisão no interior da classe, e mesmo entre vertentes que têm o objetivo comum da formação da consciência de classe, extrapola em muito a questão das ONGs. Cismas, agressões, divergências sérias e ambições perpassam a história dos trabalhadores em todas as latitudes. **"Consciência de classe não é um trabalho fácil de ser feito"**, diria o Milton. **"Não se acaba, não está pronto. A gente faz, vai formando a consciência ... A gente vai vendo com mais clareza qual é o nosso lado e qual o do nosso inimigo de classe"**. **"Então eu acho que a consciência de classe nasce é dos enfrentamentos que tem"**, diz o Cigano.

Tais percalços muitas vezes não são causados por questões internas dos trabalhadores. Os capitalistas sistematicamente jogam tudo para impedir as condições de comunicação e união dos trabalhadores. A própria participação em cursos do sindicato está freqüentemente na mira da ação patronal. O Eluí fala do cuidado necessário no convite aos peões para que venham a participar desses cursos, dizendo que **"a gente não pode se expor a ter um informante dentro dos cursos"** (outros exemplos estão em anexo, em excertos do boletim "A Marreta", ao lado das alternativas de que a vanguarda operária metalúrgica de São Leo-

poldo vem lançando mão para promover a unidade e a transição à classe para si).

Por fim, entre as ações para a formação da consciência de classe efetivadas entre os metalúrgicos, deve-se assinalar também aquelas impulsionadas junto a eles enquanto "cidadãos livres e iguais". O Milton fala disso:

" E tem um outro lado, também, que são as repercussões que este trabalho todo vai tendo. E que fazem um gancho de vai e volta. Nós temos notado que o trabalho sindical de formação da consciência de classe tem reflexos gerais, inclusive nas disputas eleitorais e em todas as lutas políticas. E o contrário também ocorre. Quanto mais os partidos dos trabalhadores conseguem deixar bem claro que nos interesses políticos tem um lado que é o da burguesia e um oposto que é o dos trabalhadores, melhor vai ficando para o nosso trabalho aqui. Quando isto ficou mais claro foi nas eleições presidenciais do ano passado, principalmente no segundo turno."

A este respeito, contatos com diversos ativistas e assessores permitiram averiguar que também aí as ONGs educativas populares mobilizaram seus recursos pedagógicos e operacionais,

unindo-se à ação política direta de modo sui generis.

VII CONCLUSÃO

As práticas educativas desenvolvidas pela humanidade não devem ser estudadas somente em uma linha interna de evoluções e recuos frente a um parâmetro arbitrado por quem as olha. Sua construção está referida aos tensionamentos gerais de cada sociedade, às dinâmicas de adaptação evolutiva, transformações superadoras ou reações regressivas presentes em cada bloco histórico, ou às pressões externas que venham a sofrer. No entanto, a configuração de tais práticas não se articula somente em seus vetores principais de tensionamento. Em diferentes períodos históricos, bem como em seus desdobramentos conjunturais específicos, tem lugar uma multiplicidade de práticas educativas paralelas, com diferentes graus organizativos, e com diversificado impacto sobre seu solo histórico. De um lado, pela eventual restrição do espaço de surgimento de vetores totalizantes da expressão das principais tensões. De outro, pela complexidade não enquadrável das inúmeras dimensões da vida social a respeito das quais se organizam as práticas educativas.

Tais práticas paralelas, mais ou menos organizadas em agências ou redes, provavelmente sempre estiveram presentes, ao menos desde que o grau de organização social gerou historicamente os vetores educativos institucionalmente predominantes. Durante muito tempo, a vertente popular da educação paralela, emancipatória das opressões reproduzidas em cada sociedade, incidia basicamente na capacitação retórica para a expressão pública da rebeldia contida ou reprimida. A primeira leitura desse fenômeno que pôde ser encontrada nas entrelinhas das "Histórias da Educação" refere-se ao Egito Antigo, onde tais tribunais populares eram chamados meduti. Mortalmente perseguidos pelos "formandos" da escola da corte do Faraó, aos meduti nunca foi fornecido acesso aos pergaminhos legais para que contassem ao futuro o nome de seus professores dessa retórica paralela. Mas tiveram "sucessores históricos" entre sapateiros atenienses, retores latinos que preparavam oradores plebeus, profetas judeus como o de Nazaré, padres que abriam divergência com uma Igreja-Império, mestres livres, utopistas como Owen ou revolucionários, anarquistas ou socialistas contemporâneos. É longa a trilha sucessória dos meduti.

Após a revolução industrial e as revoluções políticas burguesas, a conquista dos direitos civis pelas massas populares e a desconstrução dos mitos do destino permitiu que a questão das classes sociais aparecesse em cena com objetividade, como derivadas das relações conflitivas estruturadas em torno de um padrão determinado de trabalho e de produção da vida. Tal irrupção possibilitou o surgimento de teorias e vontades orien-

tadas para a construção entre os trabalhadores (cuja situação era percebida como de opressão e potencial de transformação e superação) da consciência adequada ao desvelamento de tal situação conflitiva. Esta questão envolveu de forma crucial e específica os debates da tradição marxista, e diversas foram as inflexões nela presentes a esse respeito. As concepções de como projetar e articular práticas educativas orientadas à formação dessa consciência, a consciência de classe, ocupa até hoje os debates deste campo teórico.

Procurou-se apresentar alguns dos principais recortes de tal debate nesta dissertação. A compreensão de que, na própria situação conflitiva em que se encontram, os trabalhadores produzem os elementos fundantes da possibilidade da consciência de classe foi pressuposto essencial desta exposição. Bem como a necessidade do aporte de uma teoria elucidativa dessa mesma situação conflitiva para que a ação transformadora seja eficaz.

A organização das práticas educativas explicitamente voltadas ao desdobrar positivo desses tensionamentos não se deu de forma única. Ao lado de instituições tendencialmente centralizadoras de tais ações, como se viu, surgiram em diferentes situações agências paralelas voltadas a este campo de práticas. Agências educativas paralelas do campo popular, com papéis próprios nos processos de formação da consciência de classe dos trabalhadores.

O modo concreto como se desdobra a atuação dessas agências paralelas não obedeceu simplesmente o desfiar de impulsos internos. Somente pode ser apreendido "em situação", nas condições reais em que é gestado e se desenvolve em cada conjuntura.

Em nosso país, a partir de uma certa "acumulação primitiva", estas agências marcaram presença decisiva após o golpe militar de 1964, quando o espaço a instituições de maior envergadura com esses objetivos estava fechado. Incidindo sobre um campo popular em que se ampliavam e concentravam os contingentes proletários, tais agências passaram por transformações próprias ao mesmo tempo em que transformavam e fermentavam a consciência dos explorados. Num dado momento, seus avanços se combinaram à crise econômica em que a ditadura mergulhara o país, detonando um processo de lutas e reflexões populares que resultaria no início de constituição e reconstituição de organizações populares autônomas e de massas, e da construção de partidos dos trabalhadores.

Enquanto tal processo, então detonado, ainda era inicial, essas agências paralelas ampliaram sua importância. Atuavam na formação dos primeiros quadros do movimento aberto dos trabalhadores em luta, assessoravam seus passos, educavam-nos profissional, sindical e politicamente. Davam cursos para as bases e direções, prestavam acompanhamento cotidiano e em momentos cruciais. Enfrentaram muitas dificuldades em função do padrão inseguro do financiamento de suas atividades, o que per-

siste até hoje.

Como visto no caso dos metalúrgicos de São Leopoldo, sua ação teve grande papel na derrubada de uma direção sindical pelega e na conquista do sindicato para uma linha combativa, democrática e classista. Viu-se também que sua ação não foi a única vertente na gênese desse processo, mas que sua importância se estendia além da formação dos quadros, atuando também no apoio logístico-operacional das ações operárias.

Tal importância, constituída num período determinado das conjunturas brasileiras, encontra-se atualmente diante de certas indagações e desafios. De um lado, tais ONGs chegaram, em nível nacional, a uma razoável integração com partidos dos trabalhadores e com a CUT, como visto com o Instituto Cajamar (e há também a Fundação Nativo da Natividade, entre outras). De outro, a própria necessidade de sua permanência enquanto agências autônomas, à parte de tais organizações populares, vem sendo questionada. Além disso há uma outra ordem de questionamentos, como aquele produzido por sua integração atritada em nível local, como visto em São Leopoldo. A ampliação do espaço democrático na sociedade, como conquista dos trabalhadores, coloca-os diante da escolha de diversos caminhos para prosseguir suas lutas, bem como possibilita constantes reavalições sobre seus objetivos imediatos e distantes. As divergências sobre esses problemas vão-se consolidando em diferentes campos de definições e tendências, tanto no interior das entidades representativas e partidos políticos, como das agências educativas paralelas do

campo popular. O nível sub-regional, municipal ou de base da estruturação dos movimentos dos oprimidos é sempre o nível em que disputas entre tais campos de definições são mais acentuadas, visto que é o nível em que se constrói influência, representatividade e, portanto, poder. Se as agências em questão chegarem a aparecer como posicionadas em tais disputas, e a autonomia das entidades representativas for percebida como sob interferência, seu papel como aliadas gerais dos trabalhadores é posto em xeque. Tanto sua auto-compreensão como seu espaço podem entrar em crise.

Diante dessas duas ordens de interrogação, a par do reconhecimento de que sua resolução está em aberto aos sujeitos sociais, é possível indicar algumas hipóteses de desenvolvimento positivo.

As indagações aqui identificadas ou formuladas são indagações no interior de um reduzidíssimo período histórico em face de toda a trajetória das agências educativas paralelas do campo popular. Seu surgimento e sua ação em diferentes momentos precederam e/ou em geral foram independentes de qualquer tipo de reflexões sobre sua identidade tais como as aqui apresentadas. Seu valor e seu papel nas lutas emancipatórias não foi constituído por vontades centralizadas (embora possam ser modulados por projetos que busquem se constituir como tais). Dificilmente, assim, os determinantes de sua ação possam ser radical e definitivamente influenciados pelas posições conjunturais que se tomem a seu respeito.

No entanto, a simples modulação de seu papel por vontades e sujeitos pode ter grande importância em horizontes conjunturais, ou em períodos históricos reduzidos.

Sua importância recente e atual na constituição e educação de sujeitos populares, e mesmo, em certo período, na constituição dos próprios espaços da sociedade civil em face ao Estado, dão perfeita noção de sua importância para a garantia do pluralismo e da democracia. São também indicativos de seu potencial nesse sentido em uma possível sociedade nova nascida da superação do capitalismo e de sua democracia particularista. Além disso, a integração transformadora de toda a riqueza da rebelião popular, subsumida em diferentes manifestações culturais, em geral desprezadas pelos que fazem a "grande política", não é papel secundário entre os exercidos por tais agências paralelas. Tal dimensão do pluralismo no interior do próprio campo popular apareceu com toda sua força em experiências históricas em que os trabalhadores explodiram o edifício da sujeição a que são submetidos, como na Nicarágua de 1979. Se o pulsar desses veios da crítica popular difusa ou subterrânea não pode somar-se ou fundir-se com as lutas que golpeiam o centro objetivo da exploração do trabalho livre, a superação da opressão não se desata ou irá isolar-se mais além do que derrotas momentâneas.

A compreensão de tal importância, entretanto, não tem o condão de suplantar os impasses objetivos por que passam atualmente essas experiências educativas. Pode, porém, permitir que se apontem pistas a seguir em seu enfrentamento.

Se o pluralismo, em diversos aspectos, é uma nota fundamental da contribuição das agências em foco nos processos emancipatórios populares, talvez em seu aprofundamento se encontre o caminho de seus avanços. Em diversos sentidos.

O aprofundamento do pluralismo em relação às áreas sociais e geográficas de trabalho se coloca em primeiro lugar. Como registrou Pontual (PONTUAL, 1986), os últimos dez anos viram uma importante multiplicação dessas agências junto ao movimento sindical. A pesquisa de Landin mostrou sua concentração nas principais cidades do país. Uma extensão de sua presença às "fronteiras organizativas" atuais dos movimentos dos trabalhadores, e para além destas, reatualizaria sua atuação inicial como partido ideológico lá onde os partidos políticos não estão organicamente implantados ou enraizados. As "redes" de contatos e trocas entre elas poderiam mediar tal processo de pluralização dos "alvos" de trabalho, e tal necessidade poderia ser levada coletivamente às financiadoras, com o apoio das instituições com as quais muitas das agências guardam referência: Igreja, Universidade, partidos, centrais sindicais.

De outro lado, no sentido de qualificar seu potencial de oferta para além de diferentes matizes estratégicos gerais, a pluralidade da capacitação oferecida, em termos das problemáticas nas quais se especializam, seria contribuição densa e efetiva. Mesmo no interior das atuais fronteiras organizativas populares. Há questões novas e complexas sobre as quais mesmo os movimentos mais avançados têm pouco ou nenhum acúmulo.

A educação para o enfrentamento de situações criadas pelas inovações tecnológicas, para a proteção das entidades representativas diante da polícia política e ou patronal e da repressão em geral, para a utilização dos modernos meios de comunicação eletrônica ou para a informatização dos movimentos dos trabalhadores, são exemplos entre vários outros.

Algumas agências paralelas de educação popular já trafegam nestas novas e plurais ondas das demandas dos trabalhadores. Em todos os casos, porém, o pluralismo de iniciativas a que aqui se faz referência deixará maiores contribuições quando fundado no pluralismo pelo qual uma mesma agência esteja aberta à diversidade de posições estratégicas compatíveis com a proposta educativa que desenvolve, e pelo qual sua ação reforce a abertura de suas áreas de trabalho à pluralidade das possibilidades emancipatórias que confluem em suas lutas. O aprofundamento prático de tais princípios e do pluralismo que norteou sua origem contribuirá para dar continuidade à importância do papel dessas agências na formação da consciência de classe dos trabalhadores neste país e, talvez também, em outras latitudes e longitudes.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado.** Lisboa, Editorial Presença/Martins Fontes, 1980, terceira ed.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **História Antiga e Medieval.** São Paulo, Ática, 1976.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação como Cultura.** São Paulo, Braziliense, 1985.
- BRESCIANI, Edda. **Letteratura e Poesia Dell'antico Egitto.** Turim, Einaudi, 1968. (ap. Manacorda, 1989)
- CÂMARA, D. Helder. **O Deserto é Fértil.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, quarta ed.
- CARLO, Antonio. **A Concepção do Partido Revolucionário em Lênin.** **Estudos CEBRAP.** São Paulo, 15: 65 - 113, s.d.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Informa CUT.** São Paulo, nº 125, 1990.
- CERRONI, Umberto; MAGRI, Lúcio; JOHNSTONE, Monty. **Teoria Marxista del Partido Político.** México, Siglo XXI Editores, 1978, sexta edición. (Cuadernos de Pasado y Presente, 7).

- DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO TRABALHADOR. **Setor da Economia.** São Leopoldo, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Leopoldo, 1920. 51 p. mimeogr.
- ELSTER, Jon. **Marx Hoje.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- FRANCO, Augusto de. **Autonomia e Partido Revolucionário.** Goiânia, Ferramenta, 1985.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. **Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil.** Petropólis, Vozes, 1987.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, terceira edição.
- _____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, quarta edição.
- HO CHI MINH. **Ho Chi Minh: Política.** Organizadora (da coletânea) Marta Elena Alvarez. São Paulo, Ática, 1984 (Grandes Cientistas Sociais; 42).
- HOBSBAWM, Eric J. **Revolucionários.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, segunda ed.
- HOBSBAWM, Eric J. et al. **História do Marxismo.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, vol. XI O Marxismo Hoje (Primeira Parte).
- INSTITUTO CAJAMAR. **Metodologia.** São Paulo, Departamento de Formação - Instituto Cajamar, nº 7, s.d.
- KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, quarta ed.
- LANDIM, Leilah & FERNANDES, Rubem César. **Sem Fins Lucrativos.** Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Religião, 1988.
- LÊNIN, Vladimir. **Obras Completas.** Tomo II. Buenos Aires, 1958. (ap. Carlo, s.d.).

- _____. **Obras Completas.** Tomo XI. Buenos Aires, 1960. (ap. Carlo, s.d.)
- _____. **Obras Completas.** Tomo XIII. Buenos Aires, 1960. (ap. Carlo, s.d.).
- _____. **Obras Escolhidas.** Volume II, São Paulo, Alfa-Omega, 1980.
- _____. **Obras Escolhidas.** Volume I, São Paulo, Alfa-Omega, 1982, segunda ed.
- LORTZ, Joseph. **História de la Iglesia.** Madrid, Ediciones Guadarrama, 1962 (Coleccion História y Pensamiento, vol. V).
- LUCAS, São. **Evangelho Segundo São Lucas.** In: A Bíblia de Jerusalém. São Paulo, Edições Paulinas, 1985.
- LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe.** Porto, Publicações Escorpião, 1974.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias.** São Paulo, Cortez Autores Associados, 1989, segunda ed.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Sindical entre o Conformismo e a Crítica.** São Paulo, Loyola, 1986. Coleção Educação Popular, n. 6.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** Petropólis, Vozes, 1981.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Opere.** Roma, 1972, vol. 39. (ap. HOBSBAWM, 1989)
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 1º capítulo. Lisboa, Edições Avante, 1981.
- _____. **Obras Escolhidas.** Volume I, São Paulo, Alfa - Omega, s.d.

PONTUAL, Pedro. Os Centros de Educação Popular na Conjuntura Brasileira (1964 - 1986). São Paulo, CEPIS, 1986.

_____. "Entidades de Apoio até Quando?" Até Quando Forem Historicamente Necessárias! Porto Alegre, CAMP, 1988. mimeogr.

PRZEWORSKI, Adam. El Proceso de la Formación de clases. Revista Mexicana de Sociologia, 40 (E), 1978.

_____. Capitalismo e Social-democracia. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

RECH, Hildemar Luiz. " Novo Sindicalismo ": Características, problemas e desafios. Porto Alegre, 1987. (Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA. A Política de Formação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1988.

ANEXOS

ANEXO 1

Revela elementos do surgimento e manutenção das agências educativas do campo popular em um exemplo concreto.

Excerto do artigo "**ESCOLA SINDICAL 7 DE OUTUBRO**", elaborado por Alex Sgreccia, Luiz Soares Dulci, José Luiz Fazzi e Aristóteles dos Santos, publicado na Revista Forma & Conteúdo, nº 3, de dezembro de 1990, páginas 29 - 30.

Escola Sindical 7 de Outubro

Alex Sgreccia

Luiz Soares Dulci

José Luiz Fazzi

Aristóteles dos Santos

A Escola Sindical 7 de Outubro foi inaugurada no dia 26 de junho de 1990. A cerimônia de inauguração foi seguida de uma comemoração festiva e de um ciclo de debates sobre os desafios do movimento sindical brasileiro e internacional, cultura e formação sindical.

O evento reuniu dirigentes nacionais da CUT, como Jair Meneguelli e Jorge Lorenzetti, membros da Assembléia fundadora da Escola, o Secretário/Geral da CÍSL, Franco Marini, representantes da FIM, da CGIL italiana e da DGB alemã, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato da Frente Brasil Popular nas eleições presidenciais de 1989, lideranças sindicais cutistas de Minas Gerais e de outros Estados, pesquisadores, professores universitários e representantes do movimento popular.

A Escola foi construída na área industrial de Belo Horizonte e vem desenvolvendo, desde 1987, ano de sua fundação, um conjunto diversificado de atividades que a tornaram, ao lado de outros centros similares, um dos espaços privilegiados de formação sindical cutista.

1. Do movimento à institucionalização

O processo de criação da Escola Sindical 7 de Outubro e a experiência cotidiana dos indivíduos e grupos que formam sua Assembléia fundadora e seu corpo de funcionários permitem afirmar que a Escola é uma expressão simbólica e institucional do movimento operário e sindical cutista e da solidariedade que tem unido trabalhadores italianos e brasileiros.

Uma das principais preocupações do núcleo de dirigentes sindicais mineiros, que desde o início dos anos 80 sentia a necessidade de uma escola sindical

em Minas, era recuperar a experiência operária e socializá-la, unir, através da formação, a vida cotidiana com a ação sindical. Esses dirigentes estavam ligados a um projeto de liberdade e de autonomia sindical que pressupunha a capacidade de pensar sobre si mesmos e sobre sua própria ação, mas que não excluía o intercâmbio e a articulação com setores da sociedade que, por sua opção política, seu saber profissional e sua solidariedade, pudessem colaborar com os trabalhadores na reflexão sobre sua experiência histórica e na organização mais sistemática de sua ação política.

As etapas de constituição da Escola têm esse significado da multinacional Fiat que, com dois anos de experiência fabril, e, às vezes, contra a diretoria sindical da época, solicitaram dos companheiros italianos o apoio à luta que vinham desenvolvendo em defesa da categoria. Como expressão de solidariedade nesse momento, falou-se a uma comissão de sindicalistas mineiros, pela primeira vez, da possibilidade de uma forma mais permanente de intercâmbio no campo da formação sindical.

Ao mesmo tempo, no pólo siderúrgico do Vale do Aço, se deu, em fevereiro de 1980, o Encontro de João Monlevade, que representou um mo-

o de reflexão sobre o movimento local e nacional e no qual estiveram presentes militantes e lideranças ligadas aos sindicatos, aos movimentos sociais, às igrejas, aos partidos e à universidade. Não foi mera coincidência com esse acontecimento a criação, em João Monlevade, em fins de 1981, da Fundação Casa do Trabalhador. A organização da formação se expandiu, não só no meio siderúrgico do Vale do Aço, e encontrou um movimento similar na região metropolitana de Belo Horizonte, no Sinttel, no Senalba, no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, na Federação dos Trabalhadores da Agricultura, na Escola Sindical do Dieese, em iniciativas de formadores sindicais, como o Centro de Estudos do Trabalho e o "Trilhando", em Contagem, o Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador em Betim e a Escola Profissional do Bairro Lindéia, em Belo Horizonte.

O projeto tomou impulso, a partir de 1986, com a definição da política de formação da CUT e com a ampliação de suas relações com o movimento sindical italiano, particularmente com a Cisl (Confederação Italiana de Sindicatos de Trabalhadores).

O resultado dessa confluência de interesses foi tornar a idéia original uma proposta mais ampla do que uma Escola de Minas, transformando-a numa organização de abrangência nacional, integrada na estratégia de formação da CUT.

A FIM, federação metalúrgica vinculada à Cisl, desencadeou na Itália uma campanha para arrecadar a verba necessária à compra de um antigo colégio para ser a futura sede da Escola. Através de um projeto apresentado ao governo italiano, o Iscos, organização criada por essa Central para coordenar atividades de cooperação e de intercâmbio com países em desenvolvimento, conseguiu os recursos que iriam viabilizar a reestruturação física das instalações da Escola e o desenvolvimento, por um período de três anos, de parte de suas atividades de formação.

Em agosto de 1987, reuniu-se em Belo Horizonte a assembléia que fundou a Escola. Participaram dessa instância máxima de decisão dirigentes da

CUT Nacional e da CUT Estadual, dirigentes sindicais de Belo Horizonte e de diversas regiões de Minas, assessores sindicais e intelectuais ligados a universidades e centros de pesquisa. A coordenação da Escola é composta por um coordenador geral, dois coordenadores adjuntos e pelos coordenadores dos departamentos de Formação, Estudos e Pesquisa, Recursos Pedagógicos e Administração Financeira. A entidade conta ainda com um Conselho Fiscal, também eleito entre os membros presentes à assembléia.

Duas dimensões devem ser destacadas na formulação da concepção da Escola. Em primeiro lugar, da mesma maneira que o movimento sindical cutista, inspirador do projeto da Escola, se baseava na autonomia e liberdade sindical, a Escola é também uma instituição autônoma, conduzida por indivíduos responsáveis para organizá-la, definir sua política de formação em consonância com a CUT, com a obrigação de prestar contas a uma Assembléia Geral. A Escola tem um laço político com a Central, o que leva seus coordenadores a implementar uma formação democrática e pluralista. Portanto, esse estatuto torna os coordenadores responsáveis pelo desenvolvimento de uma formação sindical cutista, e co-responsável pela construção de um sindicalismo classista democrático, autônomo e politicamente organizado. É sua atribuição organizar e administrar uma Escola que desenvolva um conceito de sociedade e uma prática política que explicitem as intenções da CUT.

Em segundo lugar, a definição de uma Escola desse tipo coloca uma questão que inclusive extrapola o próprio movimento, a organização sindical e a CUT. Trata-se da relação entre ação e movimento, de um lado, e a instituição do outro. A Escola, estruturada para fazer formação, tem um significado, um ritmo de trabalho, uma dinâmica que a definem como "instituição educacional" que não só transmite conhecimento, mas o produz, o que exige recursos humanos, administrativos e financeiros. Assim, a Escola é também relativa-

mente independente do movimento e da organização sindical que o dirige.

Retomando uma argumentação de Hannah Arendt, temos condições de entender a natureza e os limites dessa instituição que está a serviço da vida operária e sindical. Diz essa autora que a instituição existe para expressar a palavra e a ação política de sujeitos que a criam como espaço público e organizado. Esse espaço social dá visibilidade, permanência e comunicação aos indivíduos e grupos sociais que dele participam e através dele constroem sua identidade no tempo histórico. Nesse sentido, pensamos que a Escola, como instituição, está a serviço dos indivíduos e de sua liberdade, da vida e do movimento. Acreditamos também que esta definição da Escola multiplica sua responsabilidade porque ela não é um instrumento inerte e burocrático, um meio para algum fim, mas é uma organização que deve dar conta de ações que o movimento e o sindicato não devem fazer. Com dois anos de experiência, vimos que a Escola não substitui o sindicato como primeiro responsável da formação. Estamos descobrindo que é preciso inventar, pesquisar, estudar, publicar, o que evidentemente aumenta a nossa responsabilidade e a define, em vez de cercá-la e diminuí-la.

Numa palavra, movimento e instituição caminham juntos: agir e pensar vão juntos. Aliás, é por isso que o trabalho na Escola, descontando os atos inertes ao tipo de instituição, é também muito instigante.

2. Concepção político-pedagógica

A Escola Sindical pretende desenvolver uma ação educativa que contemple os atuais dirigentes, os quadros intermediários, visando o pleno desenvolvimento de suas potencialidades enquanto indivíduos, trabalhadores, sindicalistas e cidadãos.

Essa formação integral dos sindicalistas é reclamada seja pelo projeto mais amplo de democratização da sociedade, para o qual os trabalhadores contribuem em diversos planos, muitos dos

ANEXO 2

Formação de classe e luta de classes entre os metalúrgicos de São Leopoldo. Momentos.

Seleção de exemplares de "A MARRETA" de 1985 a 1990, ordenados em linha de tempo (na medida em que foi possível identificar suas épocas de publicação, visto que não há datas de cabeçalho).

Roteiro de apresentação:

1. 1985 - É o último número de "A MARRETA" antes que se tornasse o órgão de divulgação do Sindicato. A vitória eleitoral já fora conquistada, mas a posse ainda não se realizara. Justifica sua vitória como fruto da coragem e discernimento dos trabalhadores para enfrentar a pressão da classe exploradora.

2. - Campanha dos dez mil sócios. A nova direção orienta o Sindicato para organizar os trabalhadores de modo independente do Estado, entendido pela vanguarda como Estado burguês, através da superação da sustentação financeira pela via do imposto sindical.

3. 1987 - O Golpe Patronal. Preocupada com o processo de independência construído pela direção sindical, a classe exploradora busca dividir os trabalhadores e debilitar a autonomia financeira da entidade. É denunciada.

4. 1988 - Nova chapa da Marreta, desta vez à reeleição. Resgatava a continuidade das lutas da categoria com todo o movimento operário e com o renascimento de sua pujança em São Bernardo do Campo, SP, 1978.

5. 1988 - A Marreta dá voz aos peões de base que denunciam o avanço patronal sobre a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e as condições de trabalho na fábrica, bem como sua tentativa de dividir a classe dos trabalhadores assalariados, separando o funcionário de escritório e o operário de macacão quanto ao refeitório. Na Barmag.

- No mesmo exemplar, a direção dos metalúrgicos de São Leopoldo comemora com a categoria a vitória da solidariedade de classe para além do corporativismo. O caso é o da derubada dos pelegos no Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga. A Oposição Cutista teve o apoio do Sindicato aqui estudado.

6. 1988 - Este exemplar apresenta a luta de todos os trabalhadores como uma luta política, contra um governo a serviço dos patrões, e chama para isto uma Greve Geral Nacional. Abre também a discussão de novos estatutos sindicais com a categoria, para avançar na independência organizativa em relação ao Estado. Além disso, convoca os trabalhadores a integrar as listas das emendas populares à Assembléia Nacional Constituinte. O número aqui apresentado esgotou-se rapidamente, restando para o arquivo esta versão parcial do original.

7. 1988 - É criada uma nova forma de comunicação do Sindicato com a base nas fábricas: o "Marreta Mural". Por outro lado, avança-se da politização da luta de classes trazendo à categoria a discussão sobre o papel das Forças Armadas na representação aos metalúrgicos de Volta Redonda.

8. 1989 - A direção criou o personagem "Zé Ferrão", para denunciar a opressão dentro das fábricas. Neste número, vincula a opressão da mulher com o autoritarismo das classes dominantes.

9. 1989 - Novo instrumento de comunicação é criado. A direção sindical passa a ocupar um programa de rádio semanal.

10. 1989 - Formação e Luta. A Marreta chama os trabalhadores para um seminário aberto sobre saúde e trabalho nas condições das siderúrgicas.

11. 1989 - O Marretinha. Trata-se de exemplares especiais dirigidos a uma determinada fábrica, no caso a Gedore. Denuncia a separação imposta aos trabalhadores pelos patrões através de chefetes e espiões.

12. 1989 - Por decisão de Assembléia Geral da categoria, o Sindicato adere ao Movimento Supra-partidário Lula-Presidente na disputa do 2º turno das eleições presidenciais de 89. Reafirma também sua autonomia e independência qualquer que seja o resultado do pleito. E chama os metalúrgicos a unificar todos os "segmentos oprimidos" em torno do "candidato dos trabalhadores e explorados".

13. 1990 - O Marreta divulga o apoio efetivo do Sindicato à luta dos Sem-Terra acampados em Cruz Alta.

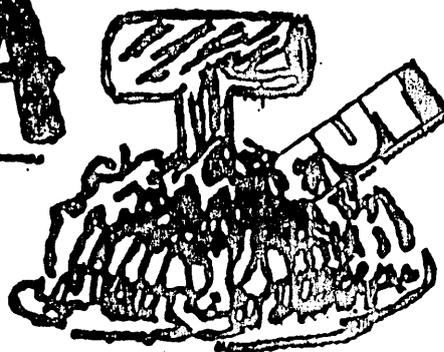
14. 1990 - Deflagrada a primeira greve geral da base do Sindicato desde o início dos anos 60.

15. 1990 - O último dissídio da categoria, aprovado em primeira instância, além de uma série de conquistas, garante a eleição com estabilidade para um delegado sindical por empresa.

Como curiosidade oculta neste roteiro tem-se , com a segunda vitória eleitoral do " MARRETA ", em 1988, a contratação de um militante jornalista (que incidiu na criação de novos instrumentos de comunicação entre a direção e a base da categoria, como o Marreta Mural e o espaço de rádio) que também passou pelos cursos do Instituto Cajamar, entre outros elementos de sua formação.

A MARRETA

ORGAO DE DIVULGAÇÃO DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO LEOPOLDO



VITÓRIA DA CATEGORIA

CHAPA 3 NA DIRETORIA

Estamos orgulhosos por apresentarmos o resultado das eleições. A resposta dos metalúrgicos foi certa: ganhamos disparado as eleições. Isto demonstra a capacidade da categoria em diferenciar as propostas das três chapas, não se deixando enrolar pelas intrigas de nossos adversários. Mostra também a coragem da companheirada para enfrentar a pressão dos patrões. É o momento de agradecermos aos sócios e não sócios pelo voto de confiança e pela campanha feita dentro das fábricas, o que nos levou à vitória. Juntos construiremos um sindicato forte, democrático e de massas!

Agora, toda essa mobilização precisa ser mantida e a unidade da categoria reforçada para enfrentarmos a campanha salarial no sentido de conquistarmos AUMENTO REAL DE SALÁRIO!

A organização e participação dos companheiros na campanha salarial é fundamental. A diretoria do sindicato tomará a iniciativa de fazer reuniões por fábrica, organizando a eleição de representantes para fazerem parte da COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO para o dissídio. Esta comissão atuará junto à diretoria, tendo direito à voz e voto. E isso aí, começamos a colocar na prática o que defendemos como programa de chapa!

A vitória da chapa 3 foi a vitória da oposição.

2º TURNO			
Urnas	Chapas		
	1	2	3
1 - Sindicato	303	05	236
2 - Rossi	82	03	267
3 - Rossi	68	02	253
4 - Alumínio	89	00	38
5 - Gedore	64	00	261
6 - Siderúrgica	156	00	78
7 - São Borja	157	15	360
8 - BR/Centro	141	34	254
9 - BR/Estelo e Sapucaia	64	10	318
10 - Campo Bom Estância Velha Dois Irmãos	74	13	145
TOTAL	1.198	82	2.210

Varremos a pelegada do sindicato



ANO IV

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO LEOPOLDO

Nº ESPECIAL AV. MÁRIO SPERB, ESQ. JOÃO ALBERTO - CX. POSTAL 53 - FONE 92-1875 - S. LEOPOLDO

FILIA DO A
CUT

UMA ZONDEYINHA SÓ NÃO FAZ VERÃO

CAMPANHA DOS 10 MIL SÓCIOS

SINDICALIZE-SE

TORNE O SINDICATO MAIS FORTE

O Sindicato tem aproximadamente 6 mil sócios. Três em cada quatro metalúrgicos não são sócios da nossa Entidade.

Esta baixa participação de muitos companheiros se reflete muito na nossa capacidade de luta. Se formos poucos, seremos fracos; se muitos se sindicalizarem, estaremos construindo um Sindicato forte, para meter medo no patrão e alcançar muitas conquistas que hoje nos são negadas.

Os salários dos metalúrgicos, assim como de outras categorias, estão cada vez mais archoados. É cada vez mais difícil ser um trabalhador honesto, num país onde o roubo e a corrupção andam soltos.

Vamos mostrar que não nos entregamos e que estamos dispostos a lutar pelo que é nosso. Por tudo isso, vamos formar uma grande corrente em nossa categoria, vamos sindicalizar o máximo de companheiros para demonstrar a nossa união.

E mais: Vamos nos preparar para a luta. Não podemos aceitar o fim da URP. Vamos derrubar este archo e fazer uma grande campanha salarial.

TORNE O SINDICATO AUTO-SUFICIENTE

Nosso Sindicato, assim como 99% dos Sindicatos brasileiros, depende do Imposto Sindical e do desconto do dissídio para sobreviver. Quando acontece como no ano passado, quando o Governo deu o calote com o dinheiro do Imposto Sindical e quando a categoria reduziu o desconto do dissídio e muitos companheiros se negaram a pagar, o Sindicato entra em crise e não consegue cumprir seus compromissos financeiros.

Todos sabem o quanto se gasta com as lutas da categoria (boletins, lutas em inúmeras fábricas...), com a estrutura assistencial (médicos, dentistas, advogados...) e com sede e funcionários.

Se não tivéssemos 6 mil sindicalizados, mas 20 ou 25 mil, não precisaríamos nem do Imposto Sindical nem do dinheiro do dissídio.

Por isso, vamos entrar nesta campanha. Nosso primeiro objetivo é atingir 10 mil sócios; mas não vamos acabar por aí. A campanha é permanente e o objetivo final é ter todos companheiros sindicalizados.



ANO III
Nº 34

A MARRETA



154

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO LEOPOLDO

AV. MARIO SPERB, ESQ. JOÃO ALBERTO - CX. POSTAL 63 - FONE 02-1043 - S. LEOPOLDO

AFILIADO A
CUT

O GOLPE PATRONAL

Dia 24/07, a última assembléia da campanha salarial de 87 decidiu que os trabalhadores doariam 8 horas de trabalho de cada um para garantir o funcionamento do Sindicato da categoria. Naquela oportunidade a direção do Sindicato já entendia que o número de horas a serem descontadas deveria ser maior, mas alguns companheiros argumentaram contra, houve votação e foi aprovado

o desconto de 8 horas.

A partir do dia 21 de agosto companheiros de algumas fábricas foram até o Sindicato para assinar o formulário e impedir o desconto. Entendendo que alguns poderiam estar com problemas financeiros a diretoria abriu a possibilidade para que o desconto das 8 horas fosse realizado noutra oportunidade. Mas a maioria dos que estavam indo ao Sindicato pedir o não des

conto estavam chegando de carro, ônibus e ambulância das empresas. Muitos em horário de trabalho. Junto foram também alguns pelegos que ficaram incitando os trabalhadores e impedindo os diretores do sindicato de explicarem as razões do desconto. Apesar disto tudo, a mobilização patronal não deu certo. Veja como foi nas fábricas a preparação do golpe patronal e o que está por trás disso tudo.

A MARCHA DOS FATOS

STIHL - Na sexta-feira, dia 21, a empresa utilizou o sistema de som interno, das 16 horas às 17h30min. De 2 em 2 minutos, chamavam os trabalhadores para ir ao Sindicato, porque este estaria cobrando MAIS UM DIA (mentira) dos trabalhadores. Como se isso não bastasse, levou o pessoal ao Sindicato em 4 ônibus e 3 kombis, abanando o cartão. Francisco, vulgo Pneu Hurcho, chefe de vigilância e limpeza, subiu em todos os ônibus para fazer comício contra o desconto.

Na terça-feira, dia 25, os encarregados ameaçaram os companheiros que ainda não tinham ido. A maioria resistiu e sabia que por trás daquela boa vontade dos patrões devia ter alguma coisa contra eles.

TAURUS - alguns encarregados (André, Tálvio, Américo) passaram de setor em setor

com abaixo assinado. Pressionavam e ameaçavam a peonada para que aderissem ao pedido de não desconto do dia para o Sindicato.

ROSSI - Alguns chefetes puxa-sacos (Adão, do acabamento, e Barbosa, da micro) ameaçaram os trabalhadores de que se eles não viessem ao Sindicato impedir o desconto seriam colocados na "lista negra" da empresa. No horário do expediente a ambulância da empresa levou uns poucos empregados que cederam à pressão dos patrões.

SIDERÚRGICA - a empresa fez enormes pressões sobre os trabalhadores. Vários dias antes colocaram a cláusula do desconto na parede da empresa. Organizaram engenheiros e supervisores, setor por setor e, em alguns casos chamaram peão por peão para pressionar e jogar os trabalhadores contra o Sindicato.

IEC - Usaram a tática do engodo. Chamaram um por um e disseram aos trabalhadores que se eles quisessem receber um dia passassem no Sindicato porque ele estaria pagando-

GEREMIAS - Dia 25/08 - terça-feira. Liberou o pessoal uma hora e meia antes do final do expediente levou a turma para o Sindicato.

GEDORE - A chefia reuniu e pressionou o pessoal. A maioria foi ameaçada de ser colocada na "lista negra" da empresa caso não viesse ao Sindicato impedir a contribuição sindical.

RECRUSUL - Passou abaixo assinado pressionando os trabalhadores para não darem o dia para o Sindicato.

IMPEL - Nesta empresa os chefes organizaram abaixo assinado dizendo que o Sindicato descontaria três dias da peonada.

Um apoio de lutadores

Nosso apoio aos companheiros de luta que estão na chapa 1 não é de graça. Esse apoio significa que nós nos identificamos com as propostas já desenvolvidas na prática de luta destes companheiros. Se aí no Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, estes companheiros têm tido um trabalho que merece a confiança da CUT (Central Única dos Trabalhadores) nós temos a tranquilidade e a segurança de apoiá-los. Em nossos Sindicatos, em nossos locais de trabalho e frente onde estamos nós também levamos um trabalho no mesmo sentido, e de UNIR A CLASSE TRABALHADORA PARA CONQUISTAR SEUS DIREITOS.

Nosso apoio aos companheiros da MARRETA, da chapa de UNIDADE E RENOVACÃO, ocorre democraticamente em uma convenção da categoria com mais de 540 metalúrgicos. Estes são os princípios da CUT, são os nossos princípios. Até a Vitória nas eleições companheiros!

Paulo Renato Paim

— Secretário da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Secretário Geral da CUT nacional. Deputado Federal constituinte pelo PT.



João Jorge de Freitas Lima

— Secretário de Tecnologia do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Presidente da CUT regional do Vale dos Sinos.



Gilmar Pedruzz

— Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas — Presidente da CUT — Estadual.



Luiz Inácio Lula da Silva

— Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, atual presidente da Diretoria. Deputado Federal Constituinte e candidato a Presidente da República pelo PT.



Vicente de Paula (Vicentinho)

— Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Duque — SP.



Miguel Rossetto

— Presidente do Sinopolo (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Pólo Petroquímico).



Jair Meneguelli

— Presidente Nacional da CUT.



A MARRETA

UNIDADE E RENOVACÃO

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO LEOPOLDO Av. Mano Sperb, est. João Alberto - Fone 92-1995 - São Leopoldo - RS



A HISTÓRIA DE QUEM LUTA

DESDE 1978 POR CONQUISTAS SALARIAIS DA CATEGORIA

Mesmo depois de 64 o movimento operário não parou. Em 76, as greves de São Bernardo mostraram que os operários brasileiros continuavam a lutar.

A Luta da MARRETA também tem mais de 10 anos. Em 1978, já nos organizávamos nas fábricas, mesmo com toda a repressão patronal.

Em 1979, com um trabalho organizado de discussão com a categoria, lutamos o Tio Lauriano na memorável assembleia com mais de três mil metalúrgicos.

Em 1980, concorremos pela primeira vez como oposição, com Miguel Rossetto para Presidente e perdemos apenas por 54 votos.

Em 1982, criamos a comissão de mobilização para o diálogo e conseguimos esmagar os pitegos e alcançar um bom aumento dos salários.

Em 1983, estávamos preparados para concorrer às eleições, quando os pitegos concorreram o edital. Com isso eles tiveram mais dois anos no Sindicato até que ganhamos na justiça e no voto da categoria.

Em 1985, entramos para o Sindicato. Nestes três anos de direção da categoria, sempre estivemos juntos nas lutas específicas dos metalúrgicos e nas lutas gerais da classe trabalhadora.

No dissídio de 85, com o Bignólio lotado em todas as Assembléias, a categoria mostrou sua força e conquistamos um aumento de 80,3% mais 9% de produtividade.

Em 1986, com o primeiro cruzado, o governo roubou 38% do nosso salário e ainda levou o povo com o fuso congelamento, que foi até 16 de novembro.

Em 1987, com mais um cruzado, o governo sumiu com os 25% de inflação de junho. Só o que ficou congelado nesses dois anos foi o nosso salário. O maior erro salarial da história do Brasil foi a grande obra da Nova República.

Nesses dois anos, nenhuma categoria teve ganhos econômicos, mas nós tivemos várias conquistas sociais: estabelecimento para pensões, aposentadoria e indenização; estabelecimento de um plano de previdência; estabelecimento do 13º salário com as férias; encolço da variação função no CTPS, sur-

CAIU MAIS UM PELEGO

VIVA A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES!



No dia 19 de julho, os sapateiros de Sapiranga derrubaram o pelego do seu sindicato e conquistaram o sindicato para as mãos dos trabalhadores.

A chapa 1, formada pela atual diretoria, era apoiada pela CGT; a chapa 2, a Torquês, de oposição, era apoiada pela CUT. A chapa 1 fez 1.504 votos e a chapa 2 fez 3.153 votos.

O pelego estava no sindicato há 30 anos. Foi uma grande vitória dos trabalhadores. O nosso sindicato apoiou a oposição. As eleições começaram no dia 26 de junho e foram até o dia 19 de julho. A Brasília do sindicato, quando ocorreu o acidente do domingo, dia 29, estava voltando de Sapiranga onde tinha ido ajudar os companheiros da chapa 2.

156

DA ASSEMBLÉIA

1- DISSÍDIO

2- ESCOLHA DOS DELEGADOS PARA O 2º CONGRESSO NACIONAL DA CUT

2º CONGRESSO NACIONAL DA CUT



Nos dias 31 de julho, 1º, 2 e 3 de agosto vai se realizar o 2º Congresso Nacional da CUT, no Rio de Janeiro.

Todos os trabalhadores do Brasil, do campo e da cidade estão se organizando para participar, discutindo os pontos da pauta. Também aqui em São Leopoldo precisamos escolher nossos delegados e discutir os assuntos que vão ser tratados no Congresso. A pauta do Congresso é a seguinte:

- Conjuntura Econômica e Política do País
- Balanço Político e Organizativo da CUT
- A nova estrutura sindical
- Alteração dos Estatutos da CUT

Nosso sindicato tem direito a mandar 12 delegados, sendo 4 da diretoria e 8 de base.

COMPANHEIRO, venha escolher nossos delegados, participe também deste momento de construção da Central Única dos Trabalhadores

BARMAG

O sindicato recebeu a seguinte carta dos companheiros da Barmag, que solicitaram que ela fosse divulgada entre a categoria para que todos ficassem sabendo dos fatos que ela relata.

"Companheiros,

A CIPA da Barmag não manda mais nada, pois quase todo mês tem um trabalhador que se acidenta; a solda está no meio da fábrica, sem nenhuma proteção para os peões.

A comida está fazendo mal. A firma separou os trabalhadores do escritório daqueles que usam macacão. Dia 3 de julho a comida fez mal para mais de 50 peões. Já é a segunda vez que isto acontece e ninguém toma providências. ESTA É A BARMAG!

Eles estão dando aumento escondido para alguns, mas não adianta pois nós estamos sabendo de tudo.

Sempre querem nos obrigar a fazer serão. A turma da noite inicia às 18 horas e larga às 6 horas da manhã.

Os supervisores e os chefes estão fazendo o que querem do peão. A empresa não oferece nada.

Não temos adiantamento, nem super mercado. Temos sempre que esperar 30 dias para comprar alguma coisa. Antes disso não não se consegue nada."

O sindicato dos metalúrgicos espera que a BARMAG tome providências urgentemente

RESULTADOS do DISSÍDIO

Reunidos em Assembléia Geral na sexta-feira, dia 24, cerca de 2 mil metalúrgicos decidiram aprovar a proposta patronal e concluir o Dissídio da categoria. Os resultados (ver pontos principais no verso) nos trouxeram algumas conquistas, mas no aspecto econômico ainda deixam muito a desejar.

O fato de mais uma vez termos nosso Dissídio depois da decretação de um arrocho, como foi o Plano Bresser, fez com que nossa luta fosse não só contra os patrões, mas também CONTRA A LEI e contra o próprio Governo. Assim, com uma participação apenas razoável da categoria, podemos dizer que terminamos empatados: os 192% que conquistamos estão bem acima do que determina a lei, que é 148,83%, mas ainda está bem abaixo da inflação, que foi de 238,04%. Chegamos a este resultado pelo empenho e participação de pouco mais de 2 mil guerreiros, mas só vamos sair do empate no momento em que aqueles metalúrgicos que permaneceram em casa, omissos, perceberem a importância de entrar na luta. Aí sim os resultados serão melhores.

E temos muito pela frente. Dia 20 DE AGOSTO vamos à GREVE GERAL convocada por todas as centrais sindicais, para combater o arrocho salarial e a política econômica do Governo e recuperar as perdas salariais sofridas por todos os trabalhadores brasileiros.

Quanto à luta na nossa categoria, não precisamos esperar o próximo dissídio para tentar recuperar nosso poder aquisitivo. A luta acontece a cada dia e em cada fábrica. Vamos agora pressionar fábrica por fábrica e no momento oportuno mobilizar toda a categoria para arrancar dos patrões o que eles não quiseram nos dar agora. A lei foi feita para eles, mas na luta, com a participação de todos, vamos buscar o que é nosso.

Em 20/08

Está decidido: dia 20 de agosto O BRASIL VAI PARAR, em um dia de luta contra a política econômica do Governo, que, para pagar a dívida externa e bater na porta do FMI, está deixando o povo na miséria. A GREVE GERAL é convocada pela CUT, CGT e USI, para demonstrar a união de todos os trabalhadores na luta contra o arrocho salarial. Nós, que já vimos no Dissídio o que significa este arrocho, vamos também pegar junto nesta luta. POR ISSO, O SINDICATO ESTÁ CHAMANDO UMA REUNIÃO E TODOS OS METALÚRGICOS PARA DIA 7 DE AGOSTO, EM PREPARAÇÃO À NOSSA LUTA.

Mudanças nos ESTATUTOS

Após o encerramento do dissídio, a categoria começou a discutir a alteração dos Estatutos do Sindicato, com o objetivo de garantir uma maior democracia e permitir que futuras diretorias tenham o número de membros aumentado, para aumentar também o trabalho de organização da categoria. Nos próximos dias iniciaremos um processo de discussão em toda a categoria, para que o resultado seja o mais democrático possível, superando o atual estatuto, que ainda segue o modelo oficial do Ministério do Trabalho, não permitindo livre organização.

BASTA!!

No dia 9 de Novembro, os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, Volta Redonda - RJ, entraram em greve e decidiram ocupar a Empresa, reivindicando aquilo que foi roubado: *a URP de maio; *os 26,06% de reposição das perdas causadas pelo Plano Bresser; *o Turno de 6 Horas, garantido pela Constituição.

A reivindicação dos trabalhadores era pelo cumprimento de seus direitos. Estes direitos estão consagrados na Constituição em vigor.

Mas os patrões e o Governo só entendem a lei quando é em seu favor. E utilizam todos os meios para impor as suas vontades.

A reação às reivindicações dos trabalhadores foi chamar o Exército para ocupar a CSN, não importando a que custo. O importante era manter a peonada desmobilizada, de cabeça baixa. Seria um "balde de água fria" na pretensão inclusive daqueles que queriam votar contra os candidatos patronais nas eleições de 15 de Novembro.

O resultado foi a morte de 3 companheiros, ferimentos em dezenas deles e a quase destruição dos alto-fornos devido a burrice de achar que era fácil controlar uma Usina Siderúrgica.

E como todo covarde, diante da irresponsabilidade de suas ações, responsabilizar os outros por eles. Assim, vimos os trabalhadores serem apontados como os culpados pela ameaça de fechamento da Empresa.

NÓS NÃO PODEMOS MAIS ACEITAR ESTES SENHORES DIRIGINDO O NÓSOS PAÍS. BASTA!!! A PAZ, A JUSTIÇA E A DEMOCRACIA DEPENDEM APENAS DOS TRABALHADORES. Já vimos e vemos todos os dias em nossa fábricas até onde pode chegar a ganância pelo LUCRO, a vontade de EXPLORAR e a DEFESA DE PRIVILEGIOS BASTA DI MORRES! BASTA DI MISERIA!

DENÚNCIA

Os patrões da TECNOAÇÃO estão inovando na repressão aos peões: ameaçam demitir e colocar o nome deles numa lista negra para que não arrumem mais emprego. E no entanto, as condições de trabalho são péssimas. *A água do bebedor é suja; *quem trabalha com maçarico o faz no sol e *atendimento Médico não vale. O convênio com a Medisinos foi cancelado porque os médicos não davam condições para os peões trabalharem. OS TRABALHADORES CONSIDERAM A EMPRESA UM VERDADEIRO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO.

Vamos dar um jeito nisto, se não o ZIL TERRÃO volta a denunciar.

SALÁRIO

ITEM	CZ\$/HORA	CZ\$/MÊS
INSALUBRIDADE	17,06	4.094,40
PISO METALÚRGICO	182,31	43.754,40

ADESIVOS

Os adesivos referentes à CAMPANHA DE REPOSIÇÃO SALARIAL estarão a disposição da peonada a partir desta terça-feira, dia 29 de Novembro. Todos(as) os(as) companheiros(as) devem passar no Sindicato e pegar o seu. VAMOS FORTALECER A NOSSA CAMPANHA.

MARRETA MURAL

O Sindicato elaborou um instrumento de divulgação novo - A MARRETA MURAL. Ela é para ser colocada nos quadros de aviso para informar a categoria dentro de cada fábrica. O quadro de aviso que não tem a MARRETA MURAL é porque foi censurado pelos patrões. Mas a peonada pode dar um toque para a Diretoria do Sindicato que nós colocaremos a Marreta nas proximidades das fábricas.

NÃO VAMOS DEIXAR DE UTILIZAR AS NOSSAS ARMAS.



A NOSSA DIGNIDADE

A nossa categoria está dando uma demonstração de dignidade e consciência na luta por seus direitos neste Dissídio.

O trabalhador toma consciência de que sem luta a vida não muda e que não iríamos conquistar um Dissídio bom. As decisões tomadas na assembléia do Dia da Queda da Bastilha (14 de julho), de realizar o boicote as horas extras e aos serões, e de reduzir a produção, foi plenamente acatada.

No Rossi, a peonada reduziu a quase nada a hora-extra e os serões. O chefe da produção, Lanzini, mostrando seu tamanho moral achou que demitindo quebraria o ânimo da peonada. Três companheiros foram para a rua, mas saíram de cabeça erguida, e os que ficaram estão dispostos a não aceitar as horas extras nem os serões.

Na Copé houve atraso na pegada. Os pedes ficaram alguns minutos no portão e depois ficaram no banheiro mais alguns outros, preparando a possibilidade da luta // crescer.

Na Taurus a produção baixou significativamente. Na Siderúrgica o Dullio, que é o principal negociador dos patrões com os trabalhadores, está apavorado. Ele discute e defende os interesses dos patrões nas mesmas negociações do Dissídio, mas vê a revolta crescer dentro da Siderúrgica. A Marretinha daquela empresa mostra claramente que os patrões estão com 75 milhões de dólares para aumentar a produção. Para os trabalhadores, nada.

Gedore, Promesul, R.Matte estão com a produção a meio-pau.

A categoria, neste momento, resiste as pressões das chefias, ganha aliados dentro do campo patronal e decidiu, na Assembléia do dia 21 de julho (dois dias depois da vitória sandinista contra a corrupção e a safadesa), que estão dispostos a ir à greve caso não vejam suas reivindicações atendidas.

Os metalúrgicos sabem que a inflação é alta e que o Dissídio é para o ano todo.

A hora é agora.

E NÃO ESQUEÇA, PEONADA!

DIA 29 - BAILE DO DISSÍDIO.

NO BIGORNAO, AS 22 HORAS.

PARTICIPE!!

PATO ALÉRGICO

O chefe da ferramentaria da Haverfords, Pedro Paulo, também conhecido como "Pepe" ou "Patinho Feio", é alérgico à Marretinha. Quando pode recolhe tudo e rasga, entorpecido. E proíbe a peonada de ler seu boletim dentro da empresa.

O que é isso "Pepe"? Você ainda não entendeu que a intenção das Marretinhas é fortalecer a luta, a unidade e a fraternidade entre os trabalhadores? Esperamos que você se emende e se aproxime da peonada. Caso contrário sua alergia vai aumentar.

CASO DE POLÍCIA

A Promesul vive uma situação inusitada. Na quinta feira, 20 de julho, quatro companheiras estavam indo trabalhar e passaram em frente da casa do gerente Sidnei, que fica pertinho da empresa, quando foram atacadas pela esposa deste.

A mulher estava enfurecida e partiu pra cima das companheiras com um pedaço de pau gritando que elas eram "mulheres baixas", sem vergonha" e "amantes dos chefes".

As companheiras fugiram apavoradas, sem saber o que estava acontecendo. Afinal de contas, o que se passa na relação de um casal nem sempre é do conhecimento público.

A noite, para piorar as coisas, o Sidnei fechou as quatro companheiras numa sala e as agradiu verbalmente. Disse que das quatro uma tinha "agredido o filho dele e ofendido sua esposa". E essa uma ele sabia quem era e era uma das quatro. E xingou todas.

Na sexta feira, três companheiras, revoltadas, se demitiram.

Os demais funcionários ficaram mais revoltados ainda e estão pedindo à direção da empresa que tome uma providência. Entendem que briga entre casais acontecem. Não deveriam, mas acontecem. Mas levar para o trabalho, envolver funcionárias que nada tinham a ver com o caso e ainda utilizar o cargo que ocupa para humilhar, não. Esperamos que a direção da Promesul tome providências antes que as brigas familiares do Sidnei virem caso de polícia.

ATENÇÃO

Companheiros de Campo Bom e Estância Velha: o ônibus para levá-los para a Assembléia do dia 26 - sal da Concórdia, em Campo Bom, às 18:15, passa pela Aço Real, Schmidt e Vigânico. Passa pela BR e Estância às 18:30 horas.



A MARRETA



SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO LEOPOLDO

FILIADO A



Nº 71

AV. MARIO SPERB, ESQ. JOAO ALBERTO - CX. POSTAL 53 - FONE 92-1995 - S. LEOPOLDO

DISSÍDIO ESQUENTA ASSEMBLÉIA GERAL

DIA 14 SEXTA HORA 18:30

LOCAL - BIGORNÃO

METALÚRGICOS DE SÃO LEOPOLDO DATA BASE 19 DE JULHO

EMPRESAS	REAJUSTE SALARIAL JUL/88 a JUN/89	REAJUSTE NECESSARIO SOBRE JUNHO/89 (%)
----------	--------------------------------------	---

GEDORE	573,77	57,93
LEORATO	548,00	64,21
MUNES	591,03	53,85
ROSST	571,71	58,41
ROLMAR	585,43	55,24
TAURUS	547,29	64,39

FÁBRICAS QUE TIVERAM ANTECIPAÇÕES SALARIAIS DIFERENCIADAS.

PETROLL*	680,00	36,42
	685,23	35,51
INTERMUNICIPA?	728,85	28,38
	780 ?	
STIEL *	653,68	41,18
	645,25	42,78
ALUMINIO *	500,00	77,34
	550,00	63,70
BRASCO *	753,98	24,60
	642,74	43,26
	647,95	42,26
COMPLETU *	909,00	5,46
	923,80	3,46
MISSYMI *	490,00	80,35
	545,00	64,93
	545,23	64,91
	579,27	56,65
DOXA *	753,00	24,74
	716,00	30,40
GLORIS *	513,12	73,55
	558,54	61,58
	511,11	74,12
POSTEOL *	716,00	30,40
	773,79	21,78
DOVER *	439,06	97,39
	488,24	80,89
ESPERAFICO *	757,95	24,02
	766,61	22,78

As negociações já comecaram. Se até o dia 14 não tivermos uma boa proposta, vamos sentar para discutir o que fazer. O que queremos e eles sabem há muito tempo:

- A inflação do período: 964,05%.
- Aumento real de 15%.
- Data base em 19 de Maio

COMPANHEIROS DE CAMPO BOM E ESTÂNCIA VELHA.

O Sindicato vai colocar ônibus para levá-los para a assembleia geral dia 14.

O ônibus sai da Concórdia, em Campo Bom, às 18:15 horas, passando pela Aço Real, Schmidt e Vigonico.

Passa pela BR e Estância Velha às 18:30 Horas.

NÓS ESTAMOS NO AR

Todos os domingos às 8:45 da manhã estamos fazendo um programa dedicado aos metalúrgicos de nossa categoria, e a todos os trabalhadores do Vale dos Sinos.

Tem pão falando as verdades que os patrões escondem do trabalhador. Tem os informes da diretoria. Tem papo sobre a democracia nas fábricas. Não esquece.

Todos os domingos, às 8:45 da manhã. Na RÁDIO SÃO LEOPOLDO 1530 no dial





SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO LEOPOLDO,

AV. MARIO SPERB, ESQ. JOÃO ALBERTO - CX. POSTAL 53 - FONE 92-1995 - S. LEOPOLDO

FILIADO A



ESPECIAL SIDERÚRGICA

A LUTA PELA VIDA

Os Sindicatos que têm trabalhadores em Usinas Siderúrgicas em suas bases estão preparando um Seminário no Sindicato dos Metalúrgicos de volta Redonda nos dias 29 e 30 de setembro e 19 de Outubro para tratar das doenças e acidentes no trabalho no setor siderúrgico, dos mais graves entre os que vem acontecendo com os trabalhadores metalúrgicos brasileiros.

Este Seminário vai mostrar os riscos que correm os que trabalham mais de 6 horas numa Siderúrgica e o processo de produção das doenças.

Para preparar este Seminário, o nosso Sindicato realiza neste sábado, dia 23, a partir das 8 horas e 30 minutos Seminário sobre Doença e Acidente do Trabalhador em Siderúrgicas. É aberto a todos os companheiros.

Este Seminário é o início da retomada de nossa luta pela jornada de 6 horas e melhoria salarial.

VENHAM TODOS.

SEMINÁRIO

**DOENÇA E ACIDENTE DO TRABALHADOR
EM SIDERÚRGICA**

DIA 23 SÁBADO

HORA 8:30

NO BIGORNÃO

PS: QUEM NÃO PUDEIR VIR DE MANHÃ, VENHA NA PARTE DA TARDE.
O SEMINÁRIO TERMINA AS 17 horas.

REFEIÇÃO

A comida da Gedore está voltando a ser como antes, ruim cara e pouca. Por exemplo: a carne que teria que ser 120 gramas (cento e vinte gramas), se pesar não dá nem 50. E ainda por cima tem serventes que escolhem o melhor pedaço, para os chefes

O ALICATE

VEJAM A MAIS NOVA DO ALICATE. Quando o turno da tarde chega não pode ir direto ao local de trabalho. Tem que ficar embretado num canto, que nem gado num curral.

Porque isso? Porque pode trocar idéias com os companheiros do turno da manhã, combinar lutas contra as arbitrariedades e a exploração econômica a que estamos submetidos pois peão que discute se conscientiza, vê que ganha pouco e trabalha muito. Chegam a conclusão que precisam lutar por seus direitos.

Os patrões tem medo de peão organizado. Por isso o trata como os animais, separando-os, dividindo-os. Acha que assim conseguirá continuar explorando.

Extensão do Crime

Além de proibir o contato e a troca de idéias entre o pessoal de turnos diferentes, a direção da GEDORE proibe também o peão de sair do setor e de conversar com um companheiro, mesmo que seja sobre o trabalho que estão realizando. É proibido também ir ao banheiro, lavar as mãos antes da janta ou do almoço. Além disso temos diariamente um policial nos seguindo ou espionando de forma mais idiota, atrás das portas, ou no escuro, quando vamos para o refeitório.

O guarda espião é o JAIME que em vez de cuidar do serviço de segurança da empresa, cuida dos peões. Ele não é guarda empresa, é guarda-peão. Resta saber se está ganhando algum dinheiro a mais para fazer isso ou está recebendo apenas promessas.

MARRETINHA

APOIO do Sindicato filiado à

CUT



AUMENTO SALARIAL

Com a atual política salarial, inflação alta e descontrole de preços nós estamos perdendo dinheiro. Não conseguimos comprar hoje o que compramos ontem, com o mesmo dinheiro. Por isso a diretoria do nosso Sindicato está tentando junto com a diretoria da empresa um aumento acima do IPC. Entretanto a intransigência dos patrões é muito grande, mostrando que precisamos pressionar dentro e fora da fábrica. Participar das atividades que o Sindicato chamar e baixar a produção.

Eles querem produção e qualidade. Nós também queremos, mas também queremos salários justos e condições de trabalho dignos.

Como já fizemos duas negociações, temos agora que fazer uma assembléia para avaliarmos as propostas e tirarmos encaminhamentos.

ASSEMBLÉIA

DIA . 14 TERÇA FEIRA

TURNO DA MANHÃ 16.HS

TURNO DA TARDE 14.50 HS

EM FRENTE A FABRICA

NÃO ESQUEÇA

PARTICIPE!!

AGORA É LULA

DUAS ASSEMBLÉIAS GERAIS APROVARAM POR UNANIMIDADE QUE O NOSSO SINDICATO DEVE FAZER PARTE DO MOVIMENTO LULA PRESIDENTE. PARA TODOS OS COMPANHEIROS A BASE DE APOIO A ESSA CANDIDATURA É O PROGRAMA E A LUTA DE CLASSE DO CANDIDATO (METALURGICO) LUIS INACIO LULA DA SILVA.

CONSEQUÊNCIA DESTA DECISÃO É QUE PASSAMOS A FAZER PARTE DO COMITÊ MUNICIPAL SUPRAPARTIDÁRIO DE SÃO LEOPOLDO DE APOIO A CANDIDATURA LULA E CONSTITUÍREMOS UM COMITÊ DE CAMPANHA NO NOSSO SINDICATO.

O SINDICATO, ENTRETANTO, NAO VAI DAR NENHUMA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA A CAMPANHA, MAS VAI PRODUZIR MATERIAL E FAZER TRABALHO POLÍTICO DE CONSCIENTIZAÇÃO DA CATEGORIA.

TODOS OS COMPANHEIROS QUE QUISEREM MATERIAL DE PROPAGANDA POLÍTICA DE DEFESA DA CANDIDATURA LULA DEVE VOTAR NO SINDICATO.

AS ASSEMBLÉIAS GERAIS DA CATEGORIA REAFIRMA, TAMBÉM, A AUTONOMIA DE NOSSO SINDICATO FRENTE AOS PARTIDOS POLÍTICOS E A INDEPENDÊNCIA FRENTE AO ESTADO. A AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA DE NOSSO SINDICATO E DE NOSSA CATEGORIA SÃO PRINCÍPIOS QUE NUNCA QUAIS NAO ABDICAREMOS SOB QUALQUER PRETESTO.



"QUE NINGUÉM, JAMAIS, OUSE DUVIDAR DA CAPACIDADE DE LUTA DOS TRABALHADORES!"

LULA

VOTO NULO, NÃO.

Dia 11 Comício Estadual em Porto Alegre com Lula e Bisol. Saira ônibus do Sindicato dos metalurgicos, escreva-se com o diretor de sua fábrica.

Dia 15 sexta caminhada de encerramento da campanha

Concentração a partir das 17 horas em frente a Câmara de São Leopoldo

PARTICIPE

Muitos companheiros, amigos e parentes não conseguiram ver seu candidato classificado para o segundo turno.

Descontentes, tendem a votar em branco e nulo desconhecendo o que isso vai representar de prejuízo para suas vidas. Os setores que se unem-Brizola, Covas e Roberto Freire entendem que Lula vencendo estará colocando pela primeira vez na história do Brasil a possibilidade dos trabalhadores terem suas reivindicações atendidas: salário digno, reforma agrária, casa própria, suspensão da dívida externa, redução da inflação.

Diante desta possibilidade é impossível aceitarmos que um companheiro vote nulo ou branco. Vote Lula. Dé uma chance à sorte, a um futuro melhor para cada um e seus filhos. Votar nulo pode representar a vitória do candidato patronal e burguês. O país não merece isso, e os trabalhadores não suportarão mais cinco anos de miséria e exploração.

POR ISSO VOTE CLARO, VOTE LULA.



A LUTA NA FÁBRICA

Como o nosso pedido de aumento salarial foi respondido pelos patrões com um sonoro não, os trabalhadores da Hahn Ferrabrás - com um salário super arruchado - entraram em greve.

Hoje, quando escrevemos essa nota, os companheiros já entram no 10º dia de paralisação dispostos a manter a luta até a vitória.

Os patrões nunca ganharam tanto dinheiro como em 1989 e o Grupo Sur, do qual a Hahn de São Leopoldo faz parte tem condições de atender as reivindicações dos companheiros.

A luta dos trabalhadores da Hahn vai na direção das lutas que estão ocorrendo em nossa categoria, com várias fábricas se mobilizando para conseguir diminuir as perdas que os patrões e o governo estão promovendo através da // inflação alta.

Essa é uma luta de toda a categoria. E toda a categoria deve participar fazendo a luta em cada empresa e ajudando na compra de bônus e doando produtos alimentícios para manter a luta dos trabalhadores da Hahn.

Vamos mostrar aos patrões que os metalúrgicos erguem bem alto a bandeira da dignidade humana. E a solidariedade a luta operária é um bom caminho para o crescimento / dessa solidariedade.

Sabemos que sem luta não melhoraremos.



NOSSA PRAÇA

A categoria em assembleia já manifestou seu repúdio em relação a pedra do memorial em homenagem a Lindolfo Collor.

Na assembleia do dia 8 os metalúrgicos decidiram que não vão aceitar que essa pedra fique em nosso caminho. Ela deve ser retirada e levada para qualquer outro lugar, menos em frente ao nosso Sindicato.

Depois da assembleia, os metalúrgicos fizeram um ato de protesto na praça e mais uma vez reafirmamos que essa pedra não vai ficar na praça que leva o nome de um ex-presidente do nosso Sindicato: NATAL COLLETTI.



Sem Terra



O Sindicato recebeu representantes do Movimento dos Sem Terra do Município de Cruz Alta onde estão acampadas mais de três mil famílias de diversos movimentos, inclusive de Encruzilhada Natalino. São mais de 10 mil pessoas entre adultos e crianças que foram despejadas da fazenda Bacaraf, na promessa de serem reassentadas pelo INCRA em 7 outras terras produtivas. Hoje estão em uma área de pinheiros indianos sem condições de plantar qualquer coisa. Até agora o INCRA /

não tomou nenhuma providência. Esta comissão veio no nosso Sindicato pedir o apoio dos metalúrgicos para o Encontro Nacional dos Sem Terra que vai ocorrer no mês de março, em Brasília. Os companheiros vão pressionar a Câmara Federal e o Governo para que sejam feitas as desapropriações necessárias ao assentamento definitivo destas famílias. ESTAMOS SEM TERRAS A TODA HORA COMPAÑHEIROS.



ROSSI

O Sr. Maciel chefe dos tornos trata os empregados como escravos na sessão basta um funcionário quebrar uma ferramenta que só falta / ele bater no mesmo, além de ficar pegando no pé das pessoas na sessão.

Nos tornos ninguém gosta dele pois é considerado um carrasco. Não sabemos como este cara ainda está trabalhando no Rossi, pois esta féria só pode ser um incompetente.

TURISCAR

Na Turiscar os salários são ainda mais baixos que nas outras empresas e quando os trabalhadores vão pedir aumento, só levam um monte / de desculpas. As condições de trabalho são péssimas, falta banheiros, pois só existem 2 para 90 funcionários, sabão e papel higiênico nunca é colocado nos banheiros.

Falta água todos os dias, os trabalhadores são obrigados a trabalharem o dia todo com sede enquanto que para os grandes é servido água mineral. Isto é um absurdo.

Seria bom que esta empresa se informasse / um pouco sobre as leis que protegem os trabalhadores, e o que quer dizer Segurança e higiene / no trabalho.

SUVESA

Nesta empresa a comida está cada vez mais ruim, os trabalhadores já fizeram até um abaixo assinado e nada adiantou.

Logo depois de comerem os trabalhadores se sentem mal e estufados.

A comida servida para os trabalhadores da Suvesa é feita pela empresa TEMAK.

TRABALHOS DO DEPARTAMENTO JURÍDICO (Advogados)

- Terça - 16:30hs - Adv. Maria Helena
- Quarta - 9:00hs - Adv. Rodrigo
- 16:00hs - Adv. Catherine
- Quinta - 16:30hs - Adv. Airton
- Sábado - 9:00hs - Adv. Rodrigo

TRABALHOS DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE

- 1 - Assessoria e Pesquisa: Segunda, Quarta e Sexta a partir das 8 horas
- 2 - Assistência Médica: manhã 7:30hs - Dr. Marco Aurélio 8:00hs - Dra. Sílvia tarde 12:15hs - Dr. Lúcio 15:15hs - Dr. Adroaldo
- 3 - Assistência Odontológica: manhã 7:30hs - Dr. Hamilton 9:20hs - Dra. Jacqueline tarde 13:00hs - Dr. Danilo

CALOR



COSAS QUÍMICAS



BARULHO



POEIRA





A MARRETA



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO LEOPOLDO, FILIADO A

CUT

ESTAMOS EM GREVE POR:

- A INFLAÇÃO de 166%
- NÃO À REDUÇÃO SALARIAL
- ESTABILIDADE NO EMPREGO
- DATA BASE EM 1º MAIO

**NOSSO DISSÍDIO
É AGORA**



A MARRETA



SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO LEOPOLDO.

108

AV. MÁRIO SPERDI, 289 JOÃO ALBERTO . CE. POSTAL 53 . FONE 02 1600 . S. LEOPOLDO

FILIAÇÃO A
CUT

A Injustiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho favoreceu os patrões no Julgamento do nosso Dissídio.

Os senhores Juizes não deram a Política Econômica do Governo mas também não deram toda a inflação de (5.655%) do período do Dissídio de 1º de julho de 89 à 30 de junho de 90.

A JUSTIÇA FOI INJUSTA E NOS DEU: **4.868%**

Este número representa uma composição de índices: é toda a inflação até março (com os 84%) mais 42% e mais 4% de produtividade.

Índice sobre índice dão estes 4.868%

PEQUENOS GANHOS

O JULGAMENTO NOS DEU ALGUMAS VANTAGENS:

- QUINQUENIO - 2% (era 1%)
- HORAS EXTRAS - 100% a partir da segunda hora.
- ADICIONAL NOTURNO - 35%
- 1 DELEGADO SINDICAL POR EMPRESA - com estabilidade pelo período do mandato e mais um ano, quando o mandato terminar.

ANEXO 3

Ótica de uma agência educativa paralela do campo popular sobre aspectos dos desafios levantados pelos trabalhadores.

Excerto do artigo "UNA ONGD EN BUSCA DE SU IDENTIDAD", elaborado e publicado por Domingos Armani, assessor do CAMP, em Inovaciones y Redes para el Desarrollo (IRED), outubro de 1988, páginas 12 -15.

adelante.

2.3 La Discusion Interna (85-86)

Al final de los dos años de vida conflictiva, el CAMP consigue comenzar a administrar los conflictos y divergencias, creando canales de discusión y encaminamiento de sus definiciones básicas. Pero es en el periodo siguiente (85-86) que se llega a profundizar la discusión interna, buscando determinar las causas de los conflictos y tratando de cimentar una unidad superior. Era de hecho una gran apuesta.

En el 85 la CUT se estructura en Rio Grande do Sul a partir de las oposiciones sindicales y sindicatos combativos en el area urbana y rural, y a partir de la creación de CUT's regionales en el interior del estado. EL CAMP participa activamente de este proceso, acompañando oposiciones sindicales, asesorando sindicatos, formando, acompañando la Dirección de la CUT en el Estado a los secretarios de formación y rural.

En función de este proceso, la COSAU (Comisión Sindical del Alto Uruguay) es llevada a asumirse como una corriente sindical dentro de la CUT, ya que esta es ahora la instancia legitima del movimiento. Para el CAMP, que venía acompañando la COSAU desde el 83, esto tiene dos consecuencias: aparecer identificado a una corriente sindical de la CUT por un lado, y ganar mayor autonomía en relación a la COSAU por otro, en la medida en que comenzaba a responder también a exigencias del conjunto del movimiento sindical combativo (en este caso la CUT).

La estructuración de la ESMA (Escuela Sindical Margarita Alves) denota la creciente autonomía del movimiento sindical en el área rural, que a partir de la articulación de algunos dirigentes sindicales crea una escuela de formación de líderes. El CAMP pasa a integrar el consejo pedagógico y asesora algunos de los cursos. La creación del Plan de Formación del Alto Uruguay, en los mismos moldes de la ESMA, más restringido a la región noreste y norte del estado del Rio Grande do Sul, refuerza este proceso.

Los asesores del CAMP en el área rural pasan a acompañar las instancias directivas de las articulaciones sindicales (COSAU Y ARTSUL), en una metodología de "asesoría participativa". Pedro Pontual la caracteriza como un tipo de asesoría donde "el responsable por la acción educativa u organizativa es el miembro de la organización popular, pero junto a él esta una persona del cen-

tro que, sin hacer el trabajo de él y participando de todas las actividades, se vuelve una instancia permanente de reflexión sobre el planeamiento y revisión de las actividades en forma global: práctica educativa, práctica organizativa, práctica política, etc."

Si, al principio, el CAMP representaba desde el animador hasta muchas veces el dirigente, ahora, con la consolidación de las articulaciones, pasan a disminuir su papel dirigente, ocupando crecientemente su papel propio de asesoría.

En el área urbana el CAMP va definiendo su línea de trabajo en el apoyo a las oposiciones sindicales y en el desarrollo de experiencias en educación popular y en la profundización metodológica.

Esta discusión sobre la metodología fue fundamental para conducir y dilucidar las divergencias en torno de la relación entre tareas de formación, articulación y dirección en el movimiento popular, en relación al papel específico del centro.

Mientras que en el área rural el CAMP era principalmente articulador y dirigente, en el área urbana era solamente formador y asesor. Estas dos inserciones diferentes se confrontaban fuertemente en la discusión interna. Aunque pareciera más o menos claro a todos que lo específico de un centro debería ser la asesoría y la educación popular, la realidad concreta exigía tareas distintas y propias de las organizaciones populares, las que éstas no tenían aún condiciones totales de asumir. No se llegó a un consenso sobre esto, pero la búsqueda de la especificidad del centro estaba garantizada.

Un punto de inflexión importante en esta trayectoria fue la crítica del activismo reinante, de la falta de sistematización de las experiencias y de la falta de estudio y de valorización de la teoría. Comienza también una mayor exigencia de competencia en el trabajo, con reflejos en los criterios de selección de personal.

La instancia directiva (que pasó a ser llamada Dirección) pasa a ejercer el poder real de coordinación y dirección política de la entidad.

Al final del 85 se toma la decisión de contener el crecimiento descontrolado de la entidad, estimulándose la creación de centros pequeños y regionales, y el direccionamiento del crecimiento en función de los intereses de los movi-

mientos populares y del énfasis en el trabajo de educación popular.

Ahi surgió el descubrimiento de la necesidad de especialización del trabajo, como condición para prestar un buen servicio a las organizaciones populares. La búsqueda de la identidad del centro avanzaba, en la medida que definía que todas sus acciones deberían tener como objetivo la dimensión educativa. Además de limitar crecientemente su intervención al ámbito de la educación popular y elegir la nueva Dirección, se manifiesta un gran conflicto de visiones, lo que acaba por inviabilizar cualquier cambio a corto plazo. Además de eso, la elección de la nueva Dirección no fue consensual.

Es el momento de máxima tensión e incertidumbre, cuando el conflicto entre diferentes concepciones de relación con el movimiento popular llega a su auge, asociado al hecho de que cambiaba la Dirección de la entidad. En este momento nadie podía afirmar si el CAMP continuaria existiendo.

La nueva Dirección va ganando legitimidad creciente y propone entonces un proceso de discusión sobre la práctica del trabajo, con el objetivo de identificar las divergencias y encaminar alternativas de resolución del impasse. Este proceso dura cerca de 6 meses y en él surgen algunas constataciones importantes: posibilitó un refuerzo de la identidad colectiva, del espíritu de grupo; posibilitó delimitar conflictos personales, diferencias entre grupos y divergencias políticas, neutralizando así sectarismos y simplismos. Además de eso, la discusión consigue definir más claramente el papel del centro en el movimiento popular, orientándose principalmente para la educación popular y, excepcional y transitoriamente, para tareas de articulación y conducción. La acción del centro se debía volcar para capacitar a los dirigentes en estas tareas a mediano plazo.

En este momento se solidifica la base de sustentación del CAMP: la definición de su identidad política. Era un proceso de toma de conciencia de lo que era realmente el trabajo del CAMP, de su impacto en el sector popular. Fue un enfrentamiento con la realidad concreta para poder sustentar opciones duraderas.

2.4 La Definición de la Identidad (87)

La estructuración de las instancias del movimiento popular llega a tal punto que varias de ellas (sindicales y partidarias) comienzan a absorber asesores, oriundos de ONGD, en su interior. Como consecuencia de lo anterior, varios

asesores del CAMP dejan la entidad desde inicios del año para integrarse directamente en las instancias del movimiento popular. En el sector rural, esto tuvo como consecuencia la despersonalización de la relación del centro con las organizaciones populares, exigiendo una discusión abierta entre ambos, en el sentido de buscar mayor transparencia y definición en la relación.

A partir de este hecho se descubre la potencialidad del CAMP como "productor" de intelectuales orgánicos, que genera la definición de una política institucional en el sentido de agregar voluntarios capaces de convertirse en asesores.

Fue iniciado un plan de formación interna para los asesores, incluyendo temas políticos, sindicales, metodológicos, etc..

Hay un importante avance en relación con las agencias, en el sentido de mayor explicitación de objetivos y métodos de trabajo, llegando a establecer una relación de confianza mutua con la mayor parte de ellas.

El CAMP en este momento se asume como una institución de la sociedad civil dirigida a actividades de educación popular en el sentido del cambio social.

3. DESCUBRIMIENTOS Y PERSPECTIVAS

En esta trayectoria la construcción de la identidad del CAMP en particular, se sitúa dentro del contexto más amplio del cambio social y de sus actores. El surgimiento y la existencia institucional de tal tipo de organizaciones esta relacionada, sin duda, al protagonismo popular, esto es, a la emergencia de las clases populares como sujetos políticos.

Es claro que hablando de cambio social, de clases sociales, de protagonismo popular, se presupone un contexto social, como el brasileño, donde existen grandes desigualdades sociales, donde existe una relación asimétrica entre gobernantes y gobernados, y donde se coloque la posibilidad y voluntad histórica de transformación social. Esto es, sólo existe la posibilidad objetiva de existencia de una ONGD en un determinado contexto, donde el conflicto entre clases populares y clases dominantes lleguen a tal punto que la constitución de las clases populares en sujetos autónomos en la escena política se vuelva una exigencia del proceso de lucha social.

